



NOTAS EXPLICATIVAS 2022





SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	4
LISTA DE GRÁFICOS.....	4
LISTA DE TABELAS.....	5
1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	7
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	10
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	12
3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	12
3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES.....	12
3.1.1.2. RECEITAS DE CAPITAL.....	13
3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17
3.1.2.1. DESPESA CORRENTE.....	17
3.1.2.2. DESPESA DE CAPITAL.....	13
3.1.2.3. DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS – INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	15
3.1.3. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	22
3.1.4. DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS.....	24
3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	24
3.2. BALANÇO FINANCEIRO.....	25
3.2.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO.....	25
3.2.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA.....	25
3.2.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA.....	28
3.2.1.3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	31
3.2.1.4. RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	34
3.2.1.5. PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	34
3.2.1.6. RESTOS A PAGAR.....	34
3.2.1.7. RESULTADO FINANCEIRO.....	35
3.2.1.8 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS.....	36



3.2.1.9 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CURTO PRAZO	37
3.3. BALANÇO PATRIMONIAL.....	40
3.3.1. ATIVO CIRCULANTE.....	40
3.3.2. PASSIVO CIRCULANTE.....	42
3.3.3. ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	44
3.3.3.1. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	48
3.3.3.1.1. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2022.....	48
3.3.3.1.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - INSCRIÇÕES E BAIXAS – EXERCÍCIOS 2020, 2021 E 2022.	48
3.3.3.1.3. COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	50
3.3.3.1.4. CANCELAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	50
3.3.3.1.5. AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	50
3.3.3.2. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA.....	51
3.3.4. IMOBILIZADO.....	52
3.3.4.1. BENS MÓVEIS (I)	52
3.3.4.2. BENS IMÓVEIS (II)	53
3.3.5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO, REAVLIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL.....	56
3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	57
3.3.6.1. PROVISÕES A LONGO PRAZO.....	58
3.3.6.2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO.....	61
3.3.6.3. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.....	69
3.3.6.4. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo.....	69
3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	70
3.3.8. CONTAS DE COMPENSAÇÃO	73
3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	73
3.4.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	74
3.4.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	77
3.4.3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO.....	80
3.4.4 REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS.....	81
3.4.5. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS.....	82
3.4.6. REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS.....	84
3.4.7. VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES.....	85
3.4.8. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	85



3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	86
3.5.1. FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL.....	86
3.5.2. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	86
3.5.3. FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	87
3.5.4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	87
3.5.5 AJUSTES NO DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA NO SALDO CORRESPONDE À LINHA “CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL”	90
3.5.6 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL.....	91
3.6. PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AOS ACÓRDÃOS ANTERIORES.....	92
3.6.1. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF.....	93
3.6.1.1. ANEXO I: DESPESA COM PESSOAL – JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022.....	63
3.6.1.2. ANEXO II: DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA – JANEIRO A DEZEMBRO/2022.....	94
3.6.1.3. ANEXO V: DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR – JANEIRO A DEZEMBRO/2022.....	94



LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS.....	23
QUADRO 02 – AJUSTES DE DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - INGRESSO.....	36
QUADRO 03 – AJUSTES DE DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - DISPENDIOS.....	37
QUADRO 04 – AJUSTES DE TRANSFERÊNCIAS DE SALDOS.....	38
QUADRO 05 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2022.....	48
QUADRO 06 – INSCRIÇÕES E BAIXAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – EXERCÍCIOS 2020, 2021 E 2022.	49
QUADRO 07 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES – LEI Nº 4.320/64.....	71
QUADRO 08 – DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL DE CADA EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.....	14
GRÁFICO 02 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PELOS VALORES ARRECADADOS NO EXERCÍCIO DE 2022.....	15
GRÁFICO 03 – DESPESA EMPENHADA EM RELAÇÃO À DOTAÇÃO ATUALIZADA.....	18
GRÁFICO 04 - COMPOSIÇÃO DA DESPESA TOTAL EMPENHADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ORÇAMENTO DE CADA EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.....	19
GRÁFICO 05 – RECEITAS LÍQUIDAS.....	27
GRÁFICO 06 – DESPESAS LÍQUIDAS.....	29
GRÁFICO 07 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE.....	41
GRÁFICO 08 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE.....	43
GRÁFICO 09 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	44
GRÁFICO 10 – COMPOSIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS.....	54
GRÁFICO 11 – OBRAS EM ANDAMENTO POR UNIDADE GESTORA.....	55
GRÁFICO 12 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	57
GRÁFICO 13 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	75
GRÁFICO 14 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS.....	76
GRÁFICO 15 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	77
GRÁFICO 16 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS.....	78
GRÁFICO 17 – COMPOSIÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS.....	79
GRÁFICO 18 - VPA X VPD.....	80
GRÁFICO 19 – COMPOSIÇÃO DA REAValiação, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS.....	81
GRÁFICO 20 – COMPOSIÇÃO DA DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS.....	83



LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – RELAÇÃO NOMINAL DE ÓRGÃOS CONSOLIDADOS.....	10
TABELA 02 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL ARRECADADA EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL DE CADA EXERCÍCIO.....	13
TABELA 03 – RECEITA PREVISTA VERSUS RECEITA ARRECADADA.....	16
TABELA 04 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA ATUALIZADA VERSUS DESPESA EMPENHADA.....	17
TABELA 05 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA TOTAL EMPENHADA EM 2022 EM CONFRONTO COM 2021 EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ORÇAMENTO DE CADA EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.....	19
TABELA 06 – EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS – CRÉDITO INICIAL DO EXERCÍCIO E CRÉDITOS SUPLEMENTADOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	20
TABELA 07 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL.....	23
TABELA 08 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS.....	24
TABELA 09 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA.....	26
TABELA 10 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS.....	26
TABELA 11 – DESPESAS LÍQUIDAS EMPENHADAS.....	28
TABELA 12 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS LÍQUIDAS.....	28
TABELA 13 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	31
TABELA 14 – COMPOSIÇÃO DOS REPASSES EFETUADOS.....	32
TABELA 15 – COMPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO DOS REPASSES RECEBIDOS.....	32
TABELA 16 – REPASSES E TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS RPPS	33
TABELA 17 – RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	34
TABELA 18 – APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR.....	35
TABELA 19 – RESULTADO FINANCEIRO.....	35
TABELA 20 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE.....	40
TABELA 21 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE.....	42
TABELA 22 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE.....	44
TABELA 23 – VALORES A RECEBER IPAM.....	45
TABELA 24– SALDO DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	48
TABELA 25 – SALDO DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA.....	51
TABELA 26 – IMOBILIZADO.....	52
TABELA 27 – BENS MÓVEIS.....	53
TABELA 28 – BENS IMÓVEIS.....	53



TABELA 29 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	57
TABELA 30 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LP.....	59
TABELA 31 – PROVISÕES A LONGO PRAZO.....	60
TABELA 32 – PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES LP.....	61
TABELA 33 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR LP.....	61
TABELA 34 – COMPOSIÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS.....	63
TABELA 35 – MOVIMENTAÇÃO DA CONTA ESPECIAL DE PRECATÓRIOS.....	65
TABELA 36 – SALDO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	71
TABELA 37 - COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	74
TABELA 38 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS.....	76
TABELA 39 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	77
TABELA 40 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS.....	78
TABELA 41 – COMPOSIÇÃO DO TOTAL DE PESSOAL E ENCARGOS.....	79
TABELA 42 – RESULTADO PATRIMONIAL.....	80
TABELA 43 - COMPOSIÇÃO DA REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS.....	81
TABELA 44 – COMPOSIÇÃO DA DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS.....	82
TABELA 45 – COMPOSIÇÃO DA REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS.....	84
TABELA 46 – DESPESA TOTAL PAGA (DESPESAS DO ANO + RESTOS A PAGAR)	88



1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

O Município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com uma população de 548.952 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) é o município mais populoso de Rondônia e o terceiro mais populoso da Região Norte.

A Prefeitura de Porto Velho, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. Sete de Setembro, N° 237, Centro, Prédio do Relógio, nesta Capital, realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos seus órgãos que compõem sua estrutura, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Prefeitura de Porto Velho tem em suas operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos, contando para tal mister as atividades principais, quais sejam a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias e a execução de despesa orçamentária para atender às suas finalidades precípuas.

A organização administrativa da prefeitura em 2021 apresenta a seguinte estrutura:

FUNDOS

Fundo Municipal de Saúde – FMS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS foi instituído por meio da Lei Nº 944, de 03 de abril de 1991, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Criado por meio da Lei Complementar Nº 510, de 26 de dezembro de 2013 e, regulamentado pelo Decreto Nº 5.681, de 05 de fevereiro de 2019, é instrumento captador e aplicador de recursos a serem utilizados de acordo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao qual é vinculado.



O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados às ações de garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, as quais referem-se, prioritariamente a programas e projetos que visem o atendimento aos direitos ameaçados ou violados destes.

AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social de Porto Velho. Possui personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, incumbindo também, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e ainda prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e social a seus beneficiários, em fundo assistencial específico, nos termos da legislação.

A partir de 2019, em cumprimento à determinação contida no Acórdão AC1-TC 00742/18 referente ao processo 01618/17 TCER, de 19.06.2018, foi promovida a separação contábil dos planos previdenciários – Plano Financeiro (CNPJ 28.918.321/0001-99) e Plano Capitalizado (CNPJ 28.918.276/0001-72) – em atendimento da legislação e transparência das informações previdenciárias devido à segregação de massa dos segurados.

Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH

Criada em 24 de abril de 2017 por meio do Decreto nº 14.461, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 661 de 07 de abril de 2017, a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública tem entre suas atribuições, a incumbência de receber o investidor e promover as articulações entre os entes públicos e os privados, necessárias para o desenvolvimento do Município e, é vinculado, por cooperação, ao Gabinete do Prefeito do Município de Porto Velho.

O Serviço Social Autônomo tem como atribuições: I - promover o ambiente de negócios; II - promover o desenvolvimento e melhoria da competitividade do Município; III - articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais e inovação tecnológica; IV - atender o investidor no desenvolvimento do ambiente de negócios; V - atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Município; VI - acompanhar o



desenvolvimento da atividade empresarial após a instalação da empresa; VII - prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos no Município; VIII - disponibilizar informações que contribuam para o desenvolvimento do Município; IX - promover a imagem do Município como destino de investimentos; dentre outras conforme disposto no Art.4º da Lei nº 661 de 04/04/2017.

FUNDAÇÕES

Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL

A Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada ao Gabinete do Prefeito, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, aperfeiçoar e desenvolver a Cultura e a Arte no Município de Porto Velho.

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR é pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades/obrigações;

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio de Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP);

A consolidação das contas municipais incluem toda movimentação contábil dos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal de Porto Velho, relacionados a seguir na Tabela 01.



Tabela 01 – Relação Nominal de Órgãos Consolidados

U. G.	Nome da UG	CNPJ	Unidade Jurisdicionada TCERO-SIGAP
Órgãos da Administração Direta			
0000	Prefeitura de Porto Velho	05.903.125/0001-45	37
0004	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	11.155.765/0001-17	165
0005	Fundação Cultural de Porto Velho	07.219.320/0001-86	134
0008	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Porto velho	32.482.383/0001-78	518
0009	Secretária Municipal de Educação	30.643.740/0001-40	520
Órgãos da Administração Indireta			
0002	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho	34.481.804/0001-71	125
0003	Fundo de Assistência a Saúde de Porto Velho	34.481.804/0001-71	166
0007	Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho	04.763.223/0001-61	135
0010	Fundo Previdenciário Financeiro do IPAM de Porto Velho	28.918.321/0001-99	516
0011	Fundo Previdenciário Capitalizado do IPAM de Porto Velho	28.918.276/0001-72	517
0012	Agencia de Desenvolvimento do Município de Porto Velho	27.759.217/0001-36	543
Poder Legislativo			
0001	Câmara Municipal de Porto Velho	04.107.678/0001-29	89

Fonte: SIGAP Corporativo

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

No Balanço Geral constituído pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prefeitura Municipal de Porto Velho, objeto destas Notas Explicativas, consta de forma unificada as contas dos Poderes Executivo e Legislativo, compondo a Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício de 2022, do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Hildon de Lima Chaves.

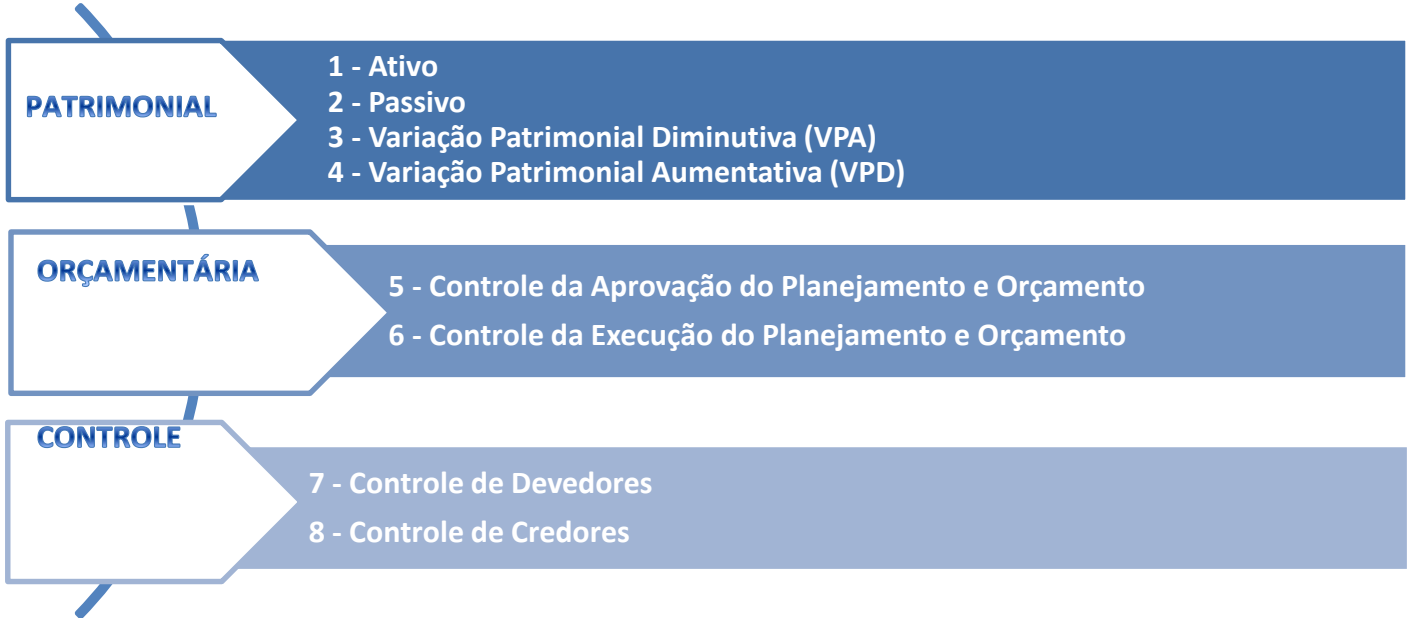
Todas as práticas contábeis foram elaboradas com base na legislação vigente, como a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 8ª edição (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público em vigência, na Instrução Normativa nº 65/2019/TCE-RO, demais normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e nas Instruções de Procedimentos Contábeis, consistentes para o exercício financeiro de 2022.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido desde 2013, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada, e é aplicado a todos



os órgãos e entidades do Município de Porto Velho, inclusive Administração Indireta que realizam a escrituração contábil através do Sistema de Contabilidade Pública GOVBr – Ajucl Informática LTDA.

No Plano de Contas do Município, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza da informação que evidenciam o seguinte:



Neste contexto, assinalamos que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e Relatórios Contábeis, incluídas as presentes Notas Explicativas, nas quais estão contempladas as informações relevantes e complementares para a compreensibilidade das referidas demonstrações, elaborados pelo Departamento de Contabilidade do Município de Porto Velho, subordinada a Subsecretaria de Finanças e de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, guardou conformidade com a legislação aplicável à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Finanças Públicas.

Por fim, importa destacar que o registro e a consolidação das informações ora apresentadas, além de demonstrarem à população os resultados obtidos, possibilitam a adequada prestação de contas (accountability) aos órgãos de controle e podem subsidiar os gestores para a tomada de decisões e fornecer o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.



3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica em Correntes e de Capital incluídas nessas as Receitas Intraorçamentárias, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada pelos seus valores líquidos arrecadados e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Município e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

As Receitas Correntes são aquelas de caráter aumentativo, ou seja, as que aumentam o patrimônio. São recebimentos de recursos oriundos das atividades operacionais para aplicação em Despesas Correntes e de Capital, visando ao atendimento dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.



3.1.1.2. RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital são provenientes de ingressos de recursos em função da constituição de dívidas (operações de crédito), vendas de ativo permanente (alienação de bens), recebimento de direitos (amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) e recebimentos de recursos de outras pessoas de direito público ou privado (transferências de capital), sendo destinados a atender gastos classificáveis em Despesas de Capital.

Abaixo a composição da Receita Total Arrecadada de 2022 em confronto com 2021 em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente:

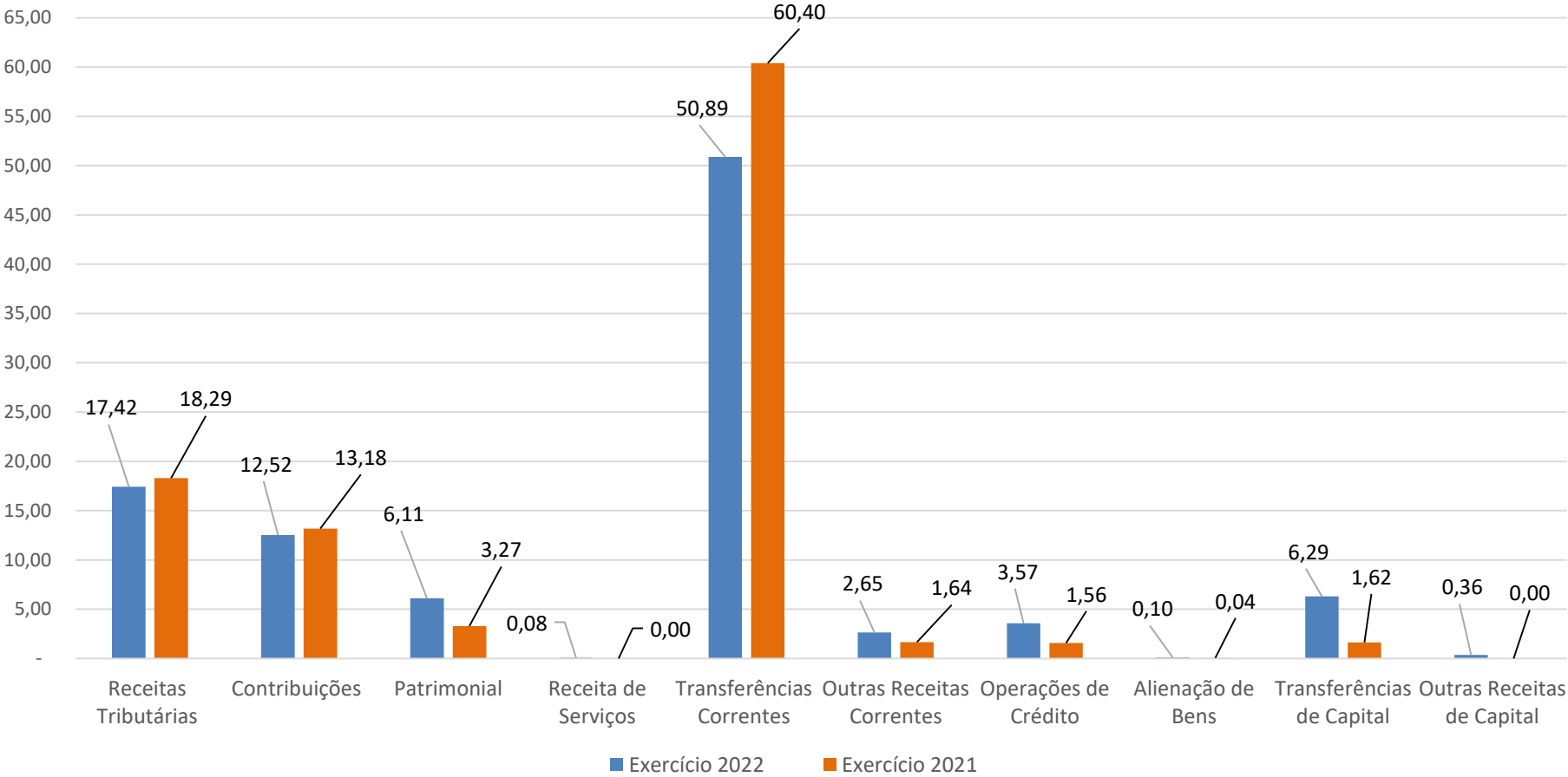
Tabela 02 - Composição da Receita Total Arrecadada em relação ao orçamento total de cada exercício

Composição das Receitas Totais	2022	%	2021	%
Receitas Tributárias	439.475.686,18	17,42	351.103.506,59	18,29
Contribuições	315.929.800,28	12,52	252.925.837,09	13,18
Patrimonial	154.017.511,05	6,11	62.836.151,17	3,27
Receita de Serviços	1.902.179,46	0,08	0,00	-
Transferências Correntes	1.283.818.596,71	50,89	1.159.279.872,67	60,40
Outras Receitas Correntes	66.844.872,55	2,65	31.459.747,09	1,64
Operações de Crédito	90.096.246,96	3,57	29.978.644,16	1,56
Alienação de Bens	2.607.800,00	0,10	743.225,75	0,04
Transferências de Capital	158.729.949,45	6,29	31.022.130,57	1,62
Outras Receitas de Capital	9.097.193,91	0,36	0,00	-
TOTAL	2.522.519.836,55	100,00	1.919.349.115,09	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercícios 2022 e 2021.



Gráfico 01 – Composição das Receitas Totais em relação ao orçamento total de cada exercício correspondente



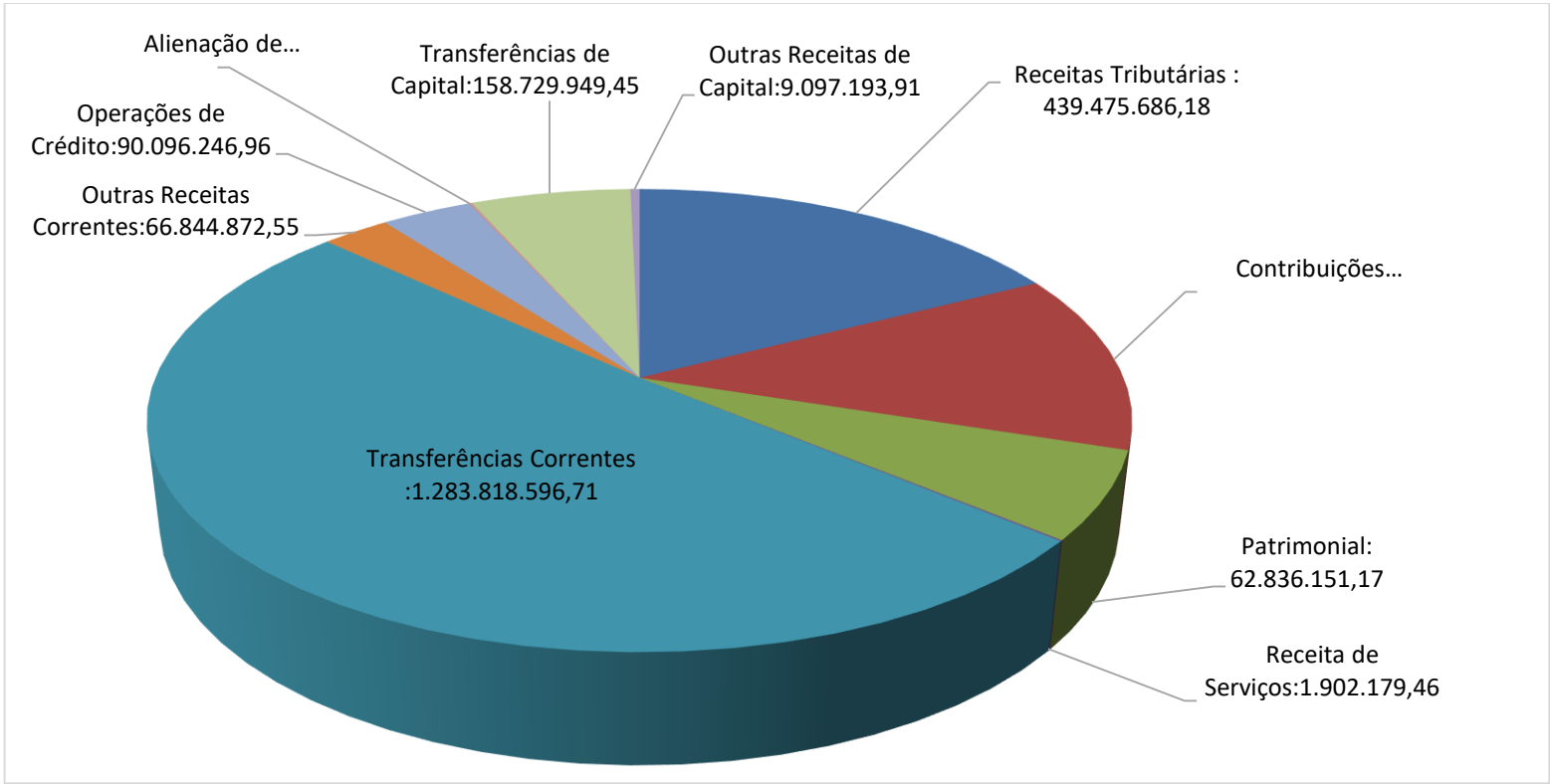
Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2022 e 2021.



O gráfico acima evidencia a composição das receitas totais arrecadadas no exercício de 2022 em confronto com as receitas arrecadadas do ano anterior em relação ao orçamento total de cada exercício correspondente. Nos exercícios de 2022 e 2021, as Receitas de Transferências Correntes compostas pelas transferências constitucionais e legais, corresponde a maior arrecadação, 50,89% e 60,40% respectivamente.

Em seguida, tem-se as Receitas Tributárias com percentual de 17,42% do total da receita arrecadada no exercício de 2022, constituída pela arrecadação de três tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Gráfico 02 – Composição das Receitas pelos Valores Arrecadados no exercício de 2022



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2022.



O Gráfico 02 acima ilustra o total arrecadado de cada uma das receitas, sendo apresentado os valores líquidos de arrecadação. Percebe-se que as Transferências Correntes correspondem a 50,89% da arrecadação total, a Receita Tributária corresponde a 17,42% e as Contribuições a 12,52%. Portanto, apenas com a soma das duas maiores receitas correntes alcança-se o percentual de 68,31% do total das receitas orçamentárias.

Ainda, apresentamos com o objetivo de demonstrar os valores previstos e os realizados no exercício de 2022, a tabela 03 abaixo, que apresenta as receitas classificadas por grupo e subgrupos de contas.

Tabela 03 – Receita Prevista versus Receita Arrecadada

Exercício 2022	Previsão	Arrecadação	%
Receitas Correntes	2.049.585.716,70	2.261.988.646,23	110,36
Receitas Tributárias	400.590.120,39	439.475.686,18	109,71
Contribuições	268.442.030,00	315.929.800,28	117,69
Patrimonial	116.405.054,12	154.017.511,05	132,31
Receita de Serviços	1.940.034,25	1.902.179,46	98,05
Transferências Correntes	1.220.968.808,57	1.283.818.596,71	105,15
Outras Receitas Correntes	41.239.669,37	66.844.872,55	162,09
Receitas de Capital	150.387.597,40	260.531.190,32	173,24
Operações de Crédito	7.609.953,00	90.096.246,96	1.183,93
Alienação de Bens	-	2.607.800,00	-
Transferências de Capital	142.746.707,50	158.729.949,45	111,20
Transferências de Capital	30.936,90	9.097.193,91	29.405,64
TOTAL	2.199.973.314,10	2.522.519.836,55	114,66

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2022.

Houve uma realização de 110,36% da previsão atualizada das Receitas Correntes, de 173,24% das Receitas de Capital e de 114,66% do valor total da arrecadação do exercício de 2022.



3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos. A despesa faz parte do orçamento e corresponde às autorizações para gastos com as várias atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

O Balanço Orçamentário apresenta as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Os créditos iniciais da despesa podem ser verificados na coluna Dotação Inicial na linha Despesas Orçamentárias, os créditos suplementares, especiais e extraordinários, podem ser verificados no Anexo TC 18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias constante no Relatório da Gestão Orçamentária e Financeira que acompanha a Prestação de Contas.

3.1.2.1. DESPESA CORRENTE

Destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, constituem-se em despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

3.1.2.2. DESPESA DE CAPITAL

Constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital, que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se nos grupos de despesa: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

Tabela 04 – Composição da Despesa Atualizada versus Despesa Empenhada

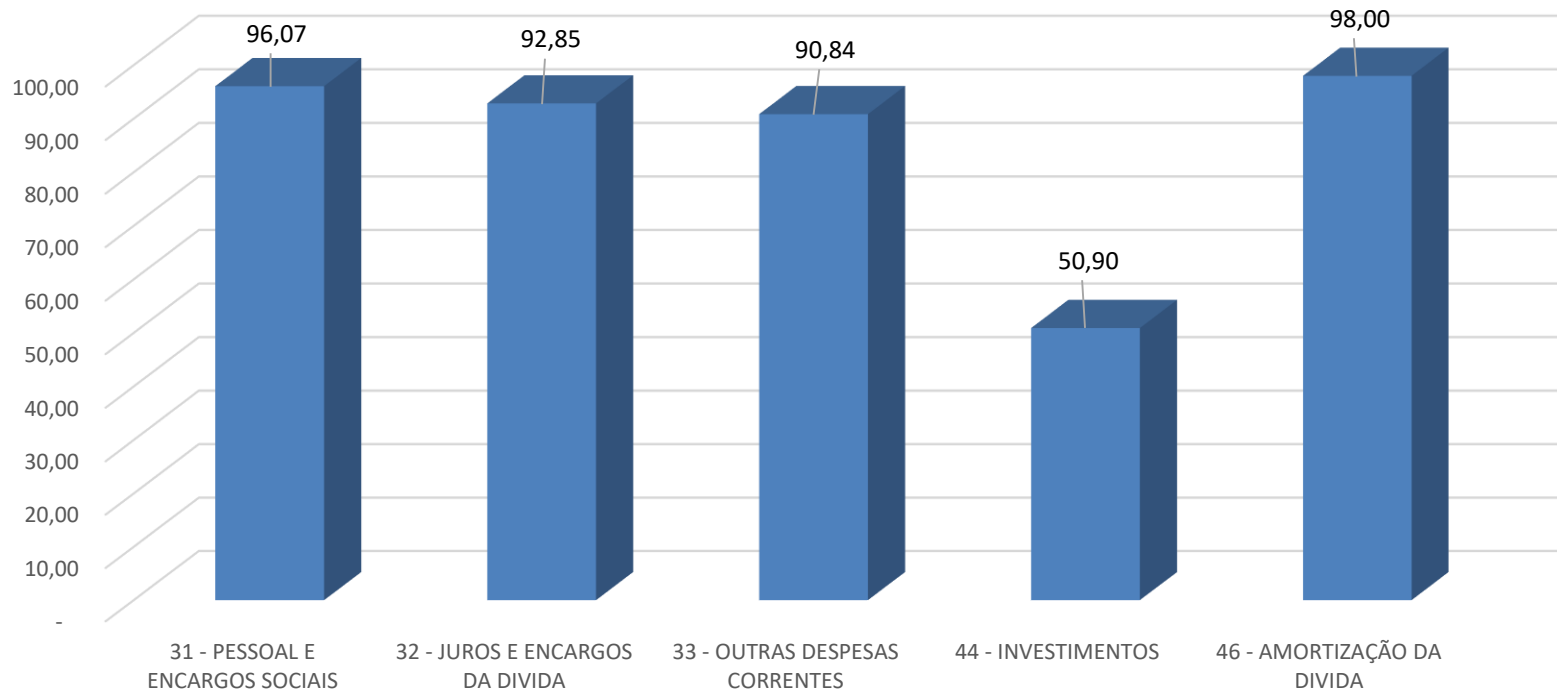
2022	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	%
DESPESAS CORRENTES	2.142.144.152,17	2.009.443.210,22	93,81
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.202.478.797,74	1.155.192.699,70	96,07
32 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	31.460.754,11	29.210.914,16	92,85
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	908.204.600,32	825.039.596,36	90,84
DESPESAS DE CAPITAL	409.384.869,58	225.691.724,47	55,13
44 - INVESTIMENTOS	372.628.971,99	189.670.575,27	50,90
46 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	36.755.897,59	36.021.149,20	98,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2022.



A referida composição pode ser ilustrada da seguinte forma no Gráfico 03:

Gráfico 03 – Despesa Empenhada em relação à Dotação Atualizada



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2022.

Em 2022, foram executadas, aproximadamente, 93,81% das Despesas Correntes em relação ao valor autorizado e 55,13% das Despesas de Capital. No grupo das Despesas Correntes os Juros e Encargos sobre a dívida pública apresentou nível de execução na ordem de 92,85% do valor estimado e a Amortização da Dívida apresentou 98,00% da execução da Despesa de Capital efetivamente empenhada.

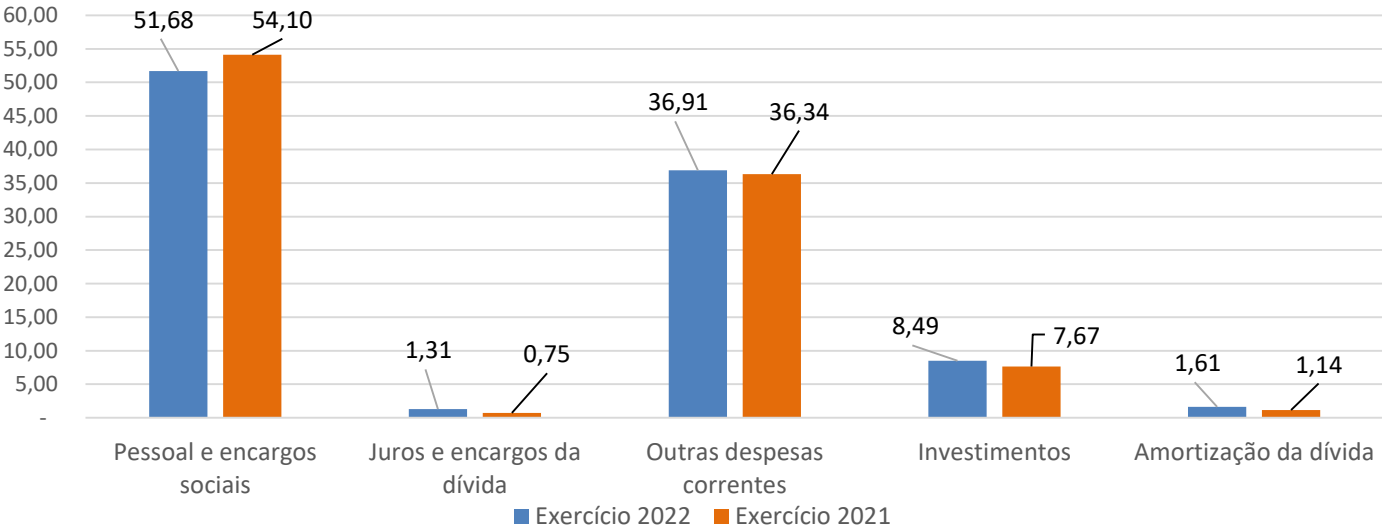


Tabela 05 – Composição da Despesa Total Empenhada em 2022 em confronto com 2021
Em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente

Composição das Despesas Totais	2022	%	2021	%
Pessoal e encargos sociais	1.155.192.699,70	51,68	978.278.926,44	54,10
Juros e encargos da dívida	29.210.914,16	1,31	13.493.835,91	0,75
Outras despesas correntes	825.039.596,36	36,91	657.209.715,33	36,34
Investimentos	189.670.575,27	8,49	138.650.138,81	7,67
Amortização da dívida	36.021.149,20	1,61	20.648.249,83	1,14
TOTAL	2.235.134.934,69	100,00	1.808.280.866,32	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2022.

Gráfico 04 - Composição da Despesa Total Empenhada em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2022 e 2021.

A tabela 05 e o gráfico 04 acima demonstram a composição da Despesa Orçamentária por grupo de despesa e quanto cada grupo representa no total empenhado em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam 51,68%, e Outras Despesas Correntes representam 36,91%, da despesa total, no exercício de 2022.



3.1.2.3. DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS – INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

Tabela 06 – Execução das despesas por fonte de recursos – Crédito Inicial do Exercício e Créditos Suplementados por Superávit Financeiro do Exercício Anterior

Despesas por fonte de recursos - Crédito Inicial	Crédito Inicial	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 1500 Recursos nao vinculados de Impostos	976.968.283,00	259.571.771,90	119.559.782,38	1.116.980.272,52	1.078.044.584,27	1.029.158.120,12	1.027.117.560,44	50.927.023,83
Fonte 1540 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	234.865.800,00	85.979.661,72	27.710.816,65	293.134.645,07	286.402.002,46	279.981.412,70	279.940.397,85	6.461.604,61
Fonte 1550 Transf. do Salario-Educacao	5.381.200,00	500.000,00	500.000,00	5.381.200,00	2.518.500,66	410.453,93	344.668,04	2.173.832,62
Fonte 1552 Transf. de Rec. FNDE Ref. Prog. Nacional Alim. Escolar (PNAE)	5.542.020,00	-	-	5.542.020,00	4.240.113,03	4.240.113,03	4.240.113,03	-
Fonte 1553 Transf. de Rec. FNDE Ref. Programa Nacional Apoio Transp. Escolar	611.520,00	-	-	611.520,00	-	-	-	-
Fonte 1569 Outras Transf. de Recursos do FNDE	14.859.240,00	3.008.293,50	3.008.293,50	14.859.240,00	1.559.765,00	-	-	1.559.765,00
Fonte 1570 Transf. Gov. Federal ref. Conv. e outros Repasses vinc. Educacao	928.400,00	-	-	928.400,00	-	-	-	-
Fonte 1571 Transf. Estado ref. Convenios e outros Repasses vinc. Educacao	10.461.440,00	2.380.000,00	2.380.000,00	10.461.440,00	6.140.532,54	5.603.712,90	5.603.712,90	536.819,64
Fonte 1573 Royalties do Petroleo e Gas Natural Vinculados a Educacao	3.330.795,00	3.330.795,00	3.330.795,00	3.330.795,00	-	-	-	-
Fonte 1600 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Bl. Manutenção	93.582.890,00	8.721.331,54	2.278.525,54	100.025.696,00	94.161.788,26	90.257.455,47	90.257.455,47	3.904.332,79
Fonte 1601 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Bl. Estrutura	2.908.720,00	871.525,00	871.525,00	2.908.720,00	386.092,47	198.566,00	198.566,00	187.526,47
Fonte 1604 Transf. Prov. Gov. Fed. Dest. Venc. Ag. Com. de Saúde/Endemias	-	3.912.336,00	-	3.912.336,00	3.912.336,00	3.912.336,00	3.912.336,00	-
Fonte 1621 Transf. Fundo a Fundo de Rec. SUS prov. Gov. Estadual	1.801.490,00	4.499.337,17	-	6.300.827,17	5.579.397,55	4.290.845,09	4.290.845,09	1.288.552,46
Fonte 1631 Transf. Gov. Fed. Ref. Conv. e outros Repasses vinc. a Saude	1.989.400,00	1.127.704,25	93.704,25	3.023.400,00	784.661,70	784.661,70	668.736,22	115.925,48
Fonte 1632 Transf. Estado ref. Conv. e outros Repasses vinc. a Saude	-	740.936,90	-	740.936,90	740.936,90	490.936,90	490.936,90	250.000,00
Fonte 1635 Royalties do Petroleo e Gas Natural vinculados a Saude	1.110.265,00	-	-	1.110.265,00	1.000.940,87	1.000.940,87	1.000.940,87	-
Fonte 1660 Transf. de Rec. Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	2.417.070,00	1.000.000,00	-	3.417.070,00	950.573,22	727.149,69	727.149,69	223.423,53
Fonte 1665 Transf. de Conv. e outros Repasses vinc. a Assistencia Social	2.013.305,00	-	-	2.013.305,00	311.360,00	-	-	311.360,00
Fonte 1700 Outras Transf. de Convenios ou Repasses da Uniao	26.192.339,00	18.180.840,38	312.018,45	44.061.160,93	32.410.315,90	15.770.302,90	15.440.250,17	16.970.065,73
Fonte 1701 Outras Transf. de Convenios ou Repasses dos Estados	1.140.000,00	103.432.671,57	-	104.572.671,57	9.812.461,67	2.346.495,87	2.346.495,87	7.465.965,80
Fonte 1704 Transf. da Uniao Referente a Royalties do Petroleo e Gas Natural	-	5.946.555,36	-	5.946.555,36	5.946.555,36	5.946.555,36	5.946.555,36	-
Fonte 1709 Transf. da Uniao referente a Comp. Finan. Recursos Hidricos	120.594.690,00	15.982.712,03	15.982.712,03	120.594.690,00	91.737.055,90	82.678.582,59	81.921.851,89	9.815.204,01
Fonte 1750 Recursos da Contrib. Interv. Dom. Economico - CIDE	336.650,00	248.625,30	248.625,30	336.650,00	336.650,00	336.650,00	332.536,11	4.113,89
Fonte 1751 Recursos da Contrib. para Custeio Serv. Ilum. Publica - COSIP	52.894.260,00	2.760.000,00	2.760.000,00	52.894.260,00	47.122.947,61	45.507.987,40	45.504.516,10	1.618.431,51
Fonte 1752 Recursos Vinculados ao Transito	3.134.940,00	1.368.979,60	1.368.979,60	3.134.940,00	3.101.904,00	2.885.251,34	2.885.251,34	216.652,66
Fonte 1754 Recursos de Operacoes de Credito	7.609.953,00	96.932.963,41	9.554.848,56	94.988.067,85	75.636.912,81	56.768.780,23	56.298.860,23	19.338.052,58
Fonte 1759 Recursos vinculados a fundos	81.995.970,00	32.159.591,00	22.965.524,00	91.190.037,00	87.409.666,50	87.165.897,08	87.165.897,08	243.769,42
Fonte 1800 Rec. vinc. ao RPPS - Fundo Capital. (Plano Previdenciario)	109.628.681,00	1.900.000,00	1.900.000,00	109.628.681,00	4.774.204,15	4.774.204,15	4.774.204,15	-
Fonte 1801 Rec. vinc. ao RPPS - Fundo Reparticao (Plano Financeiro)	83.717.725,00	150.000,00	150.000,00	83.717.725,00	83.538.046,23	83.538.046,23	83.538.046,23	-
Fonte 1802 Recursos vinc. ao RPPS - Taxa de Administracao	17.401.044,00	-	-	17.401.044,00	10.868.414,58	10.704.868,41	10.704.868,41	163.546,17
TOTAL	1.863.418.090,00	654.706.631,63	214.976.150,26	2.303.148.571,37	1.939.428.719,64	1.819.480.325,96	1.815.652.751,44	123.775.968,20



Despesas por fonte de recursos - Créditos Suplementados por Superávit Financeiro do Exercício Anterior	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 2500 Recursos Exerc. Ant. - Recursos não vinculados de Impostos	183.955.346,05	7.716.490,00	176.238.856,05	161.443.065,74	147.272.239,31	146.462.757,62	14.980.308,12
Fonte 2540 Superávit Financeiro - Transf. do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	23.244.346,67	-	23.244.346,67	12.293.967,88	12.126.416,22	12.123.446,22	170.521,66
Fonte 2550 Transf. do Salário-Educação	886.220,48	-	886.220,48	242.111,29	171.066,63	171.066,63	71.044,66
Fonte 2552 Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2.029.679,01	-	2.029.679,01	1.849.295,61	1.849.295,61	1.849.295,61	-
Fonte 2569 Outras Transf. de Recursos do FNDE	5.029.789,46	-	5.029.789,46	-	-	-	-
Fonte 2600 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção	6.846.232,62	207.220,85	6.639.011,77	6.167.455,40	5.625.300,25	5.625.300,25	542.155,15
Fonte 2601 Recursos Exerc. Ant. - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	6.533.312,28	-	6.533.312,28	3.652.973,09	2.996.905,60	2.996.905,60	656.067,49
Fonte 2621 Recursos Exerc. Ant. - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Governo Estadual	2.695.026,62	65.000,00	2.630.026,62	2.462.011,45	2.385.050,07	2.385.050,07	76.961,38
Fonte 2632 Transf. do Estado referentes a Convenios e outros Repasses vinculados à Saúde	3.558.478,64	-	3.558.478,64	236.319,96	236.319,96	236.319,96	-
Fonte 2660 Recursos Exerc. Ant. - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -	5.000.804,13	-	5.000.804,13	1.605.280,87	1.106.321,57	1.106.321,57	498.959,30
Fonte 2661 Recursos Exerc. Ant. - Transf. de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Soc	320.638,00	-	320.638,00	230.443,31	230.407,23	230.407,23	36,08
Fonte 2665 Recursos Exerc. Ant. - Transf. de Convenios e outros Repasses vinculados à Assis	1.609.202,10	-	1.609.202,10	112.572,91	112.572,91	112.572,91	-
Fonte 2700 Outras Transf. de Convenios ou Repasses da União	24.715.330,00	-	24.715.330,00	24.621.451,73	845.217,31	845.217,31	23.776.234,42
Fonte 2701 Outras Transf. de Convenios ou Repasses dos Estados	11.308.356,43	3.034.803,58	8.273.552,85	3.450.683,87	3.450.683,87	3.450.683,87	-
Fonte 2704 Recursos Exerc. Ant. - Transf. da União referente a Royalties do Petróleo e gás n	5.608.747,27	-	5.608.747,27	5.318.338,13	5.318.338,13	5.318.338,13	-
Fonte 2749 Outras vinculações de transferências	535.326,41	-	535.326,41	535.326,41	535.326,41	535.326,41	-
Fonte 2750 Recursos Exerc. Ant. - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - C	4.902,00	-	4.902,00	3.339,68	3.339,68	3.339,68	-
Fonte 2751 Recursos Exerc. Ant. - Recursos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação P	4.143.550,00	2.071.775,00	2.071.775,00	2.071.775,00	2.071.775,00	2.071.775,00	-
Fonte 2752 Recursos Exerc. Ant. - Recursos Vinculados ao Trânsito	1.364.399,69	237.003,17	1.127.396,52	1.036.298,21	1.036.298,21	1.036.298,21	-
Fonte 2754 Recursos de Operações de Crédito	106.965,00	-	106.965,00	106.964,10	-	-	106.964,10
Fonte 2759 Recursos Exerc. Ant. - Recursos Vinculados a fundos	5.434.157,67	80.000,00	5.354.157,67	2.059.614,19	540.028,36	539.028,36	1.520.585,83
Fonte 2801 Recursos Exerc. Ant. - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financei	68.000.000,00	-	68.000.000,00	63.959.405,96	63.959.405,96	63.959.405,96	-
Fonte 2802 Recursos Exerc. Ant. - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	3.000.000,00	-	3.000.000,00	2.247.520,26	2.247.520,26	2.247.520,26	-
TOTAL	365.930.810,53	13.412.292,60	352.518.517,93	295.706.215,05	254.119.828,55	253.306.376,86	42.399.838,19
TOTAL GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA NO EXERCÍCIO	1.020.637.442,16	228.388.442,86	2.655.667.089,30	2.235.134.934,69	2.073.600.154,51	2.068.959.128,30	166.175.806,39

Fonte: Demonstrativo da Despesa por Natureza Consolidado por fonte de recursos – Emitido no sistema de Contabilidade Pública-CPCetel (GOVBR) – Exercício 2022.

Não houve abertura de crédito adicional extraordinário.



Na Tabela 06 podemos observar os créditos iniciais da Lei Orçamentária Anual, as suplementações e reduções, bem como suas influências no resultado orçamentário e o detalhamento dos créditos suplementares abertos por superávit financeiro (recursos de exercícios anteriores) utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada, por fontes de recursos.

Nesta mesma tabela podemos visualizar a execução orçamentária por fontes de recursos das despesas suplementadas por superávit financeiro do exercício anterior. Houve abertura de crédito por superávit para o RPPS nas Fontes 2801 e 2802. Os outros recursos que representam o superávit financeiro estão representados pelas fontes de recursos: 2500, 2540, 2550, 2552, 2569, 2600, 2601, 2621, 2632, 2660, 2661, 2665, 2700, 2701, 2704, 2749, 2750, 2751, 2752, 2754 e 2759.

Importante registrar que os Restos a pagar não processados que foram liquidados no exercício de 2022 passam para o exercício seguinte como restos a pagar processados.

As atualizações no orçamento, tanto na receita quanto na despesa, estão autorizadas na Lei nº 2.903 de 20 de dezembro de 2021, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022.

3.1.3. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos. As receitas Intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

São classificadas em “Receitas Correntes Intraorçamentárias” e “Receitas de Capital Intraorçamentárias”, representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias, segundo disposto pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006 que as criou, sendo que não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas “Receita Corrente” e “Receita de Capital”.

O Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Porto Velho foi elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma, apresentando na composição das receitas orçamentárias o somatório das receitas orçamentárias das categorias 1 – Receita Corrente, 2 – Receita de Capital, 7 – Receitas Correntes Intraorçamentárias e 8 – Receitas de Capital Intraorçamentárias.



Quadro 01 – Composição das Receitas Intraorçamentárias

Categoria Econômica da Receita	
1. Receitas Correntes	2. Receitas de Capital
7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	8. Receitas de Capital Intraorçamentárias

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Fonte: MCASP, 9ª Edição, Parte I, Receita de Operações Intraorçamentárias, pág. 42.

Na Tabela abaixo, é demonstrada a composição da Receita Orçamentária prevista e realizada destacando as receitas Intraorçamentárias no exercício de 2022.

Tabela 07 – Composição da Receita Orçamentária Total

Categoria Econômica da Receita	Previsão Atualizada (R\$)	Receita Realizada (R\$)
1.Receitas Correntes	1.940.327.136,70	2.129.919.772,59
7.Receitas Correntes Intraorçamentárias	109.258.580,00	132.068.873,64
2.Receitas de Capital	150.387.597,40	260.531.190,32
8.Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-
Total da Receita Orçamentária	2.199.973.314,10	2.522.519.836,55

Fonte: Balancete da Receita – Emitido no sistema de Contabilidade Pública-CPCetil (GOVBR) – Exercício 2022.



3.1.4. DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São as despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”.

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com a IPC – 07 Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma as despesas orçamentárias são apresentadas pelo seu valor total, incluindo nessas o valor das despesas Intraorçamentárias na Modalidade de Aplicação 91. Na Tabela abaixo, é demonstrada a execução da Despesa Orçamentária destacando as despesas Intraorçamentárias no exercício de 2022:

Tabela 08 - Composição das Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Despesa Corrente	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
31. Pessoal e Encargos Sociais	1.118.512.862,95	1.075.849.029,78	1.075.814.076,04	1.075.780.369,68
31.91. Pessoal e Encargos Sociais Intraorçamentárias	83.965.934,79	79.343.669,92	79.343.669,92	79.343.669,92
32. Juros e Encargos da Dívida	29.668.343,94	27.655.550,57	27.655.550,57	26.223.180,95
32.91. Juros e Encargos da Dívida Intraorçamentárias	1.792.410,17	1.555.363,59	1.555.363,59	1.555.363,59
33. Outras Despesas Correntes	875.835.604,57	793.808.699,99	699.583.536,70	698.524.328,47
33.91. Outras Despesas Correntes Intraorçamentárias	32.368.995,75	31.230.896,37	31.230.896,37	31.230.896,37
44. Investimentos	372.628.971,99	189.670.575,27	122.395.912,12	120.978.680,22
44.91. Investimentos Intraorçamentárias	-	-	-	-
45. Inversões Financeiras	-	-	-	-
45.91. Inversões Financeiras Intraorçamentárias	-	-	-	-
46. Amortização da Dívida	13.296.892,34	12.562.339,21	12.562.339,21	11.863.829,11
46.91. Amortização da Dívida Intraorçamentárias	23.459.005,25	23.458.809,99	23.458.809,99	23.458.809,99
9.9.99.99.00.00.00 Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	104.138.067,55	-	-	-
Total da Despesa Orçamentária e Intraorçamentária	2.655.667.089,30	2.235.134.934,69	2.073.600.154,51	2.068.959.128,30

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CPCetel (GOVBR) – Exercício 2022.

3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi SUPERAVITÁRIO em R\$ 287.384.901,86 e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 2.522.519.836,55) e a despesa empenhada (R\$ 2.235.134.934,69) no Balanço Orçamentário.



3.2. BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (versão Dezembro-2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

3.2.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

3.2.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido: Receita Realizada (-) Deduções da receita orçamentária, conforme demonstrado na tabela 09.



Tabela 09 – Receita Orçamentária Líquida

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Receita Bruta Arrecadada	2.952.906.038,95
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	169.593.240,18
(-) Dedução da Receita por Restituição	963.806,06
(-) Outras deduções	5.268.161,28
(-) Estorno de arrecadação	254.560.994,88
Total da Receita Orçamentária Balanço Financeiro (BF)	2.522.519.836,55

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022.

A composição das receitas líquidas arrecadadas é apresentada na tabela 09 abaixo, seguida da ilustração no gráfico 05.

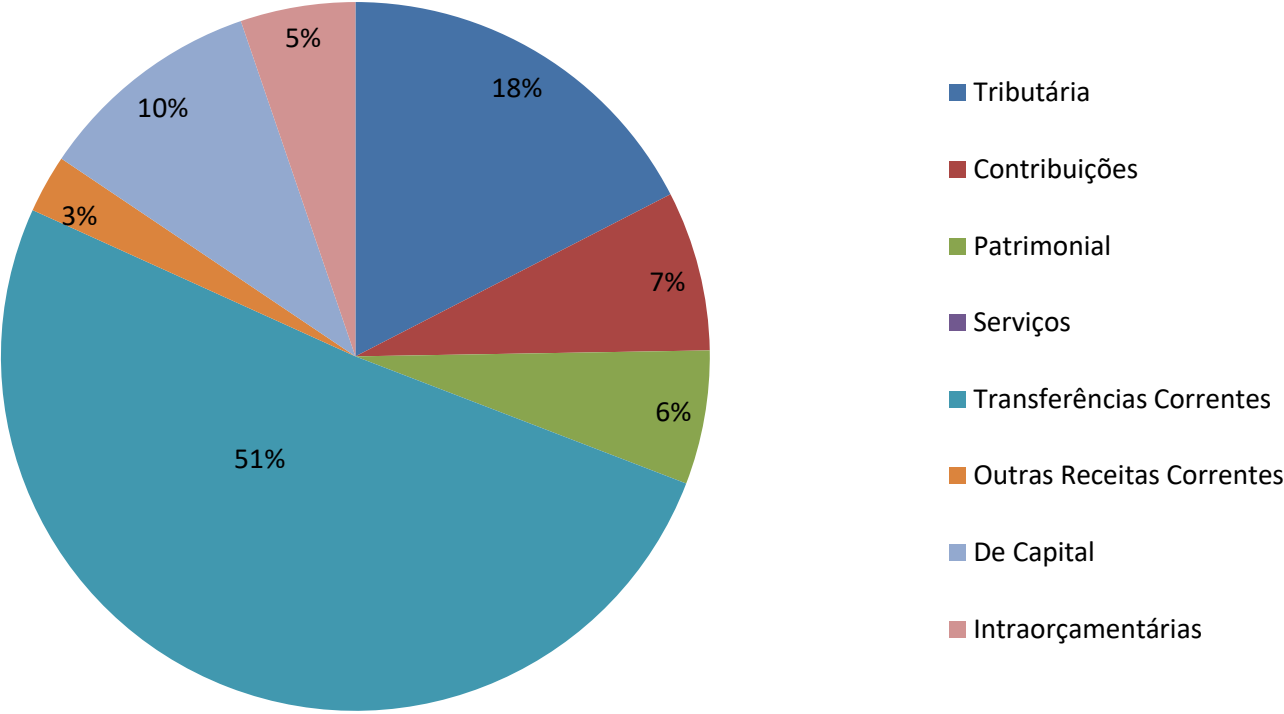
Tabela 10 – Composição das Receitas Líquidas

	Receitas	(Valores em R\$ 1,00)	%
1	Tributária	439.475.686,18	17,44
2	Contribuições	183.860.926,64	7,29
3	Patrimonial	154.017.511,05	6,11
4	Serviços	1.902.179,46	
5	Transferências Correntes	1.283.818.596,71	50,93
6	Outras Receitas Correntes	66.844.872,55	2,65
7	De Capital	260.531.190,32	10,34
8	Intraorçamentárias	132.068.873,64	5,24
	Total	2.520.617.657,09	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022



Gráfico 05 – Receitas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022



3.2.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado líquido, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964, conforme apresentado na tabela 11.

Tabela 11 – Despesas Líquidas Empenhadas

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Empenhado Bruto	2.518.222.539,63
(-) Anulação de Empenhos	-283.087.604,94
Total Empenhado Líquido no Balanço Financeiro (BF)	2.235.134.934,69

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022

A composição das despesas líquidas é apresentada na tabela 12 abaixo, seguida da ilustração no gráfico 06.

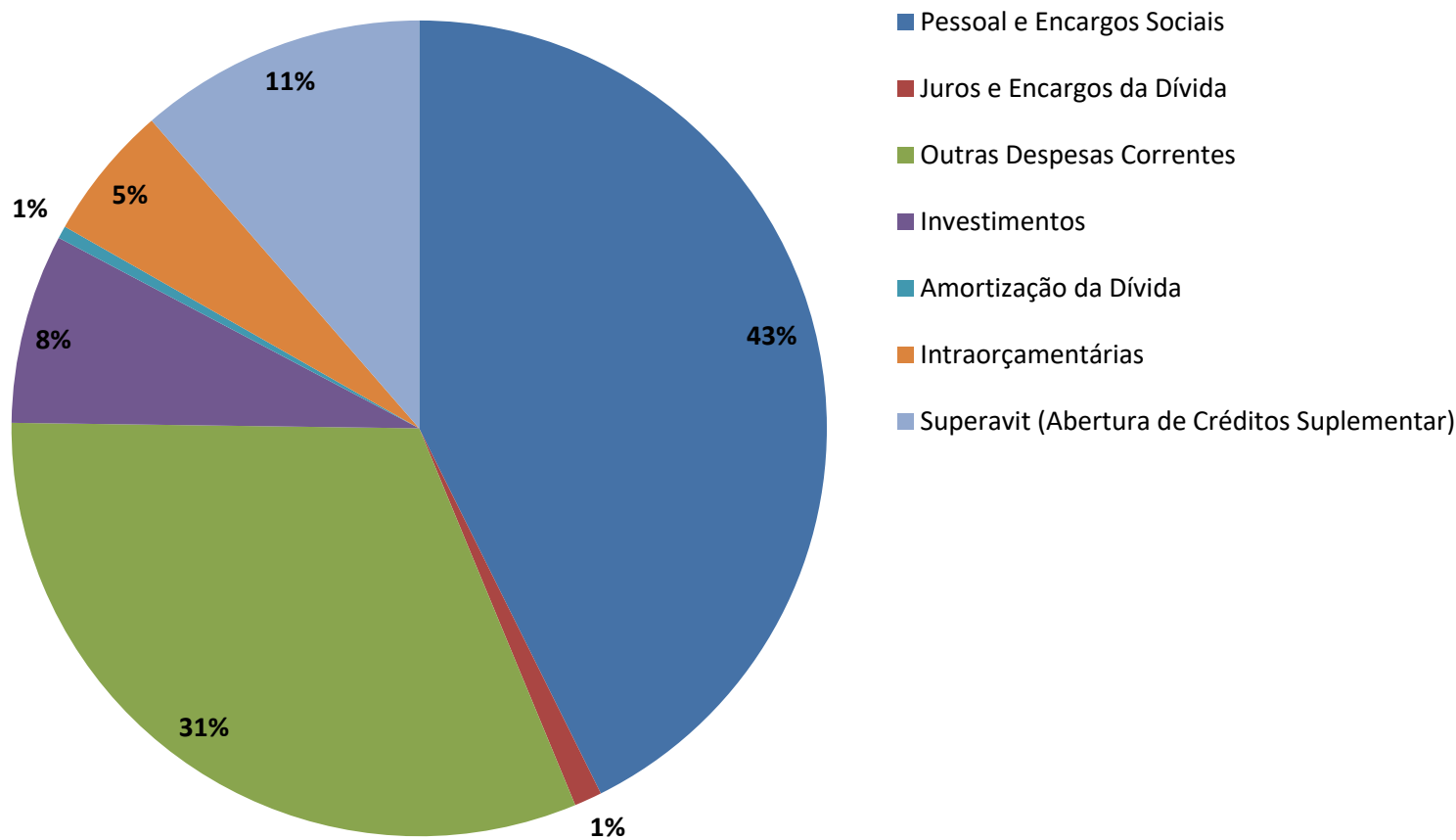
Tabela 12 – Composição das Despesas Líquidas

Despesas	(Valores em R\$ 1,00)	%
1 Pessoal e Encargos Sociais	1.075.849.029,78	42,65
2 Juros e Encargos da Dívida	27.655.550,57	1,10
3 Outras Despesas Correntes	793.808.699,99	31,47
4 Investimentos	189.670.575,27	7,52
5 Amortização da Dívida	12.562.339,21	0,50
6 Intraorçamentárias	135.588.739,87	5,38
Total	2.235.134.934,69	
7 Superavit (Abertura de Créditos Suplementar)	287.384.901,86	11,39
Total da Despesa	2.522.519.836,55	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022



Gráfico 06 – Despesas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022

A contabilização das retenções ocorre por conta da realização da despesa orçamentária. Os valores das retenções são apropriados no momento da liquidação do empenho. Abaixo exemplo dos lançamentos realizados quando da liquidação da despesa com retenção, bem como seu pagamento.



Liquidação:

Débito - 6.2.2.1.3.01.00.00.00.00 - Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Débito - 3.0.0.0.0.00.00.00.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva

Crédito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Débito - 8.2.1.1.2.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Débito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Crédito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Retenção:

Débito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Crédito - 6.2.2.1.3.04.00.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado Pago

Débito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Crédito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 7.2.1.1.1.00.00.00.00.00 - Disponibilidade de Recursos

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Pagamento da retenção:

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Crédito - 1.1.1.1.1.19.00.00.00.00 - Bancos Conta Movimento

Retenções efetuadas em exercícios anteriores que por algum motivo não foram baixadas ou foram baixadas incorretamente, são ajustadas conta a conta

2.3.7.1.1.03.00.00.00.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores, que pertence ao grupo 2.3 - Patrimônio Líquido, e impactam o Resultado Patrimonial, bem como



movimentam o Balanço Financeiro sem transitarem por uma Variação Patrimonial. O Resultado apurado através da Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser somando ao valor dos ajustes de exercícios anteriores para determinação do resultado do exercício.

3.2.1.3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária (4.5.1.1.2) e Concedidas (3.5.1.1.2) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Velho, desconsiderando os Estornos.

Dentro do mesmo grupo de Transferências Financeiras é apresentada, inclusive, a movimentação de recursos financeiros entre as Unidades Gestoras do RPPS, onde é demonstrado o sub-repasse realizado entre os Fundos Financeiro, Capitalizado e Administrativo.

O valor total de Transferências Recebidas é de R\$ 1.095.927.104,26, e Transferências Concedidas totalizam o mesmo montante, conforme apresentado na Tabela 13:

Tabela 13 – Composição das Transferências Financeiras

NC 4.5.1.1.2	Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	NC 3.5.1.1.2	Transferências Concedidas para Execução Orçamentária
Repasse Recebido*	1.069.699.073,30	Repasse Concedido	1.069.699.073,30
Sub Repasse Recebido entre Unidades do RPPS	13.810.866,36	Sub Repasse Recebido entre Unidades do RPPS	13.810.866,36
Devolução de Transferências Concedidas	1.045.454,81	Devolução de Transferências Recebidas	1.045.454,81
Recursos para cobertura de Insuficiência Financeira	11.371.709,79	Recursos para cobertura de Insuficiência Financeira	11.371.709,79
TOTAL	1.095.927.104,26	TOTAL	1.095.927.104,26

***Repases Concedidos pela Prefeitura**

Repasse Concedido á SEMED	518.358.328,36
Repasse Concedido á CÂMARA	60.588.631,16
Repasse Concedido á SEMUSA	432.268.123,35
Repasse Concedido á FUNCULTURAL	7.334.188,63
Repasse Concedido á EMDUR	47.324.774,74
Repasse Concedido á FMDCA	346.677,88
Repasse Concedido á ADPVH	3.478.349,18
Total Repasse Concedido	1.069.699.073,30

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022



Cabe registrar que durante o Exercício Financeiro de 2016 foi efetivamente aplicado o índice de 4,5% referente ao repasse a Câmara Municipal, totalizando o valor de R\$ 31.535.308,43, entretanto, em decorrência da decisão judicial constante nos autos nº 7042489-86.2016.8.22.0001 foi determinado que o índice adequado deveria ser de 5%, portanto o valor do repasse deveria ter sido R\$ 35.039.231,59, gerando uma diferença de R\$ 3.503.923,16 que foi repassado no Exercício Financeiro de 2022, sendo que para fins de controle e transparência foi autuado no âmbito do Município de Porto Velho o Processo Administrativo nº Processo nº02.0364/2022. Vejamos o quadro resumo do Repasse Financeiro Concedido – Exercício 2022:

Tabela 14 – Composição dos Repasses Efetuados

<u>Repasse Financeiro Concedido</u>	
Repasse Financeiro Concedido à Câmara em 2022	R\$ 57.084.708,00
Complementação de repasse Financeiro referente ao exercício 2016 - Processo nº 02.0364/2022	R\$ 3.503.923,16
Total do Repasse Concedido pela Prefeitura à Câmara Municipal de Porto Velho - CMPV em 2022.	R\$ 60.588.631,16

Ainda no exercício 2022 houve a devolução de Recursos não utilizados no montante de R\$ 1.045.454,81, sendo R\$ 45.454,81 da Câmara e R\$ 1.000.000,00 da Agência Municipal de Porto Velho, conforme apresentado abaixo:

Tabela 15 – Composição da Devolução dos Repasses Recebidos

<u>Devolução de Repasse Recebido</u>		
Devolução de saldo financeiro não utilizado pelo Poder Legislativo no exercício de 2021.	R\$	12.002,60
Valor a débito: Depósito Bancário via TED, ref. a devolução de restos a pagar do exercício de 2021- empenhos cancelados. Proc. 00313-000/2022	R\$	33.063,11
Valor a débito: Depósito Bancário via TED, ref. a devolução de consignação de folha de 2019. Proc. 00313-000/2022	R\$	389,10
Total de Repasse Financeiro devolvido a Prefeitura realizado pela Câmara	R\$	45.454,81
Devolução realizada em 14/10/2022 pela ADPVH a Prefeitura em virtude da realocação de orçamento através do Decreto nº18.518 de 06/10/2022.	R\$	1.000.000,00
Total de Repasse Financeiro devolvido à Prefeitura realizado pela Agência (ADPVH)	R\$	1.000.000,00



Total da Devolução de Transferências Recebidas em 2022

R\$ 1.045.454,81

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022

Ainda com relação aos repasses, o montante de R\$ 13.810.866,36 corresponde aos Sub-repasses entre as unidades do RPPS, e a Transferência Recebida no montante de R\$ 11.371.709,79 referem-se aos Aportes da Prefeitura ao IPAM.

A Unidade Gestora Consolidada do Instituto de Previdência de Porto Velho - IPAM compreende a junção das três unidades gestoras, UG 02 - Ipam Fundo de Administração, UG 10 - Ipam Fundo Previdenciário Financeiro e UG 11 - Fundo Previdenciário Capitalizado.

O total dos repasses recebidos no montante de R\$ 25.182.576,15 compreende o somatório dos sub-repasses mais as transferências recebidas para aportes de recursos do RPPS. Os valores correspondentes a R\$ 13.810.866,36 referem-se aos sub-repasses que são realizados das Unidades Gestoras Financeiras e Capitalizadas para o Fundo de Administração, para que esta unidade realize os pagamentos das Despesas Administrativas do Ente. Já as transferências recebidas para Aportes e Recursos para o RPPS no montante de R\$ 11.371.709,79 são os recursos transferidos pela Prefeitura em 2022 referente a Lei nº836 de 08 de janeiro e 2021, que dispõe no Art 1º "a" - Fundo Financeiro, gerido pelo Sistema de Repartição Simples, ao qual o Poder Executivo fica obrigado a repassar mensalmente ao RPPS/IPAM, 10% (dez por cento) da receita dos recursos hídricos (compensação usinas) apurada no respectivo mês.

Tabela 16 – Repasses e Transferências Recebidas RPPS

Sub Repasse Recebido		(R\$)	Sub Repasse Concedido		(R\$)
UG 02	Ipam Fundo Administração	13.810.866,36	UG 10	Ipam Fundo Previdenciário Financeiro	6.133.910,40
			UG 11	Ipam Fundo Previdenciário Capitalizado	7.676.955,96
Total		13.810.866,36	Total		13.810.866,36

Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		(R\$)
UG 10	Recursos para cobertura de insuficiência financeira ¹	11.371.709,79
¹ Repassse Financeiro ref. ao Proc. nº06.172/2021 - 10% RCL da Prefeitura arrecadada ref. Recursos Hídricos.		
Total		11.371.709,79
Total de Repasses Recebidos		25.182.576,15
Total de Repasses Concedidos		13.810.866,36

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022



3.2.1.4. RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

3.2.1.5. PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de pagamentos extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, são obrigações financeiras provenientes de exercícios anteriores que representaram ingressos extraorçamentários, bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Tabela 17 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.641.026,21	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	68.763.348,39
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	161.534.780,18	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	28.687.521,82
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.180.944.473,16	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.190.438.455,26
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.802.435.330,86	OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.830.600.474,12
TOTAL	4.149.555.610,41	TOTAL	4.118.489.799,59

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022

No exercício de 2022, conforme demonstra a Tabela 17, os recebimentos e pagamentos extra orçamentários totalizaram respectivamente, R\$4.149.555.610,41 e R\$4.118.489.799,59.

3.2.1.6. RESTOS A PAGAR



A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2022 apresentado no Balanço Financeiro do Município corresponde a R\$ 161.534.780,18. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R\$ 2.073.600.154,51) e a Paga (R\$ 2.068.959.128,30) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 4.641.026,21.

Já inscrição dos Restos a Pagar não Processados apresentado no Balanço Financeiro do Município equivale a R\$ 161.534.780,18. O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Empenhada (R\$ 2.235.134.934,69) e a Despesa Liquidada (R\$ 2.073.600.154,51) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 161.534.780,18, conforme evidenciado na Tabela 18 a seguir:

Tabela 18 – Apuração dos Restos a Pagar

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	2.073.600.154,51
(-) Despesa paga (Balanço Orçamentário)	2.068.959.128,30
= Inscrição de Restos a Pagar Processados(Balanço Financeiro)(a)	4.641.026,21
Despesa Empenhada (Balanço Orçamentário)	2.235.134.934,69
(-) Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	2.073.600.154,51
= Inscrição de Restos a Pagar não Processados (Balanço Financeiro) (b)	161.534.780,18
Total de Inscrição de Restos a pagar Balanço Financeiro (a+b)	166.175.806,39

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022

3.2.1.7. RESULTADO FINANCEIRO

A tabela 19 demonstra a conciliação do resultado orçamentário e financeiro em 2022, sabendo que o resultado orçamentário do período foi SUPERAVITÁRIO em R\$ 287.384.901,86, o qual é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 2.522.519.836,55) e a despesa empenhada (R\$2.235.134.934,69) no Balanço Orçamentário.

Tabela 19 – Resultado Financeiro



Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro 2022	(Valores em R\$1,00)
1. Resultado Orçamentário	287.384.901,86
2. Restos a pagar inscritos no período (despesas empenhadas e não pagas)	166.175.806,39
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	-97.450.870,21
4. Saldo de Transações extraorçamentárias (depósitos restituíveis e valores vinculados)	-9.493.982,10
5. Saldo de outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	-28.165.143,26
6. Saldo de Transferências recebidas e concedidas	0,00
7. Resultado Financeiro (1+2+3+4+5+6)	318.450.712,68

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2022

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro do exercício foi de R\$318.450.712,68 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 1.556.250.619,21) e no início do ano (R\$ 1.237.799.906,53).

ALTERAÇÕES MCASP VERSÃO 2022 (PUBLICADO EM NOVEMBRO 2021) – 9ª EDIÇÃO VÁLIDA A PARTIR DO EXERCÍCIO 2022.

3.2.1.8 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

A 9ª edição do MCASP incluiu na PARTE II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do Manual um Capítulo 4 que trata de Caixa e Equivalente de Caixa, além disso, foi incluído um tópico de situação específica que trata dos depósitos restituíveis e valores vinculados (pag. 182).

Dessa forma, em atenção ao novo MCASP 9ª edição, faz necessário o Ajuste dos saldos anteriores da Conta do Ativo de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, cujo nível contábil é 1.1.3.5, uma vez que, o manual estabelece que só deva ser considerado Caixa e Equivalente de Caixa (CEC) os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Entidade ou de terceiros que estejam sob sua posse, tais valores muitas vezes, inclusive com respaldo legal são utilizados na gestão financeira das entidades.

Quadro 02 – Ajustes de depósitos restituíveis e valores vinculados - INGRESSOS

BALANÇO FINANCEIRO		Página 1 de 2
Município: Porto Velho		
Estado: Estado de Rondônia		
Período: 01/01/2022 até 31/12/2022		
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO		



INGRESSOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Período Anterior	1.237.799.906,53	1.136.810.027,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	516.287.040,42	375.838.935,96
Depósitos Restituíveis e valores Vinculados		54.803.059,95
Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo	721.512.866,11	706.168.031,19
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	9.005.802.457,75	8.005.214.292,29

Imagem parcial – Balanço Financeiro 2022

Quadro 03 – Ajustes de depósitos restituíveis e valores vinculados - DISPÊNDIOS

BALANÇO FINANCEIRO			Página 2 de 2
			R\$ 1,00
Município: Porto Velho			
Estado: Estado de Rondônia			
Período: 01/01/2022 até 31/12/2022			
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO			
DISPÊNDIOS			
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Saldo do Período Atual	1.556.250.619,21	1.309.235.089,25	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.535.949.874,39	516.287.040,42	
Depósitos Restituíveis e valores Vinculados (Alteração Incluída no MCASP versão 2022)	-	71.435.182,72	
Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo	20.300.744,82	721.512.866,11	
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	9.005.802.457,75	8.005.214.292,29	

Imagem parcial – Balanço Financeiro 2022



Conforme quadro 3, o Ajuste se faz necessário no Balanço Financeiro, pois o saldo anterior no montante de R\$ 71.435.182,72 corresponde a recursos controlados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e a Prefeitura não detém a posse desses valores, assim, não deverão compor o CEC do Município nem tão pouco deve interferir no seu resultado financeiro. O demonstrativo do Balanço Financeiro, assim como o Demonstrativo de Fluxo de Caixa devem deduzir da sua disponibilidade o valor correspondente à R\$ 71.435.182,72, visto que ambos os demonstrativos devem ser conciliados quando apresentar a movimentação financeira do Ente bem como o saldo de caixa e equivalente de caixa.

ALTERAÇÕES PCASP ESTENDIDO - VERSÃO 3 DE 08/09/2021 - PARA EXERCÍCIO 2022.

3.2.1.9 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CURTO PRAZO

A atualização do PCASP estendido para o exercício 2022 trouxe um tratamento diferenciado para os rendimentos e disponibilidades financeiras do RPPS, uma vez que, tais recursos de Investimentos Temporários de Curto Prazo em âmbito das unidades gestoras do RPPS, deverão ser lançados nas contas que foram criadas para essa finalidade: NC 1.1.1.1.1.51.00; NC 1.1.1.1.1.52.00 e NC 1.1.1.1.1.53.00, e que até o exercício financeiro de 2021 eram contabilizados no Grupo de Nível contábil 1.1.4.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PCASP ESTENDIDO - EXERCÍCIO 2022 - v. 2022.0

TABELA: PCASPEstendido

CONTA	TÍTULO	FUNÇÃO	PCASP RPPS	Nível PCASP	CONTROLE
1.1.1.1.01.00	CAIXA	Compreende/Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.	FACULTATIVO	6º	
1.1.1.1.02.00	CONTA ÚNICA	Compreende/Registra os valores da Conta Única, exceto RPPS.	FACULTATIVO	6º	
1.1.1.1.06.00	CONTA ÚNICA RPPS	Compreende os valores disponíveis na Conta Única do RPPS.	OBRIGATÓRIO	6º	
1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS	Registra o somatório das disponibilidades bancárias agregadas nos itens conta única da previdência social e outras contas, agregadas nos agentes financeiros autorizados.	OBRIGATÓRIO	7º	
1.1.1.1.06.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO - PLANO FINANCEIRO	Registra a movimentação financeira dos recursos nas contas movimento do plano financeiro do RPPS através dos agentes financeiros credenciados.	OBRIGATÓRIO	7º	
1.1.1.1.06.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	Registra a movimentação financeira dos recursos nas contas movimento do plano previdenciário do RPPS através dos agentes financeiros credenciados.	OBRIGATÓRIO	7º	
1.1.1.1.06.04	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Registra a movimentação financeira dos recursos nas contas movimento da taxa de administração do RPPS através dos agentes financeiros credenciados.	OBRIGATÓRIO	7º	
1.1.1.1.19.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	Compreende/Registra o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a Conta Única, agregadas pelos subitens identificativos dos bancos correspondentes.	FACULTATIVO	6º	
1.1.1.1.30.00	REDE BANCARIA - ARRECADAÇÃO	Compreende/Registra o somatório dos recursos referentes a receitas arrecadadas e não recolhidas.	FACULTATIVO	6º	
1.1.1.1.50.00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.	FACULTATIVO	6º	
1.1.1.1.50.01	TÍTULOS PÚBLICOS	Registra os valores das disponibilidades das instituições, entidades e unidades aplicadas em títulos públicos.	FACULTATIVO	7º	
1.1.1.1.50.02	POUPANÇA	Registra o valor das aplicações financeiras em poupanças e seus rendimentos (juros e atualização monetária) posteriores.	FACULTATIVO	7º	
1.1.1.1.50.03	FUNDOS DE INVESTIMENTO	Registra o valor das aplicações financeiras em fundo de investimento e seus rendimentos (juros e atualização) posteriores, conforme instrução CVM 409/2004.	FACULTATIVO	7º	
1.1.1.1.50.04	CDB	Registra os valores das disponibilidades das instituições, entidades ou unidades aplicadas em certificados de depósitos bancários (CDB).	FACULTATIVO	7º	
1.1.1.1.50.99	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	Registra outras aplicações financeiras, não classificadas em itens anteriores, das disponibilidades financeiras das entidades, instituições ou unidades.	FACULTATIVO	7º	
1.1.1.1.51.00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA- RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO	Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, advindas de recursos do Fundo em Repartição, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.	OBRIGATÓRIO	6º	INCLUÍDA
1.1.1.1.52.00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, advindas de recursos da Taxa de Administração, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.	OBRIGATÓRIO	6º	INCLUÍDA
1.1.1.1.53.00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA- RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, advindas de recursos do Fundo em Capitalização, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.	OBRIGATÓRIO	6º	INCLUÍDA

Fonte: Imagem parcial do PCASP estendido 2022 - TCERO

As contabilizações dos rendimentos eram efetuadas no nível 1.1.4 até o exercício 2021, devido ao fato do PCASP não contemplar conta específica para a contabilização dos rendimentos em aplicações financeiras de curto prazo para as unidades do RPPS no nível 1.1.1.



Para o exercício 2022, os rendimentos que antes eram lançados no grupo NC 1.1.4, pois não existia conta específica no grupo NC 1.1.1 até 2021, passaram a ser lançados nos níveis 1.1.1.1.1.51.00; 1.1.1.1.1.52.00 e 1.1.1.1.1.53.00, demonstrando assim os rendimentos e aplicações financeiras de curto prazo.

Assim, se explica uma diminuição considerável no saldo das contas de “Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo”, da mesma forma um aumento na conta “Caixa e Equivalente de Caixa” devido a transferência de saldos entre as contas no balanço financeiro, conforme abaixo:

Quadro 04 – Ajustes de transferências de saldos

BALANÇO FINANCEIRO			Página 2 de 2
			R\$ 1,00
Município: Porto Velho			
Estado: Estado de Rondônia			
Período: 01/01/2022 até 31/12/2022			
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO			
DISPÊNDIOS			
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<u>Saldo do Período Atual</u>	1.556.250.619,21	1.309.235.089,25	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.535.949.874,39	516.287.040,42	
Depósitos Restituíveis e valores Vinculados (Alteração Incluída no MCASP versão 2022)	-	71.435.182,72	
Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo	20.300.744,82	721.512.866,11	
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	9.005.802.457,75	8.005.214.292,29	

Imagem parcial – Balanço Financeiro 2022

Esse ajuste, deve ser apresentado tanto no Balanço Financeiro como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, visto que, a não exclusão desse valor no Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC poderia gerar análise de forma equivocada quanto à disponibilidade de caixa do município.



3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Foi elaborado com a utilização da classe 1 (Ativo) e da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como das contas que representam passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

3.3.1. ATIVO CIRCULANTE

O **Ativo Circulante** compreende o disponível para a realização imediata, e os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, compreende o somatório das contas Caixa Equivalente de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Estoques.

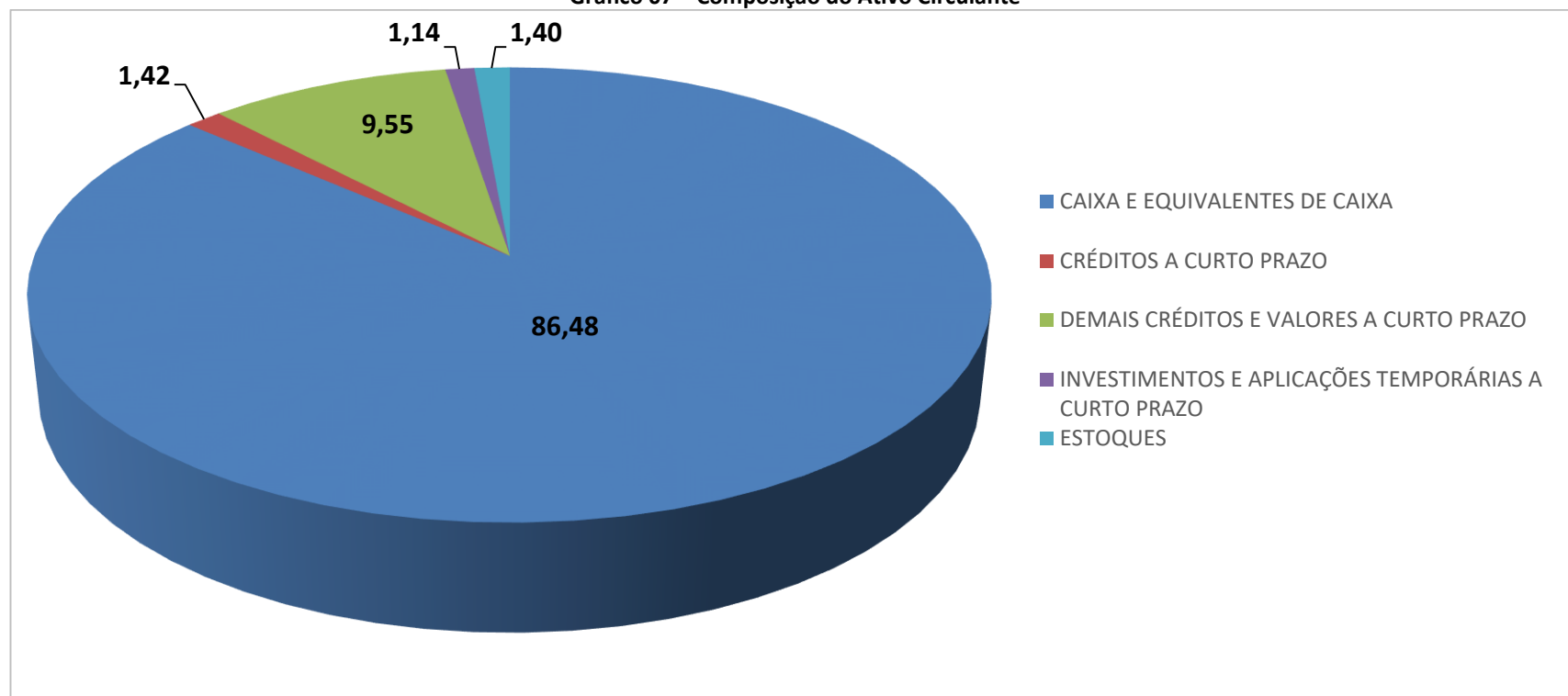
Tabela 20 – Composição do Ativo Circulante

ATIVO CIRCULANTE	2022	%	2021	%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.535.949.874,39	86,48	516.287.040,42	37,25
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	25.218.316,80	1,42	16.251.891,00	1,17
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	169.663.716,95	9,55	106.016.446,03	7,65
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	20.300.744,82	1,14	721.512.866,11	52,06
ESTOQUES	24.908.951,96	1,40	25.924.308,73	1,87
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	1.776.041.604,92	100,00	1.385.992.552,29	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022 e 2021



Gráfico 07 – Composição do Ativo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e não há restrições para o seu uso imediato.

Na composição do Ativo Circulante apresentado na tabela acima, pode-se observar que a maior parte dele em 2022 está concentrado nas contas de Caixa e Equivalente de Caixa e nos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, 86,48% e 9,55% respectivamente.

Caixa e Equivalentes de Caixa alcançou o valor de R\$ 1.535.949.874,39 no exercício atual, enquanto totalizou R\$ 516.287.040,42 no exercício anterior. Na comparação de um ano para outro, constatou-se uma diferença positiva de R\$ 1.019.662.833,97, bem como houve uma diminuição de R\$ 701.212.121,29 com relação ao ano anterior na conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo.



Este aumento na conta de Caixa e Equivalente de Caixa acompanhada da diminuição da conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo se deve ao fato de reclassificação contábil de algumas contas de aplicações financeiras do RPPS que antes estavam classificadas no nível 1.1.4 do plano de contas e passaram para os seguintes níveis contábeis:

- 1.1.1.1.1.51.00.00.00.00 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA – RPPS – FUNDO EM REPARTIÇÃO
- 1.1.1.1.1.52.00.00.00.00 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA – RPPS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
- 1.1.1.1.1.53.00.00.00.00 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA – RPPS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

3.3.2. PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as seguintes obrigações de curto prazo: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Fiscais, provisões e Demais Obrigações.

Houve uma diminuição no Passivo Circulante com relação ao exercício anterior na ordem de 13,17%, passando de R\$ 157.128.303,85 para R\$ 136.433.368,13, ocasionada principalmente pela baixa na conta Demais Obrigações a Curto Prazo que passou de R\$ 22.739.726,66 para R\$ 5.049.406,23, sendo que esta conta representa em 2022, 3,70% do total do passivo circulante, antes representando 14,47%. Houve também baixa na conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo que passou de R\$ 125.179.072,81 para R\$ 102.359.808,18, sendo que em 2022 esta conta representa 75,03% do total do passivo circulante enquanto que em 2021 representava 79,67%.

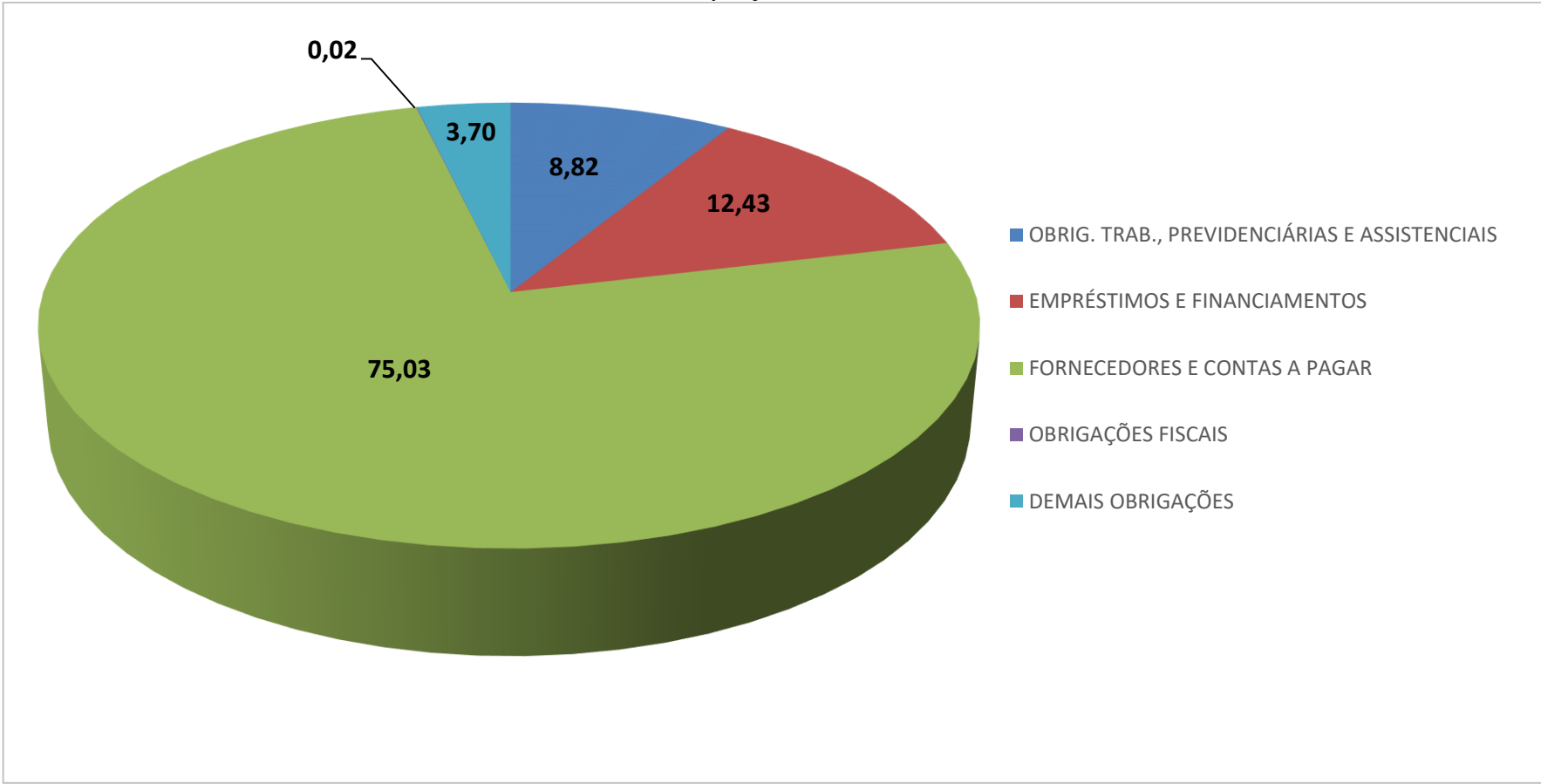
Tabela 21 – Composição do Passivo Circulante

PASSIVO CIRCULANTE	2022	%	2021	%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	12.030.629,46	8,82	3.901.672,10	2,48
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	16.961.425,20	12,43	5.271.832,28	3,36
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	102.359.808,18	75,03	125.179.072,81	79,67
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	32.099,06	0,02	36.000,00	0,02
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.049.406,23	3,70	22.739.726,66	14,47
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	136.433.368,13	100,00	157.128.303,85	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022



Gráfico 08 – Composição do Passivo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022



3.3.3. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm a expectativa de realização após os 12 meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado.

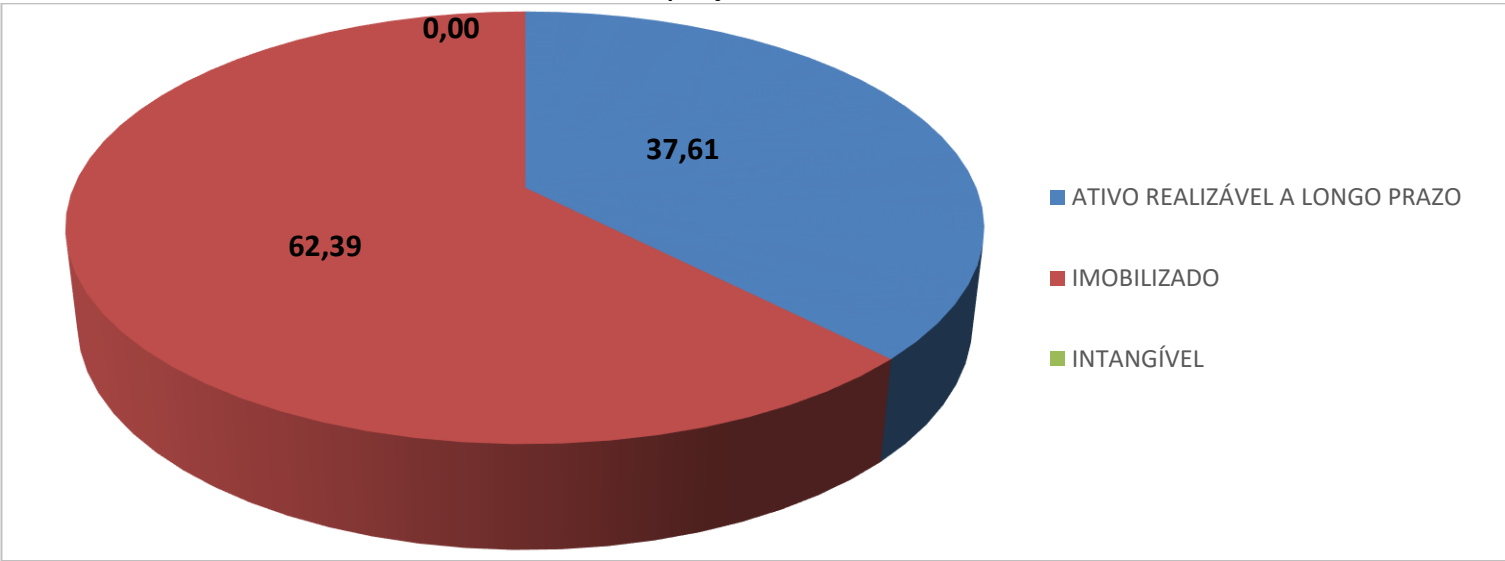
Conforme apresentado abaixo na Tabela 22 e ilustrado no Gráfico 09, a maior parte do Ativo não circulante compreende o Imobilizado, com o valor na ordem de R\$ 599.880.563,38 (62,39%), seguido do ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 361.608.762,28 (37,61%).

Tabela 22 – Composição do Ativo Circulante

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2022	%	2021	%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	361.608.762,28	37,61	105.080.648,94	17,09
IMOBILIZADO	599.880.563,38	62,39	509.765.308,02	82,91
INTANGÍVEL	145,20	0,00	331,89	0,00
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	961.489.470,86	100,00	614.846.288,85	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022 e 2021

Gráfico 09 – Composição do Ativo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022



O Intangível apresenta um valor tão irrisório em relação ao valor total do Ativo Não Circulante, que na tabela e no gráfico esta conta aparece com percentual “0,00”.

Houve um aumento significativo no Ativo Realizável a Longo Prazo, principalmente em virtude de registros de valores a receber do Instituto de Previdência e Assistência – IPAM conforme tabela abaixo.

Tabela 23 – Valores a receber IPAM

Nível Contábil	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
1.2.1.1.1.97.01.00.00.00	ELEMENTO MODERADOR A RECEBER	-		100.130.833,25	14.157.934,66	85.972.898,59	D
1.2.1.1.2.06.04.01.00.00	CREDITOS A RECEBER PATRONAL - PREFEITURA	-		8.402.271,77	3.927.199,83	4.475.071,94	D
1.2.1.1.2.06.04.02.00.00	CREDITOS A RECEBER PATRONAL - CÂMARA	-		1.780.823,80	556.333,97	1.224.489,83	D
1.2.1.1.2.06.04.03.00.00	CREDITOS A RECEBER PATRONAL PREFEITURA LEI 835/2021	-		152.180.178,06	12.908.140,53	139.272.037,53	D
TOTAL		-	D/C	262.494.106,88	31.549.608,99	230.944.497,89	D/C

Abaixo demonstramos os razões de contabilidade, com as datas, os valores lançados e históricos dos lançamentos.

Estado de Rondonia

Razão de Contabilidade

Página 1 de 1

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Unidade Gestora: 0003 IPAM - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conta Contábil: 25150 ELEMENTO MODERADOR A RECEBER

Nível Contábil: 1.2.1.1.1.97.01.00.00.00

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00	Débitos:	100.130.833,25	Débitos:	100.130.833,25
Créditos:	0,00	Créditos:	14.157.934,66	Créditos:	14.157.934,66
Saldo Atual:	0,00	Saldo Atual:	85.972.898,59		

Movimentação												
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor
0003	1547128	31/12/2022	VALOR LANCAMENTO REF. VALORES DE CRÉDITOS A RECEBER DE ELEMENTO MODERADOR DO PERÍODO ANTERIOR A 31.12.2022, CONFORME PROCESSO Nº 2021.67.602266PA, informado pela divisão de elemento moderador, assinado por Adelson Fonseca Marques, chefe da divisão.							2879 P		100.130.833,25 +
0003	1547135		VALOR LANCAMENTO REF. Estimativa de créditos a receber no exercício de 2023, de elemento moderador, conforme relatório de Resumo informado pela divisão de elemento moderador processo nº 2021.67.602266PA.							25151 P		14.157.934,66 -
											Saldo Atual:	85.972.898,59 +



Estado de Rondonia

Razão de Contabilidade

Página 1 de 1

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Unidade Gestora: 0010 IPAM - FUNDO PREVIDENCIARIO FINANCEIRO

Conta Contábil: 24492 CREDITOS A RECEBER PATRONAL - PREFEITURA

Nível Contábil: 1.2.1.1.2.06.04.01.00.00

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00	Débitos:	8.402.271,77	Débitos:	8.402.271,77
Créditos:	0,00	Créditos:	3.927.199,83	Créditos:	3.927.199,83
Saldo Atual:	0,00	Saldo Atual:	4.475.071,94		

Movimentação													
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor	
0010	681147	28/06/2022	VALOR LANCAMENTO REF. VALOR LANCAMENTO REF. VALOR DA DIVIDA DA PMPV JUNTO AO IPAM FUNDO FINANCEIRO, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTE DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 382 DE 24/06/2010.							11377 P		8.402.271,77 +	
0010	681396		VALOR LANCAMENTO REF. TRANSF. DE SALDO DA DIVIDA PARA PAGTO REF. AO EXERCICIO 2022, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTE DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 382 DE 24/06/2010							24490 P		1.446.864,99 -	
											Saldo Atual:		6.955.406,78 +
0010	1546992	31/12/2022	VALOR LANCAMENTO REF. TRANSF. DE SALDO DA DIVIDA PARA PAGTO REF. AO EXERCICIO 2023, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTE DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 382 DE 24/06/20210							24490 P		2.480.334,84 -	
											Saldo Atual:		4.475.071,94 +

Estado de Rondonia

Razão de Contabilidade

Página 1 de 1

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Unidade Gestora: 0010 IPAM - FUNDO PREVIDENCIARIO FINANCEIRO

Conta Contábil: 24493 CREDITOS A RECEBER PATRONAL - CÂMARA

Nível Contábil: 1.2.1.1.2.06.04.02.00.00

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Movimentação - Atributo Financeiro		Movimentação - Atributo Permanente		Movimentação Contábil	
Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00	Saldo Anterior:	0,00
Débitos:	0,00	Débitos:	1.780.823,80	Débitos:	1.780.823,80
Créditos:	0,00	Créditos:	556.333,97	Créditos:	556.333,97
Saldo Atual:	0,00	Saldo Atual:	1.224.489,83		

Movimentação													
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor	
0010	681064	28/06/2022	VALOR LANCAMENTO REF. VALOR DA DIVIDA DA CÂMARA JUNTO AO IPAM FUNDO FINANCEIRO, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTE DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 290 DE 29/11/2007, PERÍODO DE AGOSTO DE 1995 A DEZEMBRO DE 2002.							11377 P		1.780.823,80 +	
0010	681378		VALOR LANCAMENTO REF. TRANSF. DE SALDO DA DIVIDA PARA PAGTO REF. AO EXERCICIO 2022, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTE DO CUMPRIMENTO DA LC 290 DE 29/11/2007, PERÍODO DE AGOSTO DE 1995 A DEZEMBRO DE 2002,							24491 P		210.965,45 -	
											Saldo Atual:		1.569.858,35 +
0010	1546998	31/12/2022	VALOR LANCAMENTO REF. TRANSF. DE SALDO DA DIVIDA PARA PAGTO REF. AO EXERCICIO 2023, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTE DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 290 DE 29/11/2007, PERÍODO DE AGOSO DE 1995 A DEZEMBRO DE 2002							24491 P		345.368,52 -	
											Saldo Atual:		1.224.489,83 +



Estado de Rondonia

Razão de Contabilidade

Página 1 de 2

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Unidade Gestora: 0010 IPAM - FUNDO PREVIDENCIARIO FINANCEIRO

Conta Contábil: 24497 CREDITOS A RECEBER PATRONAL PREFEITURA LEI 835/2021

Nível Contábil: 1.2.1.1.2.06.04.03.00.00

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Movimentação - Atributo Financeiro				Movimentação - Atributo Permanente				Movimentação Contábil			
Saldo Anterior:	0,00			Saldo Anterior:	0,00			Saldo Anterior:	0,00		
Débitos:	0,00			Débitos:	152.180.178,06			Débitos:	152.180.178,06		
Créditos:	0,00			Créditos:	12.908.140,53			Créditos:	12.908.140,53		
Saldo Atual:	0,00			Saldo Atual:	139.272.037,53						

UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor
0010	681210	28/06/2022	VALOR LANCAMENTO REF. VALOR DA DÍVIDA JUNTO AO IPAM FUNDO FINANCEIRO QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTES DO CUMPRIMENTO DA ALÍNEA "A" DO ART. 15 LC 404 DE 27/12/2010, LEI Nº 835 DE 08/01/2021, GERIDO PELO SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES AO QUAL O PODER EXECUTIVO FICA OBRIGADO A REPASSAR MENSAL AO IPAM, QUANDO MENOR A DIFERENÇA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS É O VALOR GASTO COM OS BENEFÍCIOS E AS DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO.							11377 P		152.180.178,06 +
0010	681350		VALOR LANCAMENTO REF. TRANSF. DE SALDO DA DÍVIDA PARA PAGTO REF. AO EXERCÍCIO 2022, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTES DO CUMPRIMENTO DA ALÍNEA "A" DO ART. 15 LC 404 DE 27/12/2010, LEI Nº 835 DE 08/01/2021, GERIDO PELO SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES AO QUAL O PODER EXECUTIVO FICA OBRIGADO A REPASSAR MENSAL AO IPAM QUANDO MENOR A DIFERENÇA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E O VALOR GASTO COM OS BENEFÍCIOS E AS DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO.							24496 P		4.755.630,53 -
											Saldo Atual:	147.424.547,53 +

Estado de Rondonia

Razão de Contabilidade

Página 2 de 2

Prefeitura Municipal de Porto Velho

Conta Contábil: 24497 CREDITOS A RECEBER PATRONAL PREFEITURA LEI 835/2021

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Movimentação												
UG	Lanço	Data	Histórico	Credor	N.o Documento e Data	Empenho	Sub	Receita	Despesa	ContraPartida	Atributo	Valor
0010	1547004	31/12/2022	VALOR LANCAMENTO REF. TRANSF. DE SALDO DA DÍVIDA PARA PAGTO REF. AO EXERCÍCIO 2023, QUANTO AO PARCELAMENTO DOS VALORES PROVENIENTES DO CUMPRIMENTO DA ALÍNEA "A" DO ART. 15 LC 404 DE 27/12/2010, LEI Nº 835 DE 08/01/2021, GERIDO PELO SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES AO QUAL O PODER EXECUTIVO FICA OBRIGADO A REPASSAR MENSALMENTE AO IPAM QUANDO MENOR A DIFERENÇA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E VALORES GASTOS COM OS BENEFÍCIOS E AS DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO.							24496 P		8.152.510,00 -
											Saldo Atual:	139.272.037,53 +

Os lançamentos a crédito nestas contas são referentes a transferências de saldos a receber da conta de longo prazo para as contas de curto prazo com expectativa de recebimento no exercício de 2023, portanto as inscrições destes valores a receber do IPAM também tiveram influência no aumento do ativo circulante mais especificamente no nível 1.1.3 – Demais créditos e valores a curto prazo.



3.3.3.1. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Em 2022, o saldo da Dívida Ativa Tributária, que é composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido, totaliza R\$ 628.717.743,26, sendo R\$ 600.727.371,26 em Longo Prazo e R\$ 27.990.372,00, em Curto Prazo, antes do ajuste de perdas, cuja metodologia utilizada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada em nota explicativa adiante. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2023 na Lei Orçamentária Anual - LOA. A composição do saldo da Dívida Ativa Tributária é apresentada a seguir.

Tabela 24 – Saldo Dívida Ativa Tributária

Dívida Ativa Tributária	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida antes do Ajuste de Perdas	27.990.372,00	600.727.371,26	628.717.743,26	16.169.831,00	580.045.142,64	596.214.973,64
(-) Ajuste de Perdas da D.A.	-2.799.037,20	-470.079.127,46	-472.878.164,66	-	-476.977.997,21	-476.977.997,21
Dívida antes do Ajuste de Perdas	25.191.334,80	130.648.243,80	155.839.578,60	16.169.831,00	103.067.145,43	119.236.976,43

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022

3.3.3.1.1. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2022

No exercício de 2022 foi inscrito o valor total de R\$ 76.044.681,28 em dívida ativa.

Quadro 05 - Créditos tributários inscritos em dívida ativa no exercício de 2022

Descrição	Principal	Multas	Juros	Correção	Total
Imposto Predial	12.721.710,50	281.597,69	810.255,74	1.357.765,34	15.171.329,27
Imposto Territorial	17.164.616,85	379.936,04	1.087.590,76	1.831.947,88	20.464.091,53
TRSD	12.327.014,79	2.726.201,45	779.615,59	1.315.615,96	17.148.447,79
TX Alvará de Licença de Funcionam.	6.674.697,69	33.387,10	401.897,18	712.378,90	7.822.360,87
TX Alvará de Licença de Func./AI	737.689,76	80,11	262.785,76	95.435,74	1.095.991,37
TX de Uso de Bem Público	84.728,34	1.875,24	3.795,02	9.043,35	99.441,95
ISSQN Mensal	5.163.303,35	1.060.181,23	157.199,09	551.070,31	6.931.753,98
ISS/RETIDO	698.647,50	135.312,61	20.223,47	74.567,00	928.750,58
ISSQN Estimativa Fixa	263.784,13	5.840,09	16.484,20	28.158,43	314.266,85
ISS/SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS	407.920,12	9.029,26	26.357,14	43.536,60	486.843,12
ISSQN/AI	750.541,59	12.190,14	325.336,48	141.123,25	1.229.191,46
ISS/TAXI/CONDUTOR/PRINCIPAL	112.154,00	23.960,43	7.385,32	11.970,00	155.469,75
Multa - Não Adesão a NFSE	122.919,98	25.018,61	9.726,47	13.119,04	170.784,10
Autos de Infração/Multas Ambientais	308.005,63	200,80	198.374,56	64.689,19	571.270,18
Autos de Infração/Posturas	434.330,45	9.194,35	226.948,46	69.309,32	739.782,58
Autos de Infração/Fila de Banco	143.900,00	-	49.809,68	16.431,42	210.141,10
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	97,63	2,16	6,19	10,42	116,40
COSIP	2.161.650,79	47.853,89	64.396,53	230.747,19	2.504.648,40
Total da Inscrição	60.277.713,10	4.751.861,20	4.448.187,64	6.566.919,34	76.044.681,28

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022



3.3.3.1.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - INSCRIÇÕES E BAIXAS – EXERCÍCIOS 2020, 2021 E 2022.

A evolução do saldo do estoque da dívida ativa tributária nos últimos quatro anos é apresentada a seguir.

Quadro 06 – Inscrições e Baixas de Dívida Ativa Tributária – Exercícios 2020, 2021 e 2022.

Dívida Ativa 2020		Dívida Ativa 2021		Dívida Ativa 2022	
Saldo Anterior (a)	482.708.680,85	Saldo Anterior (a)	566.623.953,53	Saldo Anterior (a)	596.297.033,64
Inscrições		Inscrições		Inscrições	
IPTU	47.976.530,47	IPTU	40.915.281,77	IPTU	35.635.420,80
ISS	50.583.213,00	ISS	11.066.242,18	ISS	10.046.275,74
TRSD	10.210.539,13	TRSD	11.328.322,25	TRSD	17.148.447,79
Licença para Funcionamento Regular	4.232.195,51	Licença para Funcionamento Regular	2.318.532,68	Licença para Funcionamento Regular	9.017.794,19
Multas por Autos de Infração	268.568,63	Multas por Autos de Infração	574.466,41	Multas por Autos de Infração	1.521.193,86
Multa - Não adesão NF-e	43.549,29	Multa - Não adesão NF-e	95.968,84	Multa - Não adesão NF-e	170.784,10
COSIP	-	COSIP	2.202.011,98	COSIP	2.504.648,40
Foros	47.205,35	Foros	17.976,81	Foros	116,40
Total das Inscrições (b)	113.361.801,38	Total das Inscrições (b)	68.518.802,92	Total das Inscrições (b)	76.044.681,28
Baixas		Baixas		Baixas	
IPTU *	8.496.638,73	IPTU	12.148.988,54	IPTU	13.045.486,18
ISS	3.749.060,41	ISS	3.155.281,76	ISS	3.659.833,98
Taxas Prestação serviços - TRSD	1.816.503,54	Taxas Prestação serviços - TRSD	3.168.038,15	Taxas Prestação serviços - TRSD	3.618.689,28
Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	1.621.729,12	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	2.004.655,65	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	2.859.060,30
Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	89.827,06	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	46.971,55	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	31.019,62
Total Por Recebimento	15.773.758,86	Total Por Recebimento	20.523.935,65	Total Por Recebimento	23.214.089,36
Por cancelamento	13.672.769,84	Por cancelamento	18.321.787,16	Por cancelamento	20.379.902,30
Total das Baixas (c)	29.446.528,70	Total das Baixas (c)	38.845.722,81	Total das Baixas (c)	43.593.991,66
Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	566.623.953,53	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	596.297.033,64	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	628.747.723,26

* Em 2020, o valor da Baixa por recebimento de IPTU está líquido do valor da dedução por restituição (R\$ 8.498.014,23 - R\$ 1.375,50 = R\$ 8.496.638,73)



3.3.3.1.3. COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

De acordo com o Relatório de Dívida Ativa do Município, expedido pela Subprocuradoria da Dívida Ativa/SPDA da Procuradoria Geral do Município/PGM, o trabalho desenvolvido com relação à recuperação judicial de créditos tributários possibilitou com que o Município seja autor de 13.812 processos executivos fiscais em trâmite no Juízo da 2ª Vara de execuções Fiscais e Registros Públicos, sendo desse quantitativo, 2.776 ações protocolizadas em 2022. Quanto à cobrança administrativa, foram realizados 15.424 parcelamentos em 2022 no valor total de R\$ 44 milhões. E ainda, no ano de 2022, a SPDA enviou aos Tabelionatos de Protestos, o montante de 520 títulos executivos extrajudiciais.

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa tributária está contida no Relatório de Dívida Ativa do Município de Porto Velho, acostado ao Demonstrativo de Desempenho da Arrecadação, que é parte integrante do Balanço Geral do Município.

3.3.3.1.4. CANCELAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Os valores cancelados no exercício de 2022, que totalizam R\$ 20.379.902,30, se referem ao cancelamento da Dívida Ativa Tributária a título de baixas por prescrição, isenções/imunidade e cumprimento de determinação judicial, reconhecidos através do processo administrativo 00600-00000844/2023-87-e, sendo baixados créditos de ITU, IPTU, TRSD, ISS, Alvará de Funcionamento e Demais Taxas, COSIP, Auto de Infração e Foros. A contabilização do cancelamento da Dívida Ativa está contida no processo 06.02262-02/2021.

3.3.3.1.5. AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

A 9ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a Média Percentual de Recebimentos Passados. A média percentual de recebimentos passados utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios.

Do estoque total da dívida ativa a curto e longo prazo, que totaliza R\$ 628.747.723,26, apenas uma parte tem efetiva possibilidade de cobrança (24,79%), considerando a média de recebimentos passados.



Dessa forma, no ano de 2022 foi considerado o valor ajustes de perdas de R\$ 470.079.127,45 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 2.998,00 de Dívida Ativa Não Tributária, totalizando R\$ 472.881.162,66, que representa 75,21% dos valores a receber, sendo que este percentual é a diferença entre o saldo da dívida ativa e a média percentual de recebimentos dos últimos três exercícios, que foi de 24,79% das inscrições em dívida ativa. A íntegra da memória de cálculo do ajuste de perdas da dívida ativa está contida no processo 06.02262-02/2021.

3.3.3.2. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Em 2022, a Dívida Ativa Não Tributária a Curto Prazo do Município apresenta um saldo contábil de R\$ 29.980,00, referente ao crédito inscrito a título de FOROS. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2023. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária.

Em 2022, a Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo que totalizava R\$ 1.008.548,60, registrada em 10.01.2007, correspondente à inscrição em dívida ativa decorrente do processo 00366/96-TCERO em desfavor de Antônio Orlandino Gurgel do Amaral, pela Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Velho, referente ao exercício de 1995, foi baixada em decorrência de extinção do crédito, reconhecida na DM 0092/2022-GP do TCERO constante do proc. nº 04660/17, publicada no Diário Oficial do TCE/RO nº 2552 de 15/03/2022, que determina a baixa de responsabilidade em desfavor de Antônio Orlandino Gurgel do Amaral, quanto à multa imposta no item III do Acórdão nº APL-TC 00121/98, proferido no Proc. nº 00365/96.

Tabela 25 – Saldo Dívida Ativa Não Tributária

Dívida Ativa Não Tributária	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida antes do Ajuste de Perdas	29.980,00	-	29.980,00	82.060,00	1.008.548,60	1.090.608,60
(-) Ajuste de Perdas da D.A.	-2.998,00	-	-2.998,00	-	-	-
Dívida antes do Ajuste de Perdas	26.982,00	-	26.982,00	82.060,00	1.008.548,60	1.090.608,60

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022



3.3.4. IMOBILIZADO

O Imobilizado Consolidado do Município de Porto Velho alcançou o montante de **R\$ 599.880.563,38** (quinhentos e noventa e nove milhões oitocentos e oitenta mil quinhentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos) no final do exercício de 2022, representando um crescimento de 17,68% em relação ao final do exercício de 2021 e está segregado em dois grupos: **(I) Bens Móveis**; e **(II) Bens Imóveis**. A composição é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 26 - imobilizado

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis (I)	303.363.071,69	259.969.546,12	16,69	50,57
(+) Valor Bruto Contábil	417.913.411,04	345.760.588,68	20,87	69,67
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	114.550.339,35	85.791.042,56	33,52	19,10
Bens Imóveis (II)	296.517.491,69	249.795.761,90	18,70	49,43
(+) Valor Bruto Contábil	297.782.963,71	250.729.527,18	18,77	49,64
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	1.265.472,02	933.765,28	35,52	0,21
Total Líquido (III = I + II)	599.880.563,38	509.765.308,02	17,68	100,00

Fonte: CP/CETIL 2022

3.3.4.1. BENS MÓVEIS (I)

Conforme tabela 26, no final do exercício de 2022, o valor líquido contábil dos bens móveis foi de **R\$ 303.363.071,69** (trezentos e três milhões trezentos e sessenta e três mil, setenta e um real e sessenta e nove centavos) sendo que o grupo de contas **“Veículos”** representou aproximadamente **29,99%** do valor bruto contábil dos bens móveis do Município. Essa conta contempla todos os veículos de tração mecânica e embarcações em geral. Em comparação ao saldo de 31/12/2021, houve variação de **12,10%**, sendo que do total de **R\$ 125.333.272,79** (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil e setenta e nove centavos), **56,23%** estão na carga patrimonial da UG-00 (PMPV), **25,73%** sobre controle da UG-09 (SEMED), **12,81%** na carga da UG-04 (SEMUSA) e os outros **5,23%** distribuídos nas demais Unidades Gestoras.

Em relação ao total bruto, a Unidade Gestora (UG-00) detém a carga patrimonial da maior parte dos “bens móveis” desta municipalidade, **56,59%**. Em seguida, a UG-09 (SEMED) que controla **22,01%** e a UG-04 (SEMUSA) que detêm **16,81%**. Os outros **4,59%** nas demais Unidades Gestoras.



Tabela 27 – Bens Móveis

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Veículos	125.333.272,79	111.801.934,48	12,10
Demais Bens Móveis	100.452.299,19	85.961.301,20	16,86
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	77.464.683,79	64.918.013,59	19,33
Móveis e Utensílios	71.716.751,42	52.819.564,81	35,78
Bens de Informática	38.078.598,22	25.545.899,64	49,06
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	4.867.805,63	4.713.582,44	3,27
Bens Móveis em Almoxarifado	0,00	292,52	-100,00
Total Bruto (I)	417.913.411,04	345.760.588,68	20,87
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	114.550.339,35	85.791.042,56	33,52
Total Líquido (III = I - II)	303.363.071,69	259.969.546,12	16,69

O TC 15 – Saldo Físico-Financeiro de Bens Móveis corresponde ao montante do **R\$ 303.363.071,69** (trezentos e três milhões, trezentos e sessenta e três mil, setenta e um reais e sessenta e nove centavos), que é resultado do valor bruto de “bens móveis-consolidação” de R\$ 417.913.411,04 (nível 1.2.3.1.0.00.00.00.00.00) **deduzido** o valor da depreciação acumulada de bens móveis de R\$ 114.550.339,35 (nível 1.2.3.8.1.01.00.00.00.00).

3.3.4.2. BENS IMÓVEIS (II)

Em 31/12/2022, o valor líquido contábil dos bens imóveis do Município totaliza **R\$ 296.517.491,69** (duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e nove centavos) distribuídos nas Unidades Gestoras UG-00; UG-01; UG-02; UG-04; UG-07; e UG-09 conforme tabela 27 e gráfico abaixo:

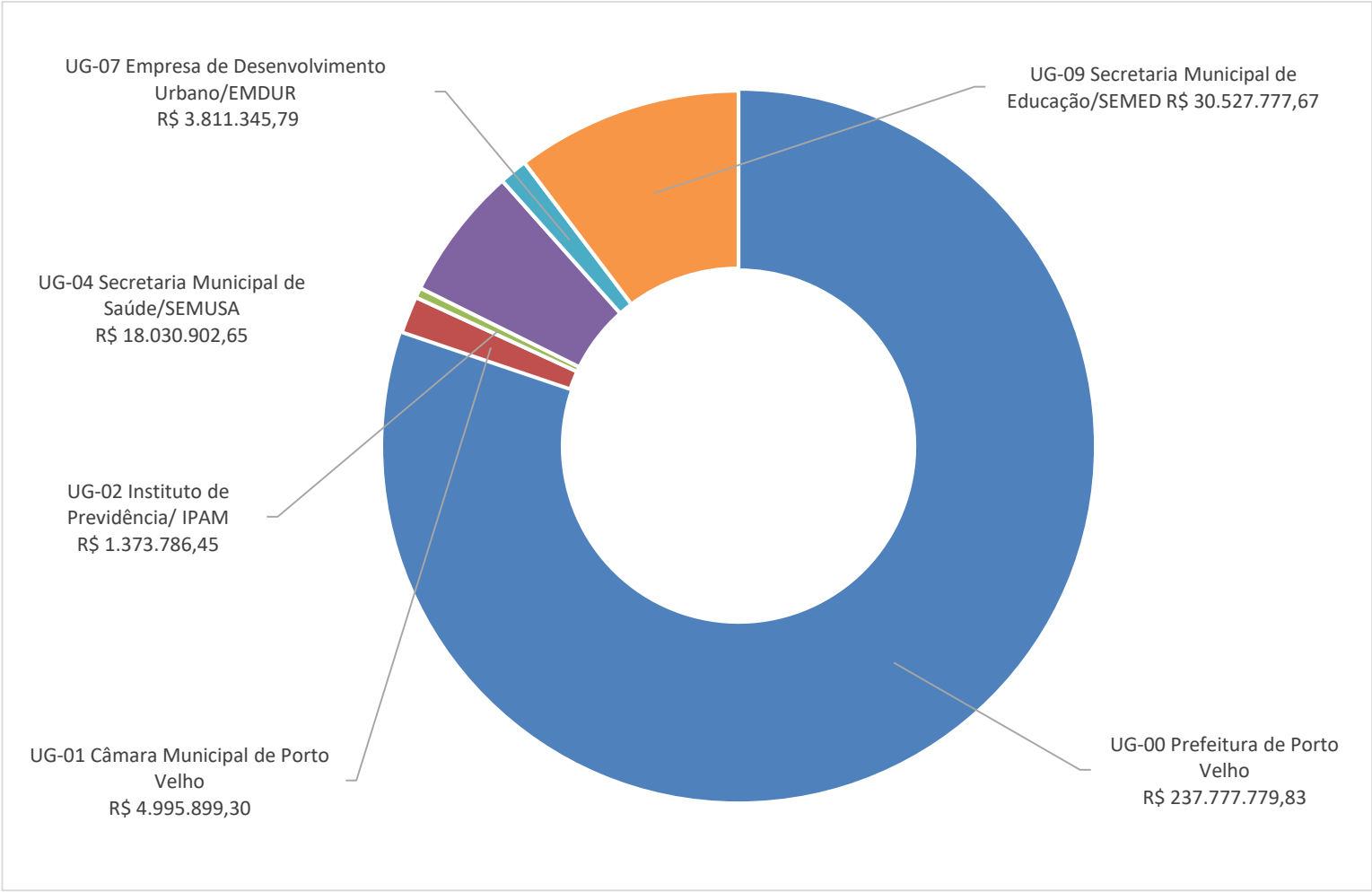
Tabela 28 – Bens Imóveis

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens Imóveis em Andamento	137.570.479,62	123.895.915,64	11,04
Bens de Uso Especial	79.884.689,44	78.823.258,22	1,35
Bens de Uso Comum do Povo	69.450.283,12	37.881.943,49	83,33
Demais Bens Imóveis	9.853.635,63	8.871.287,84	11,07
Instalações	1.023.875,90	1.257.121,99	-18,55
Total Bruto (I)	297.782.963,71	250.729.527,18	18,77
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (II)	115.815.811,37	933.765,28	33,54
Total Líquido (III = I - II)	296.517.491,69	249.795.761,90	18,70

Fonte: CP/CETIL 2022



Gráfico 10 – Composição dos Bens Imóveis

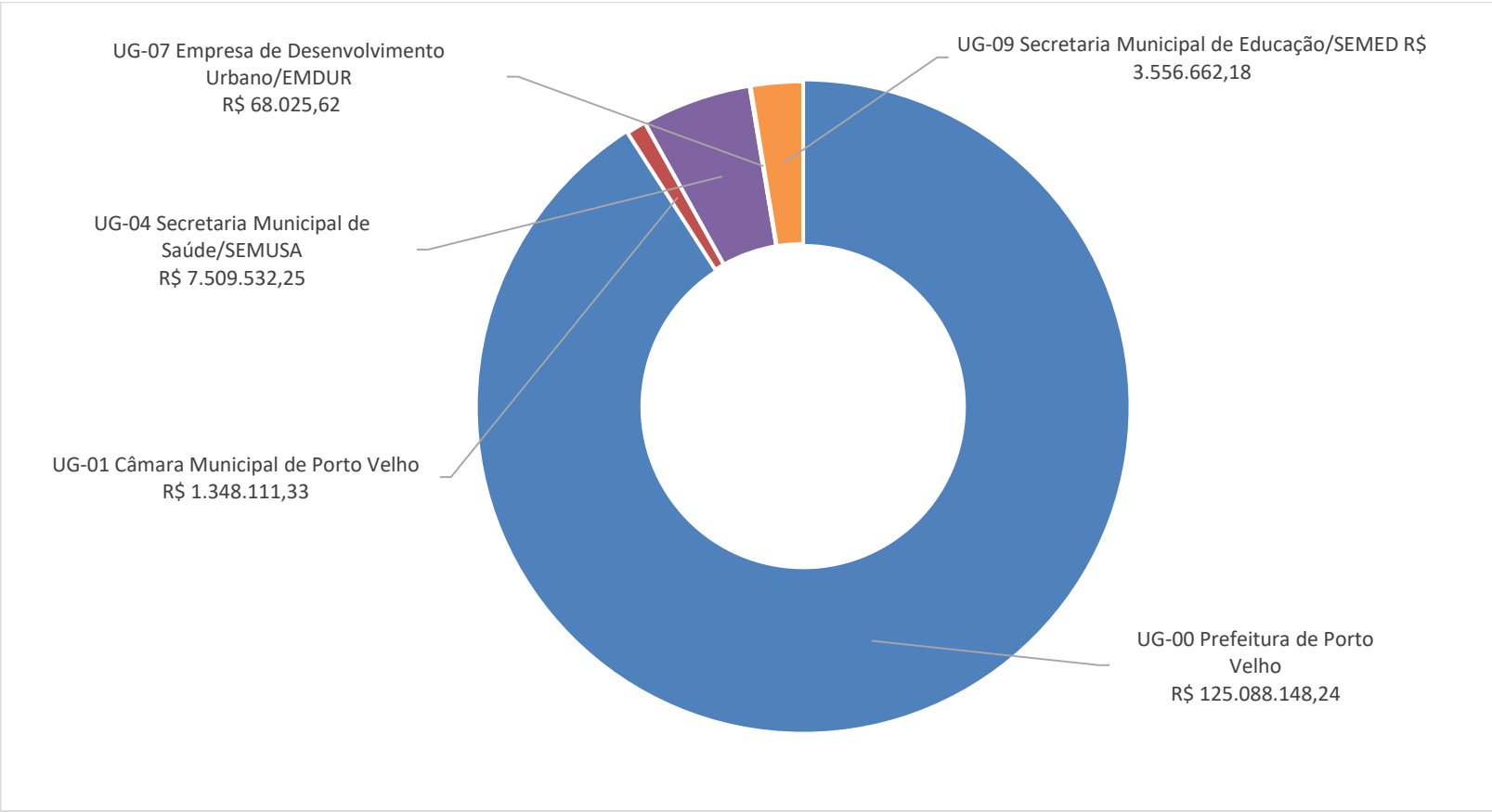


Fonte: Demonstrativo Patrimonial PP/CETIL 2022



Entre os bens imóveis, o mais significativo são os bens imóveis em andamento, **46,20%** do total bruto e que representam os bens imóveis ainda não concluídos, como “Obras em Andamento” com **R\$ 137.555.529,62** e os “Estudos e Projetos” com **R\$ 14.950,00**. A maior parte destes bens está registrada na UG-00. Na perspectiva do registro por Unidade Gestora, os valores estão distribuídos conforme gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Obras em Andamento por Unidade Gestora



Fonte: Demonstrativo Patrimonial PP/CETIL 2022



O valor do saldo em bens imóveis em andamento do ativo imobilizado referem-se também a valores acumulados de obras públicas iniciadas em exercícios anteriores que e resultarão em bens dominicais e bens de uso comum do povo.

Ainda referente aos bens imóveis em andamento, destaque-se que na composição organizacional da UG-00 (PMPV) que detêm o maior valor dos bens imóveis, a Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) executa o montante de **R\$ 108.009.572,65** ou 86,35%. Os outros 13,65% estão sendo executados pelas demais Unidades Gestoras.

Quanto ao TC 16 – Saldo Físico-Financeiro de Bens Imóveis, o montante líquido corresponde **R\$ 296.517.491,69** (duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e nove centavos), que é resultado do valor bruto de “bens imóveis-consolidação” **deduzido** o valor da depreciação acumulada de bens móveis.

3.3.5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO, REAVLIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta Municipal, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 13.943/2015 que dispõe sobre gestão patrimonial dos bens móveis e da Instrução Normativa 05 de 2015 que institui os procedimentos de depreciação e reavaliação de bens móveis bem com a inserção das taxas de depreciação e registro dos lançamentos padronizados. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, na IN05/2015, disponível no sítio da Secretaria Municipal de Fazenda.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis. Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir da data da colocação do bem em utilização com a incorporação no Sistema PP/CETIL.



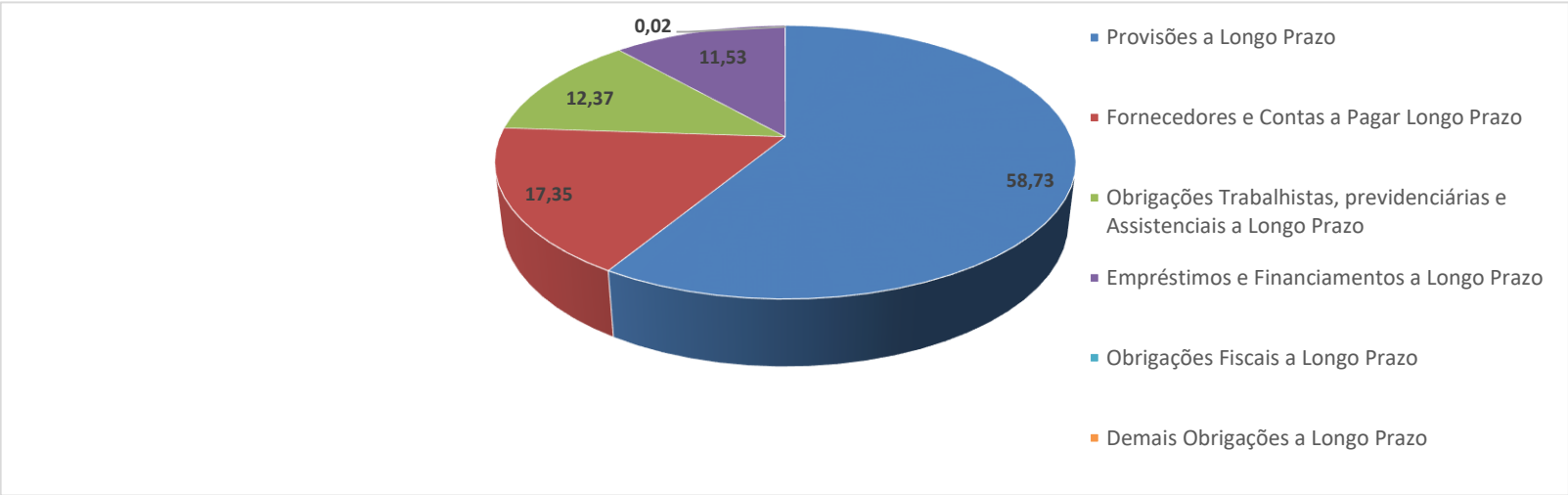
3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Tabela 29 – Passivo Não Circulante

Passivo Não Circulante	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)
Provisões a Longo Prazo	859.808.361,25	474.489.737,18	58,73
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	253.977.580,43	161.762.676,50	17,35
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	181.090.829,98	186.547.857,28	12,37
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	168.732.600,52	144.195.788,71	11,53
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	294.989,02	319.989,02	0,02
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Total Passivo Não Circulante	1.463.904.361,20	967.316.048,69	100,00

Gráfico 12 – Composição do Passivo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022



O Passivo Não Circulante tem como item mais representativo as Provisões a Longo Prazo, no valor de R\$474.489.737,18, representando 49,05% do Passivo Não Circulante.

3.3.6.1. PROVISÕES A LONGO PRAZO

As Provisões Matemáticas Previdenciárias representam o total dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

Segundo os cálculos atuariais, a contabilização das Provisões Matemáticas Previdenciárias segue o regramento legal e as contas contábeis aplicáveis ao Plano Financeiro, ou seja, o resultado atuarial não causa impacto no patrimônio do Município de Porto Velho, tendo em vista a existência da conta redutora dos valores decorrentes da provisão de cobertura da insuficiência financeira.

No grupo Passivo - Provisões a Longo Prazo estão registradas as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, que evidenciam os valores de benefícios previdenciários estimados a serem pagos ao longo do período de 75 anos e a forma como serão custeados.

O montante de R\$ 6.094.100.726,78 representa o valor provisionado a ser pago, sendo R\$ 1.958.679.034,11 de benefícios concedidos e R\$ 4.135.421.692,67 de benefícios a conceder. Esse montante é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R\$ 820.493.238,36, pela compensação entre os regimes de previdência no montante de R\$ 423.397,97, pela Prefeitura Municipal como ente patrocinador do regime no montante de R\$ 768.702.947,46 e pelo patrimônio do regime no valor de R\$ 859.808.361,25, que totaliza R\$ 2.449.427.945,04.

Entretanto, essas contribuições e compensações não são suficientes para cobrir o montante de R\$ 6.094.100.726,78, o que gerou um déficit previdenciário matemático atuarial de R\$ 3.644.672.781,74, a ser custeado pelo Tesouro do Município ao longo do período de 75 anos. Considerando-se o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira, o saldo final da provisão é de R\$ 859.808.361,25, que representa o patrimônio do regime. Abaixo a memória de cálculo e quadro completo do plano de contas das Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo.



Tabela 30 – Memória de Cálculo das Provisões Matemáticas Previdenciárias a LP

MONTANTE A SER PAGO (A)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	1.922.389.688,48	36.289.345,63	1.958.679.034,11
A CONCEDER	2.261.220.085,23	1.874.201.607,44	4.135.421.692,67
TOTAL (A)	4.183.609.773,71	1.910.490.953,07	6.094.100.726,78

FONTES DE RECURSOS / CUSTEIO (B)			
FONTES	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
SERVIDOR INATIVO	48.940.891,80	227.293,59	49.168.185,39
PENSIONISTA	15.941.718,39	9.311,48	15.951.029,87
SERVIDOR ATIVO	237.027.190,89	518.346.832,21	755.374.023,10
ENTE - PMPV	237.027.190,89	531.675.756,57	768.702.947,46
COMPENS. PREV.	-	423.397,97	423.397,97
PATRIMÔNIO DO RPPS	-	859.808.361,25	859.808.361,25
TOTAL (B)	538.936.991,97	1.910.490.953,07	2.449.427.945,04

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A-B)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	(1.857.507.078,29)	-	(1.857.507.078,29)
A CONCEDER	(1.787.165.703,45)	-	(1.787.165.703,45)
TOTAL (A-B)	(3.644.672.782,74)	-	(3.644.672.782,74)

Nota: O valor a ser pago é de R\$ 6.094.100.726,78, as fontes de custeio somam R\$ 2.449.427.945,04, o que gera uma insuficiência financeira de R\$ 3.644.672.781,74.



Tabela 31 – Provisões a Longo Prazo

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	859.808.361,25	474.489.737,18
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	859.808.361,25	474.489.737,18
PROVISÕES A LONGO PRAZO	859.808.361,25	474.489.737,18
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	859.808.361,25	474.489.737,18
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	859.808.361,25	474.489.737,18
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	1.922.389.688,48	1.538.608.263,72
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(48.940.891,80)	(45.561.554,64)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(15.941.718,39)	(12.628.804,68)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.857.507.078,29)	(1.480.417.904,40)
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2.261.220.085,23	2.089.645.630,52
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(237.027.190,89)	(126.193.790,74)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(237.027.190,89)	(126.193.790,74)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.787.165.703,45)	(1.837.258.049,04)
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	36.052.740,56	29.540.238,62
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	36.289.345,63	29.754.809,50
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(227.293,59)	(214.570,88)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(9.311,48)	-
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	823.755.620,69	444.949.498,56
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.874.201.607,44	1.242.430.556,03
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(531.675.756,57)	(404.672.996,02)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(518.346.832,21)	(392.321.043,19)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(423.397,97)	(487.018,26)
TOTAL	859.808.361,25	474.489.737,18

Na avaliação atuarial do exercício de 2022, a cobertura da insuficiência financeira ficou em R\$ 3.644.672.781,74, enquanto em 2021 foi de R\$ 3.317.675.953,44.



Assim, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurado na avaliação atuarial referente a 2022 no total de R\$ 3.644.672.781,74, foi registrado de acordo com o regramento e com as contas contábeis aplicados ao Plano Financeiro, em contas redutoras, ou seja, o resultado atuarial não impacta o patrimônio municipal.

3.3.6.2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Representando o segundo item mais relevante, com aproximadamente 17,35% do total do Passivo Não Circulante, nela constam os lançamentos dos seguintes Precatórios, ao que totalizam R\$ 253.977.580,43:

Tabela 32 – Precatórios de Fornecedores LP

Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	154.726.663,96	C	823.784,89	7.804.596,31	161.707.475,38	C
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/5/2 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	153.982.748,06	C	815.076,43	7.285.113,34	160.452.784,97	C
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/5/2 - NÃO VENCIDOS	743.915,90	C	8.708,46	519.482,97	1.254.690,41	C
PRECATORIOS DE CONTAS A PAGAR- CREDORES NACIONAIS-REGIME ESPECIAL	6.501.660,48	C	17.673.359,29	88.538.609,42	77.358.331,01	C
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/5/2 - NÃO VENCIDOS	6.501.660,48	C	17.673.359,29	88.538.609,42	77.358.331,01	C

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CPCetil (GOVBR) – Exercício 2022

O valor de R\$ 14.911.774,04 que fecha o total da conta de fornecedores e contas a pagar a longo prazo está registrado como fornecedores nacionais, referindo-se a fornecedores não parcelado a pagar e renegociação de dívidas com fornecedores, sendo representado no quadro abaixo:

Tabela 33 – Fornecedores e Contas a Pagar LP

Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
2.2.3.1.1.01.00.00.00.00 FORNECEDORES NACIONAIS	534.352,06	C	29.273.184,75	43.650.606,73	14.911.774,04	C
2.2.3.1.1.01.01.00.00.00 FORNECEDORES NÃO PARCELADO A PAGAR	-		28.815.470,64	43.650.606,73	14.835.136,09	c
2.2.3.1.1.01.03.00.00.00 RENEGOCIAÇÃO DE DIVIDAS COM FORNECEDORES	534.352,06	c	457.714,11	-	76.637,95	c
2.2.3.1.1.01.03.02.00.00 CERON UNN/001/2003	534.352,06	c	457.714,11	-	76.637,95	c

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CPCetil (GOVBR) – Exercício 2022



O valor que cabe a conta Fornecedores não parcelado a pagar R\$- 14.835.136,09 (Quatorze milhões e oitocentos e trinta e cinco mil e cento e trinta e seis reais e nove centavos) referente a valores levantados conforme processo nº2021.67.602266PA do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Porto Velho, informando a dívida com fornecedores referente a valores de exercícios anteriores que serão quitadas nos exercícios seguintes. O valor da conta Renegociação de dívidas com fornecedores, representado por um parcelamento junto a Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron, contrato “CERON UNN/001/2003” R\$ - 76.637,95 (Setenta e seis mil e seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco reais) que teve transferência de valores do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, para baixa da dívida do Município junto a ENERGISA RONDONIA.

Ainda em relação aos precatórios, importante registrar que o Município de Porto Velho optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e posteriormente alterada pela Emenda 94/2016 e mais recentemente pela Emenda 99/2017. No Município a opção foi formalizada através do Decreto nº 11.588, de 09 de março de 2010. Na prática, no regime eleito o ente deposita mensalmente, em uma conta bancária administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, um determinado percentual da receita corrente líquida, calculado sobre 1/12 (um doze-avos) dessa mesma receita, apurada no segundo mês anterior ao mês de pagamento/depósito. Nesse mesmo sentido é a redação dos artigos 97, 2º, do ADCT e 19, caput, da Resolução 115/2010, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 115/2010).

Nesse contexto, cabe destacar os registros contábeis relacionados aos precatórios realizados no exercício de 2022, em conformidade com as informações fornecidas pela Procuradoria Geral do Município – PGM por meio do **Ofício 188/COMCEP/PGM/202, de 31/10/2022 e ofício 206/COMCEP/PGM/2022 DE 12/12/2022 (com anexos de I a VIII)**, que trata sobre a Evidenciação do Valor de Precatórios – Prestação de Contas de 2022.

De acordo com o PLANO DE PAGAMENTO DE 2023 do Município de Porto Velho elaborado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, homologado, acostado ao Pedido de Providências nº 0000577-62.2018.8.22.0000 (ID nº 16653634), o valor da dívida consolidada até 01.04.2022 alcança R\$ 383.808.395,54 (trezentos e oitenta e três milhões e oitocentos e oito mil e trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Todavia, o Município de Porto velho entende que a dívida consolidada atualizada até 01.04.2022, corresponde a R\$ 355.790.999,48 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e noventa mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), deixando claro, que no momento do pagamento do processo 20000545-58.1997.8.22.0000, ainda será descontado o valor de R\$ 15.763.476,26, atualizados para a mesma data, conforme ANEXO I. Ressalta-se que a diferença supracitada se dá em razão da distinção entre as metodologias adotadas pelo Município de Porto Velho e Tribunal de Justiça.

Informamos ainda que o valor total pago a título de pagamento humanitário e acordo direto, no exercício de 2022, dos precatórios inscritos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, foi na importância de R\$ 264.189,72 (Duzentos e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), e R\$ 15.763.476,26 referente ao pagamento de valor incontroverso processo nº 2000545-58.1997.8.22.0000, ambos conforme informados no



ANEXO III e na Projeção de Valores Inscritos em precatório do plano de pagamento 2023, também constantes nos Ofícios nºs 188/COMCEP/PGM/2022 e 206/COMCEP/PGM/2022.

Além disso, em 2022 não houve a transferência da Dívida de Longo para Curto Prazo, visto que o saldo contabilizado no Curto Prazo em 31/12/2022 soma um montante de R\$ 68.138.842,91 (Níveis Contábeis 2.1.1.1.1.04.02 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NÃO PAGOS, 2.1.3.1.1.05.01 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - ANTES DE 5/ 5/2 e 2.1.3.1.1.05.02 - PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NÃO PAGOS) valor considerado superior ao informado no item “c” do Ofício no montante de R\$ 43.462.312,97, referente á segregação da dívida de precatório e valor estimado a ser pago em Curto, ou seja de janeiro a dezembro de 2023. Diante disso, para melhor explanação do exposto, a seguir apresenta-se a composição do saldo de precatório registrado no exercício de 2022.

Tabela 34 – Composição do Saldo de Precatórios

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>
PRECATÓRIOS QUE COMPÕE A DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 257.566.003,29	R\$ 254.302.859,50
PRECATÓRIOS QUE NÃO COMPÕE A DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 16.289.852,79	R\$ 88.645.941,48
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 8.300.223,76	R\$ 9.191.757,62
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/05 (NÃO INCLUIDOS NA DCL)	R\$ 7.989.629,03	R\$ 79.454.183,86
TOTAL	R\$ 273.855.856,08	R\$ 342.948.800,98
<u>MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE PRECATÓRIOS</u>		
1) SALDO ANTERIOR		R\$ 273.855.856,08
(-) Pagamentos de precatório conforme Ofício 188/DCP/PGM/2022		R\$ 16.027.665,98
(-) Pcto de valor incontroverso - Anexo I		R\$ 15.763.476,26
(-) Pcto de precatórios pago pelo TJRO - Anexo III		R\$ 264.189,72
(-) VPA Ajustes de precatórios NC 4.9.9.9.1.01.14 (22862)		R\$ 27.928.929,37
(+) VPD Atualização monetária de precatório NC 3.4.3.9.1.01.70 (10749)		R\$ 113.049.540,25
2) Total da movimentação de precatório		R\$ 342.948.800,98
3) Saldo Final de precatórios contabilizado em 31/12/2022		R\$ 342.948.800,98
(=) Divergência (2-3)		R\$ -
4) Valor devido a títulos de precatórios (item a - Ofício 206/COMCEP/PGM/2022)*		R\$ 340.027.523,02
(+) Cadastro de precatório após 01/04/2022**		R\$ 2.921.277,96
5) Saldo total devido a título de precatório pelo Município de Porto Velho registrado até 31/12/2022		R\$ 342.948.800,98
(=) Divergência (3-5)		R\$ -



*Valores corrigidos em consonância com Saldo Final da planilha de Cálculos elaborados pelo Município de Porto Velho do Plano de Pgto. 2022/PGM - (Anexo I - item "a") - Ofício nº 188/COMCEP/PGM/2022 DE 31/10/2022 e Ofício nº 206/COMCEP/PGM/2022 DE 12/12/2022 corresponde a R\$ 355.790.999,48 menos o valor de pagamento de precatório incontroverso R\$ 15.763.476,26 (Processo nº 2000545-58.1997.8.22.0000) considera o valor devido a título de Precatório R\$ 340.027.523,02.

CONTA ESPECIAL DE PRECATÓRIOS

Extratos Bancários - Saldos em 31/12/2022

CONTA CAIXA ECONOMICA 2848/040/01518832-4

CONTA CAIXA ECONOMICA 2848/040/01531493-1

TOTAL

SALDO FINAL

R\$ 94.128.706,02

R\$ 19.435.599,73

R\$ 113.564.305,75

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA ESPECIAL DE PRECATÓRIOS (1.1.3.5.1.08.02)*

Saldo Anterior 31/12/2021

R\$ 69.835.365,94

(-) Pagamentos de Precatário conforme Ofício 188/DCP/PGM/2022

R\$ 16.027.665,98

(-) Pgto de valor incontroverso - Anexo I

R\$ 15.763.476,26

(-) Pgto de Precatórios pago pelo TJRO - Anexo III

R\$ 264.189,72

(+) Ajuste do Saldo Final NC 4.9.9.9.1.01.14

R\$ 59.756.605,79

(=) SALDO FINAL EM 31/12/2022

R\$ 113.564.305,75

*Compreende valores de depósitos compulsórios, de acordo com a legislação em vigor, de atributo financeiro, onde foi contabilizado a quantia que foi depositada até 31/12/2022 em conta especial para pagamento de precatórios, uma vez que constitui numerário nas contas de precatórios da Prefeitura de Porto Velho, controladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

A movimentação da referida conta no exercício de 2022 pode ser demonstrada da seguinte forma:



Tabela 35 – Movimentação da Conta Especial de Precatórios

Filtros

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Somente contas com movimento

Nível Contábil: 1.1.3.5.1.08.02.00.00.00 - CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS

Reduzido	Nível Contábil	CC	S/A	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débitos	Créditos	Saldo Atual	D/C
1	1.0.0.0.00.00.00.00.00	-	S	ATIVO	69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D
2	1.1.0.0.00.00.00.00.00	-	S	ATIVO CIRCULANTE	69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D
188	1.1.3.0.00.00.00.00.00	-	S	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D
219	1.1.3.5.00.00.00.00.00	-	S	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D
220	1.1.3.5.1.00.00.00.00.00	-	S	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D
9577	1.1.3.5.1.08.00.00.00.00	2	S	CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D
21234	1.1.3.5.1.08.02.00.00.00	2	A	CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D
Total Geral					69.835.365,94	D	59.756.605,79	16.027.665,98	113.564.305,75	D

** o Anexo I da Relação individualizada consta a data da última atualização 01/04/2022, todavia foram cadastradas no sistema precatórios no montante de R\$ 2.921.288,96 posteriores a essa data. Os cadastros foram feitos mediante apresentação de Ofício e conferência junto a relação do TJ. Os dados individualizados são listados a seguir:



LISTA TJ/RO em 30/11/2022

Fila	Orc	Processo	Natureza	Data Apresentaçã o	Prioridade	Situação	Valor Original	Fila
##	2024	0803136-17.2022.8.22.0000	Alimentar	06/04/2022	Normal	Aguardando Pagamento	132.777,45	308
##	2024	0804124-38.2022.8.22.0000	Alimentar	29/04/2022	Normal	Aguardando Pagamento	17.235,49	312
##	2024	0805720-57.2022.8.22.0000	Alimentar	15/06/2022	Normal	Aguardando Pagamento	55.254,60	315
##	2024	0806099-95.2022.8.22.0000	Alimentar	23/06/2022	Normal	Aguardando Pagamento	154.944,17	316
##	2024	0808118-74.2022.8.22.0000	Alimentar	15/08/2022	Normal	Aguardando Pagamento	17.335,51	317
##	2024	0808368-10.2022.8.22.0000	Alimentar	17/08/2022	Normal	Aguardando Pagamento	33.456,17	318
##	2024	0808253-86.2022.8.22.0000	Alimentar	17/08/2022	Normal	Aguardando Pagamento	113.266,02	319
##	2024	0809084-37.2022.8.22.0000	Alimentar	20/09/2022	Normal	Aguardando Pagamento	80.541,42	320
##	2024	0809359-83.2022.8.22.0000	Alimentar	28/09/2022	Normal	Aguardando Pagamento	46.815,08	321
##	2024	0810199-93.2022.8.22.0000	Alimentar	18/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	96.238,12	322
##	2024	0810196-41.2022.8.22.0000	Alimentar	18/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	105.531,25	323
##	2024	0810203-33.2022.8.22.0000	Alimentar	18/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	135.517,13	324
##	2024	0810197-26.2022.8.22.0000	Alimentar	18/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	209.194,03	325
##	2024	0810408-62.2022.8.22.0000	Alimentar	21/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	32.507,11	326
##	2024	0810551-51.2022.8.22.0000	Alimentar	25/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	25.972,83	327
##	2024	0810617-31.2022.8.22.0000	Alimentar	26/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	17.921,59	328
##	2024	0803423-77.2022.8.22.0000	Comum	07/04/2022	Normal	Aguardando Pagamento	241.421,27	334
##	2024	0804754-94.2022.8.22.0000	Comum	19/05/2022	Normal	Aguardando Pagamento	91.449,26	335
##	2024	0805041-57.2022.8.22.0000	Comum	30/05/2022	Normal	Aguardando Pagamento	1.202.976,46	337
##	2024	0805832-26.2022.8.22.0000	Comum	15/06/2022	Normal	Aguardando Pagamento	24.629,22	339
##	2024	0807974-03.2022.8.22.0000	Comum	15/08/2022	Normal	Aguardando Pagamento	27.362,73	342
##	2024	0808241-72.2022.8.22.0000	Comum	17/08/2022	Normal	Aguardando Pagamento	24.507,95	343
##	2024	0810302-03.2022.8.22.0000	Comum	19/10/2022	Normal	Aguardando Pagamento	34.423,10	344



Os depósitos são realizados em contas administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na Caixa Econômica Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição federal e demais instrumentos indicados nos parágrafos anteriores.

Importante registrar que o saldo de R\$ 113.564.305,75 da Conta Especial – Precatórios se encontra em consonância com a soma dos saldos das contas correntes em 30/12/2022 em que os depósitos supracitados são realizados (R\$ 19.435.599,79+ R\$ 94.128.706,02), conforme demonstrado a seguir:

Serviços de Depósitos Judiciais



Extrato

Data de Emissão: 04/01/2023 - Hora: 17:42:16 #10 #PESSOAL

Conta 2848 / 040 / 01531493-1

Processo

Tribunal	TJ RONDONIA		
Vara	PLENO ADMINISTRATIVO - PORTO VELHO		
Número do Processo	00739410820138221111		
Número Único do Processo	00000000000000000000		

Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ
Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA	111.111.111-11
Réu	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO	06.903.125/0001-45

30/12/2022	221229	Remuneração Básica	20.052,61	19.385.632,68
30/12/2022	0	CRED JUROS	49.967,05	19.435.599,73



Serviços de Depósitos Judiciais



Extrato

Data de Emissão: 04/01/2023 - Hora: 17:39:48 #10 #PESSOAL

Conta 2848 / 040 / 01518832-4

Processo

Tribunal TJ RONDONIA
 Vara TRIBUNAL DE JUSTICA - PORTO VELHO/RO
 Número do Processo 00739385320138221111
 Número Único do Processo 00739385320138221111

Partes	Nome/ Razão Social	CPF/ CNPJ
--------	--------------------	-----------

Autor	TRIBUNAL DE JUSTICA - PRECATORIOS	
-------	-----------------------------------	--

Réu	MUNIC DE PORTO VELHO	
-----	----------------------	--

30/12/2022	221229	Remuneração Básica	97.116,97	93.886.710,21
30/12/2022	0	CRED JUROS	241.995,81	94.128.706,02



3.3.6.3. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A LONGO PRAZO

O terceiro item mais relevante, com aproximadamente 12,37% do valor bruto contábil do Passivo Não Circulante, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais é a rubrica que representa os parcelamentos previdenciários de longo prazo e deve-se principalmente pelos seguintes registros:

- I. Termo de Acordo para Parcelamento de Débitos, no exercício de 2021, entre o Município de Porto Velho e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores/IPAM, autorizado pela Lei Complementar nº 835 de 08 de janeiro de 2021 a ser repassado mensal e sucessivamente em 240 parcelas com início em fevereiro de 2021 e totalizando em 31/12/2022, após 22 parcelas, R\$ 139.272.037,53;
- II. Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, entre o Município de Porto Velho e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores/IPAM, autorizado pela Lei Complementar nº 382 de 24 de junho de 2010, no que diz respeito parte patronal dos servidores, a ser pago em até 240 parcelas mensais e sucessivas iniciando em setembro/2010 e que totalizou em 31/12/2022 o valor de R\$ 4.475.071,94;
- III. Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, entre o Poder Legislativo Municipal e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores/IPAM, autorizado pela Lei Complementar nº 290 de 29 de novembro de 2007 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 1.224.489,83; e
- IV. Processo nº 02.41.00128/2017, Outros Encargos, entre Empresa de Desenvolvimento Urbano/EMDUR e Receita Federal do Brasil/RFB que totaliza em 31/12/2022 o valor de R\$ 348.799,57.

Compõem ainda o item obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais as rubricas Precatórios de Pessoal - Regime Especial - A Partir De 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos (nível: 2.2.1.1.1.03.00.00.00.00) no valor de R\$ 35.744.151,68 e os Débitos Parcelados (nível: 2.2.1.4.1.02.00.00.00.00) no valor de R\$ 26.279,43.

3.3.6.4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

Em 31/12/2021, o montante de empréstimos e financiamentos contraídos pelo município aumentou 17,02% em comparação ao exercício encerrado de 2021, totalizando R\$ 168.732.600,52. Quanto ao instrumento utilizado para a captação dos recursos, a Dívida Mobiliária Contratual (que ocorre por meio de contratos), é representada em sua totalidade pela rubrica Financiamentos internos a Longo Prazo (nível: 2.2.2.3.1.01.00.00.00.00) composta pelos contratos:

- I. Pró-Moradia Zona Leste – Contrato nº 2627.0238.671-40/2008, autorizado pela Lei Complementar nº 1.768 de 07 de fevereiro de 2008 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 17.737.520,05;
- II. Pró-Moradia Zona Sul – Contrato nº 2627.0238.669-08/2008, autorizado pela Lei Complementar nº 1.768 de 07 de fevereiro de 2008 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 13.904.148,90;



- III. Pró-Moradia Zona Norte – Contrato nº 2627.0238.670-36/2008, autorizado pela Lei Complementar nº 1.768 de 07 de fevereiro de 2008 a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 1.175.633,64;
- IV. Pró-Transporte Zona Leste – Contrato nº 0349.656-05/12, autorizado pela Lei Complementar nº 1.918 de 23 de dezembro de 2010 alterada pela Lei Complementar nº 1.985 de 13 de fevereiro de 2012, a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 3.630.611,38;
- V. Pró-Transporte Zona Sul – Contrato nº 0349.657-19/12, autorizado pela Lei Complementar nº 1.918 de 23 de dezembro de 2010 alterada pela Lei Complementar nº 1.985 de 13 de fevereiro de 2012, a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 4.450.276,78;
- VI. Pró-Transporte Flamboyant – Contrato nº 0349.655-92/12, autorizado pela Lei Complementar nº 1.918 de 23 de dezembro de 2010 alterada pela Lei Complementar nº 1.985 de 13 de fevereiro de 2012, a ser pago em até 240 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 9.108.573,08;
- VII. FINISA 1 – Contrato nº 0531669-DV-28, (Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento) autorizado pela Lei Complementar nº 2.620 de 19 de julho de 2019, a ser pago em até 96 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 25.254.408,12;
- VIII. FINISA 2 – Contrato nº 0552585-DV-53, (Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento) autorizado pela Lei Complementar nº 2.620 de 19 de julho de 2019, a ser pago em até 96 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 39.900.000,00;
- IX. Contrato de Financiamento com o Banco do Brasil destinado ao investimento na Mobilidade Urbana e Infraestrutura Urbana com pavimentação de vias, drenagem e macrodrenagem para escoamento de águas pluviais, autorizado pela Lei Complementar nº 2.794 de 25 de fevereiro de 2021, a ser pago em até 96 meses, totalizando em 31/12/2022 o valor de R\$ 53.571.428,57;

3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa. O Balanço Patrimonial no exercício de 2022 apresentou em seu ativo o montante de R\$ 2.737.531.075,78, enquanto o passivo totalizou R\$ 1.600.337.729,33, tendo como resultado um patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 1.137.193.346,45.



Tabela 36 – Saldo do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	SALDO FINAL EXERCÍCIO/2022
ATIVO	2.737.531.075,78
PASSIVO	1.600.337.729,33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.137.193.346,45

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022

A situação patrimonial positiva demonstrada na tabela acima foi calculada conforme o modelo de Balanço Patrimonial implementado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, que não considera os empenhos a liquidar que foram inscritos em restos a pagar (não processados) como parte componente do passivo circulante, somente os empenhos que foram liquidados (processados) são considerados obrigações a pagar (passivo). No entanto, para atender a Lei 4.320/64, especificamente ao § 2º do art. 43, quanto ao cálculo do superávit financeiro, existe o quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” que considera os restos a pagar não processados como obrigações a pagar, sendo que ficam registrados no passivo financeiro.

Quadro 07 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ATIVO (I)	Exercício Atual 2022	Exercício Anterior 2021
Ativo Financeiro	1.535.949.874,39	1.309.235.089,25
Ativo Permanente	1.201.581.201,39	691.603.751,89
Total do Ativo	2.737.531.075,78	2.000.838.841,14
PASSIVO (II)	Exercício Atual 2022	Exercício Anterior 2021
Passivo Financeiro	172.208.725,82	267.672.258,58
Passivo Permanente	1.589.663.783,69	970.712.880,97
Total do Passivo	1.761.872.509,51	1.238.385.139,55
	Exercício Atual 2022	Exercício Anterior 2021
Saldo Patrimonial (I - II)	975.658.566,27	762.453.701,59
Superávit Financeiro	1.363.741.148,57	1.041.562.830,67



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2022

Considerando a Lei 4.320/64 quanto à apuração da situação patrimonial o resultado passa a ser de R\$ 975.658.566,27, ainda positivo, porém com o valor menor do que o apurado anteriormente. A diferença entre o valor apurado conforme o MCASP e a Lei 4.320/64 de R\$ 161.534.780,18 (R\$ 1.137.193.346,45- R\$ 975.658.566,27) é exatamente o valor de restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2021 que passaram para o exercício de 2022.

O quadro dos ativos e passivos financeiros é utilizado para efetuar o cálculo do superávit ou déficit financeiro do exercício, e conforme o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64, este valor é obtido pela diferença positiva (superávit) ou negativa (déficit) entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

O Superávit ou Déficit Financeiro é demonstrado por fonte/destinação de recursos no quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO”, onde podemos visualizar que houve superávit financeiro no exercício de 2022 na ordem de R\$ 1.363.741.148,57.

A apuração das variações patrimoniais pode ser visualizada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2022.

O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Período” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$258.413.769,33, ou seja, as variações aumentativas foram maiores do que as diminutivas influenciando diretamente no aumento do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Superávit no exercício de 2022.

Resultado Patrimonial do Período - 2022

Total das VPAs	4.847.768.324,28
Total das VPDs	4.589.354.554,95
RESULTADO	258.413.769,33

O patrimônio líquido também sofre influência dos Ajustes realizados no exercício de 2022 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$ 2.385.088,52 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influência de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Superávit apurado na DVP de R\$ 258.413.769,33, alteraram o patrimônio em R\$ 260.798.857,85.



O patrimônio líquido passou então de R\$ 876.394.488,60 em 2021 para R\$ 1.137.193.346,45 em 2022 como reflexo do superávit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.

3.3.8. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Compreendem as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos. Os Atos Potenciais compreendem os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, como por exemplo, direitos e obrigações conveniados ou contratados, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Os Atos Potenciais Ativos compreendem os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio e os Atos Potenciais Passivos compreendem os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.4.1. A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o Resultado Patrimonial do Período pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

3.4.2. As contas das VPAs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos acréscimos no benefício econômico, resultante da entrada de recurso (acréscimo do patrimônio líquido), redução do passivo ou aumento do ativo.

3.4.3. As contas das VPDs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos decréscimos no benefício econômico, resultante da saída de recurso (decréscimo do patrimônio líquido), redução de ativo ou aumento do passivo.

3.4.4. A DVP tem função semelhante à DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no Setor Público, o resultado



patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixas.

3.4.5. O Resultado Patrimonial apurado neste Anexo 15, Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei 4.320/64 deve ser somado aos ajustes de exercícios anteriores, conta 1572 – Nível 2.3.7.1.1.03.00.00.00.00, para fins do cálculo da Variação do Patrimônio do exercício de 2022.

3.4.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas:

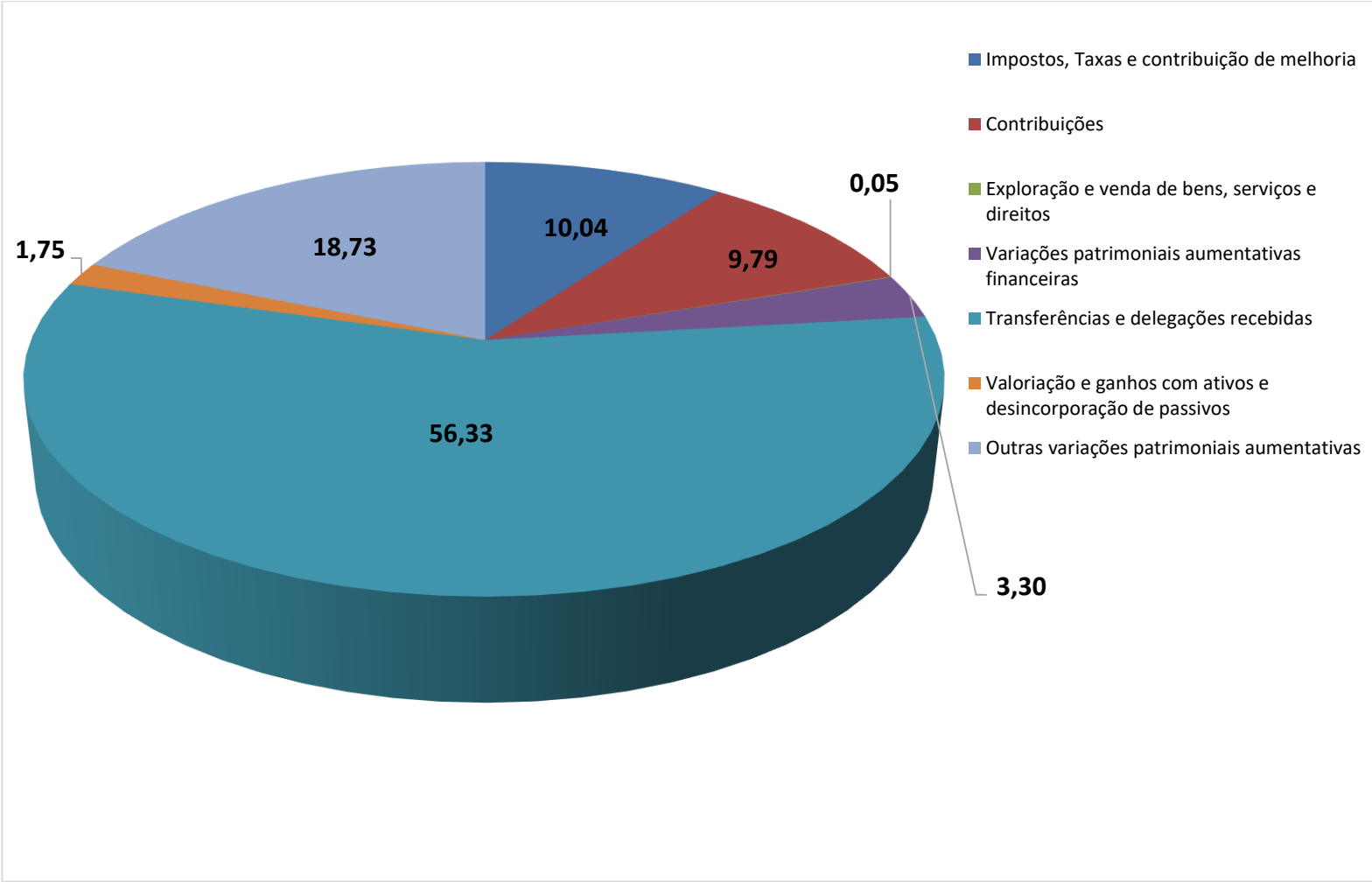
Tabela 37 - Composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	Valor	%
Impostos, Taxas e contribuição de melhoria	486.936.663,05	10,04
Contribuições	474.385.260,41	9,79
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	2.355.725,50	0,05
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	160.022.469,44	3,30
Transferências e delegações recebidas	2.730.849.778,22	56,33
Valoração e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	85.020.753,25	1,75
Outras variações patrimoniais aumentativas	908.197.674,41	18,73
TOTAL	4.847.768.324,28	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022



Gráfico 13 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas a conta com o maior valor individualmente é a de Transferências e delegações recebidas, conforme tabela abaixo.

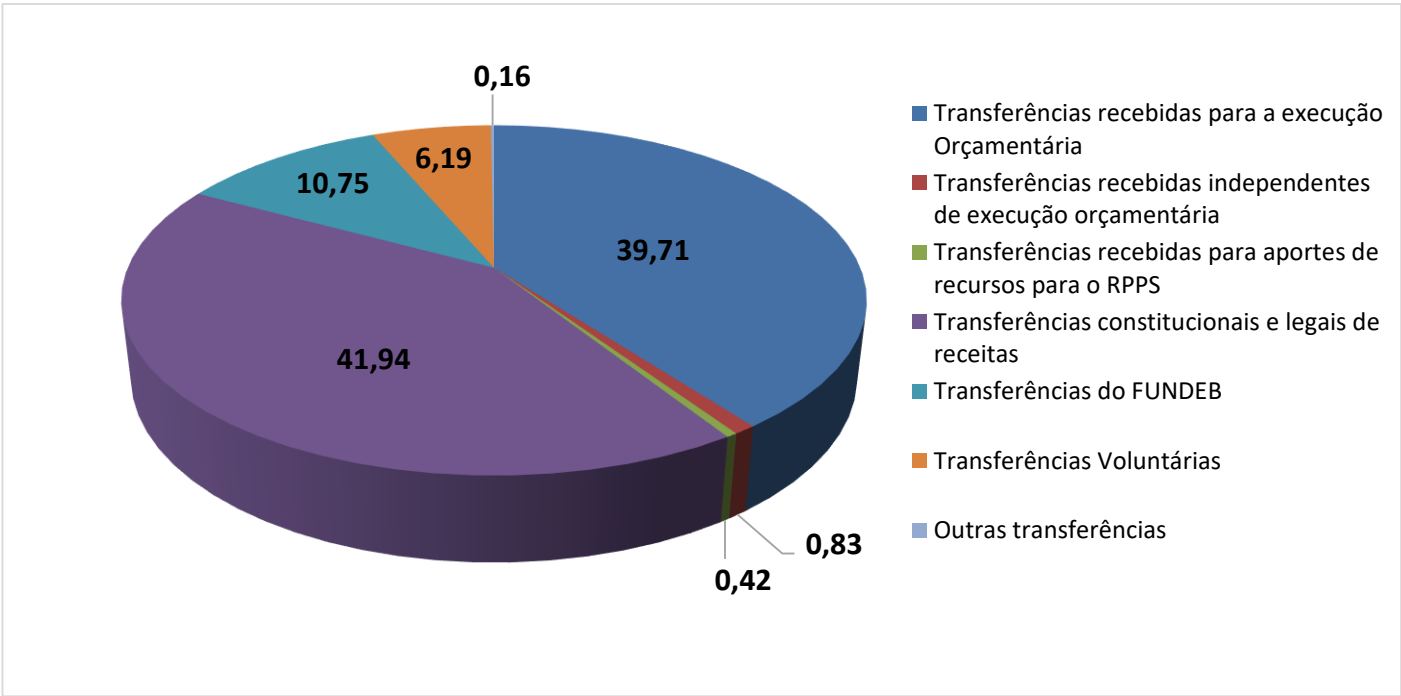


Tabela 38 – Composição das Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e delegações recebidas	Valor	%
Transferências recebidas para a execução Orçamentária	1.084.555.394,47	39,71
Transferências recebidas independentes de execução orçamentária	22.780.887,62	0,83
Transferências recebidas para aportes de recursos para o RPPS	11.371.709,79	0,42
Transferências constitucionais e legais de receitas	1.145.204.832,03	41,94
Transferências do FUNDEB	293.485.181,76	10,75
Transferências Voluntárias	169.023.882,55	6,19
Outras transferências	4.427.890,00	0,16
TOTAL	2.730.849.778,22	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Gráfico 14 – Composição das Transferências e Delegações Recebidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022



3.4.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

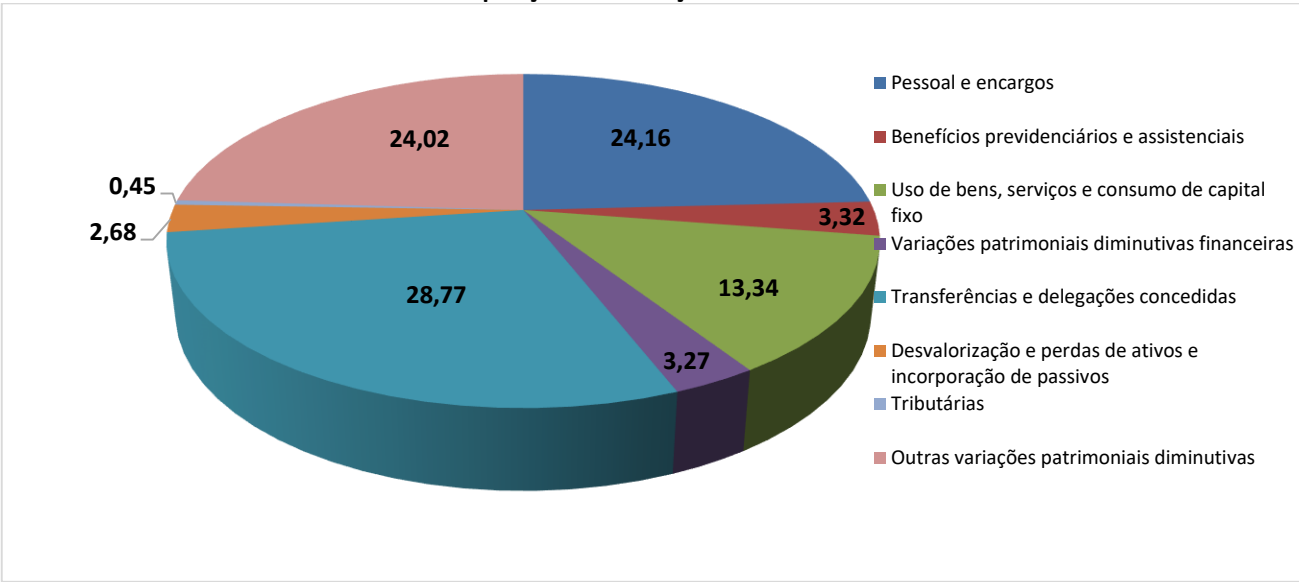
Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 39 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	Valor	%
Pessoal e encargos	1.108.822.559,46	24,16
Benefícios previdenciários e assistenciais	152.158.744,40	3,32
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	612.172.793,16	13,34
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	150.066.911,94	3,27
Transferências e delegações concedidas	1.320.225.296,78	28,77
Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos	122.784.281,92	2,68
Tributárias	20.588.734,45	0,45
Outras variações patrimoniais diminutivas	1.102.535.232,84	24,02
TOTAL	4.589.354.554,95	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Gráfico 15 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas





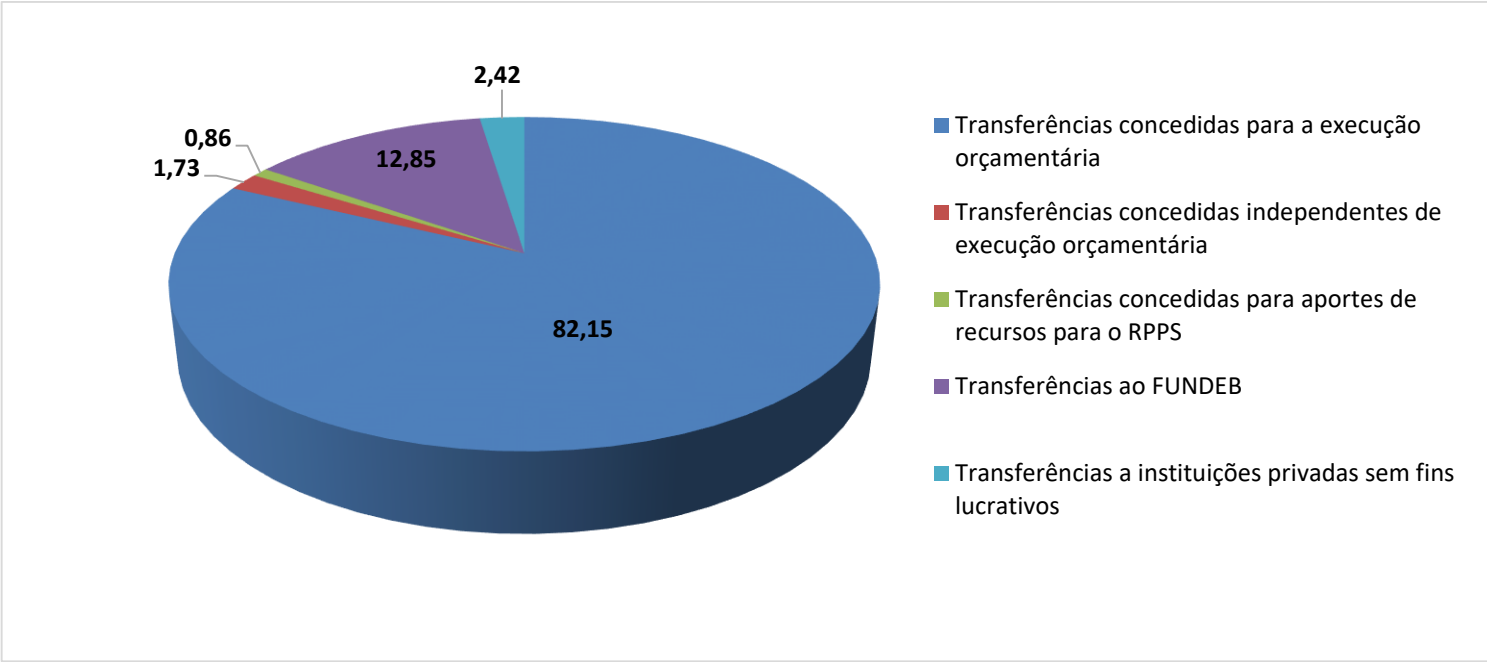
Nas Variações Patrimoniais Diminutivas as contas com os maiores valores são as de Transferências e delegações concedidas e de Pessoal e encargos, conforme tabela abaixo.

Tabela 40 - Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e delegações concedidas	Valor	%
Transferências concedidas para a execução orçamentária	1.084.555.394,47	82,15
Transferências concedidas independentes de execução orçamentária	22.780.887,62	1,73
Transferências concedidas para aportes de recursos para o RPPS	11.371.709,79	0,86
Transferências ao FUNDEB	169.593.240,18	12,85
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	31.924.064,72	2,42
TOTAL	1.320.225.296,78	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Gráfico 16 – Composição das Transferências e Delegações Concedidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

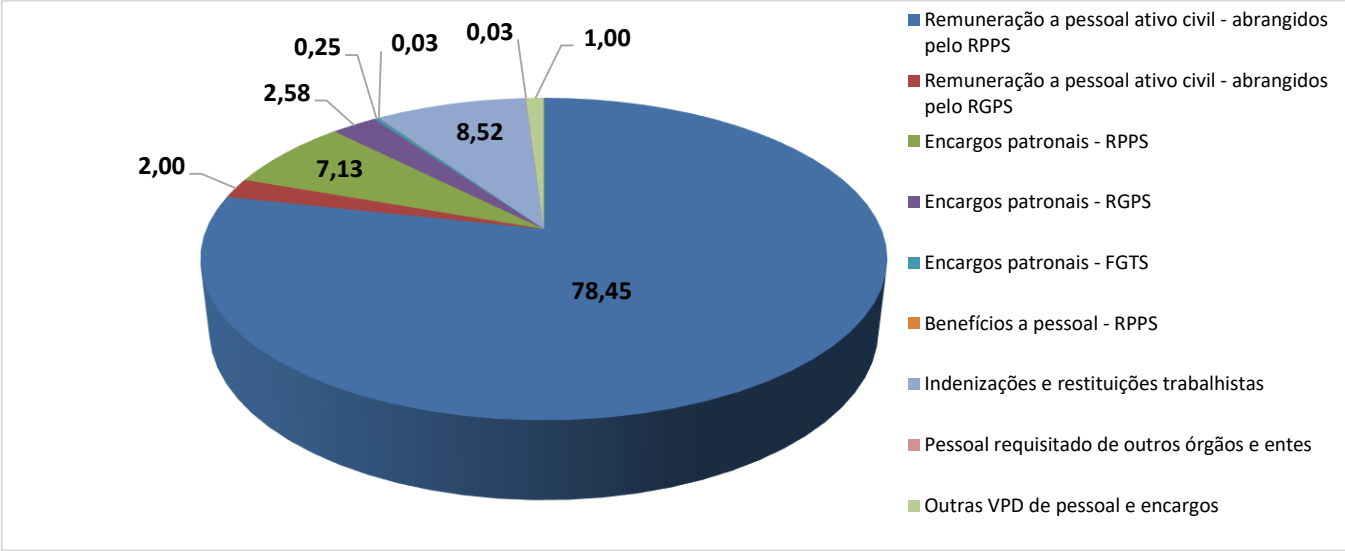


Tabela 41 – Composição do Total de Pessoal e Encargos

Pessoal e encargos	Valor	%
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS	869.851.581,64	78,45
Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS	22.161.644,42	2,00
Encargos patronais - RPPS	79.095.338,13	7,13
Encargos patronais - RGPS	28.582.375,90	2,58
Encargos patronais - FGTS	2.827.366,41	0,25
Benefícios a pessoal - RPPS	366.630,37	0,03
Indenizações e restituições trabalhistas	94.495.099,11	8,52
Pessoal requisitado de outros órgãos e entes	365.420,36	0,03
Outras VPD de pessoal e encargos	11.077.103,12	1,00
TOTAL	1.108.822.559,46	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Gráfico 17 – Composição de pessoal e encargos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022



3.4.3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

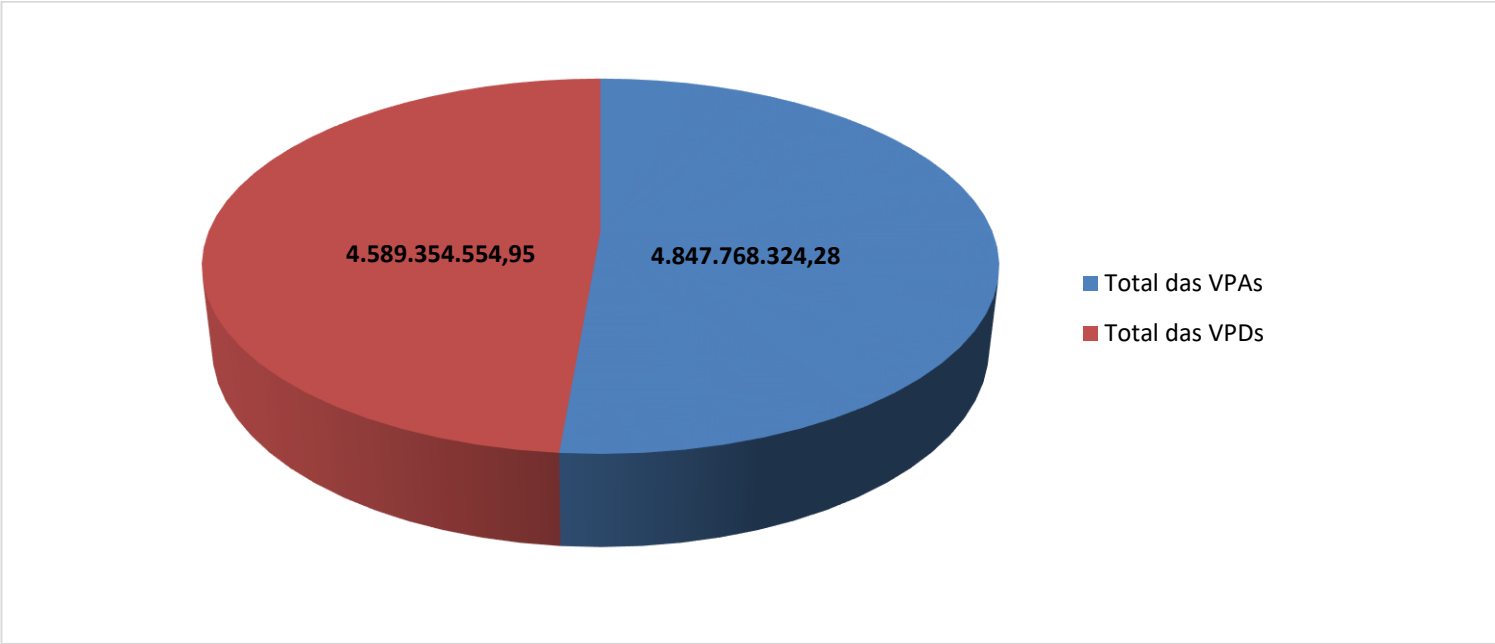
O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Exercício” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$ 258.413.769,33, ou seja, as variações aumentativas foram menores que as diminutivas influenciando diretamente na diminuição do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Déficit no exercício de 2022.

Tabela 42 - Resultado Patrimonial

VPA X VPD 2022	Valor
Total das VPAs	4.847.768.324,28
Total das VPDs	4.589.354.554,95
Resultado Patrimonial do Exercício de 2022	258.413.769,33

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Gráfico 18 - VPA x VPD



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022



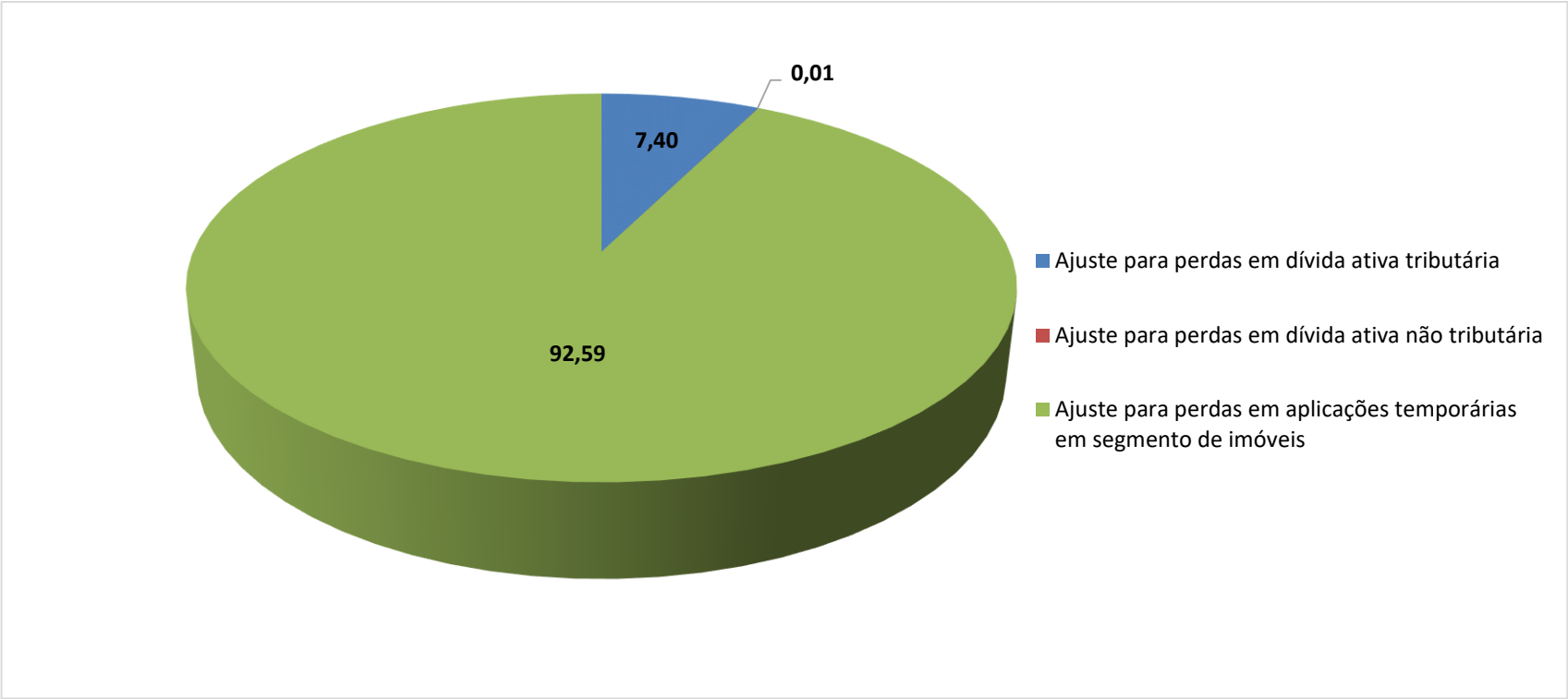
3.4.4 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS

Tabela 43 - Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas

Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	Valor	%
Ajuste para perdas em dívida ativa tributária	2.799.037,20	7,40
Ajuste para perdas em dívida ativa não tributária	2.998,00	0,01
Ajuste para perdas em aplicações temporárias em segmento de imóveis	35.024.032,13	92,59
TOTAL	37.826.067,33	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Gráfico 19 – Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022



O valor de R\$ 35.024.032,13 refere-se a lançamento de perdas com investimentos do RPPS, que são lançados mensalmente conforme se verifica se houve ou não perdas. Estes registros são feitos em atendimento a Instrução de Procedimentos Contábeis IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

Quanto aos Ajustes para perdas em dívida ativa tributária e não tributária nos valores de R\$ 2.799.037,20 e 2.998,00, respectivamente, a 9ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos. Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas. A metodologia utilizada nessas demonstrações é a média percentual de recebimentos passados, que utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios. A íntegra da memória de cálculo do ajuste de perdas da dívida ativa está contida no processo 06.02262-02/2021.

3.4.5. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

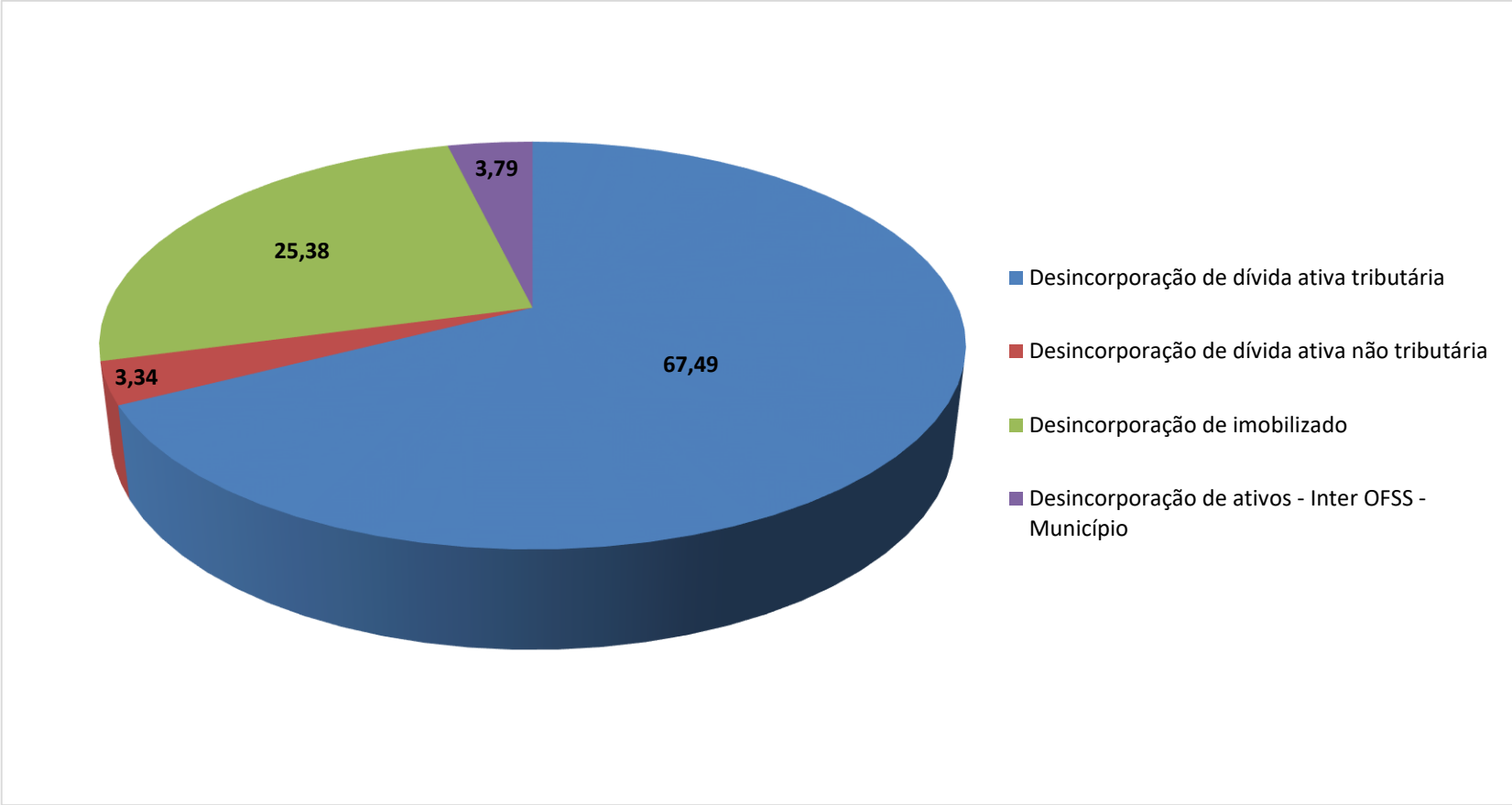
Tabela 44 – Composição da Desincorporação de Ativos

Desincorporação de ativos	Valor	%
Desincorporação de dívida ativa tributária	20.379.902,30	67,49
Desincorporação de dívida ativa não tributária	1.008.548,60	3,34
Desincorporação de imobilizado	7.664.764,60	25,38
Desincorporação de ativos - Inter OFSS - Município	1.143.200,73	3,79
TOTAL	30.196.416,23	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022



Gráfico 20 – Composição da Desincorporação de Ativos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

Os valores cancelados no exercício de 2022, na ordem de R\$ 20.379.902,30, são referentes a baixas de dívida ativa tributária por prescrição, sentenças judiciais, lançamentos indevidos ou em duplicidade, reconhecidos através do processo administrativo 00600-00000844/2023-87-e.



A baixa da dívida ativa não tributária no valor de R\$ 1.008.548,60 decorreu de extinção do crédito reconhecido na Decisão Monocrática 0092/2022-GP do TCERO nos autos do processo nº 04660/17, publicada no Diário Oficial do TCE/RO nº 2552 de 05/03/2022, que determinou a baixa de responsabilidade em favor de Antônio Orlandino Gurgel do Amaral, quanto à multa imposta no item III do Acórdão nº APL-TC 00121/98 proferido no processo nº 00365/96.

A desincorporação de imobilizado no valor de R\$ 7.664.764,60 foi realizado na Unidade Gestora 0000 – Prefeitura Municipal conforme apuração no processo 07.00191-000/2022 do Departamento de Recursos Logísticos e Patrimônio – DRLP/SEMAD.

O valor de R\$ 1.143.200,73 referente a desincorporação de ativos – Inter OFSS – Município deveu-se a baixas na Unidade Gestora 0003 – Ipam – Fundo de Assistência à Saúde, de valores inscritos no exercício de 2009 apurados no processo 2021.67.1205552 e baixados conforme parecer nº 300/2022/CONGER/IPAM e despacho nº 611/2022/PRESIDENCIA.

3.4.6. REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

Tabela 45 – Composição da Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas

Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	Valor
Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo	636.768.388,23
Reversão de ajustes de perdas de créditos	6.898.869,75
Total da Reversão de provisões e ajustes de perdas	643.667.257,98

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2022

O Valor de R\$ 636.768.388,23 refere-se a ajustes na conta Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados conforme demonstrativos das provisões matemáticas assinado por Antônio Mário Rattes de Oliveira, Atuário responsável. Na Unidade Gestora 10 – IPAM – Fundo Previdenciário Financeiro foi lançada a reversão no valor de R\$ 383.781.424,76 e na Unidade Gestora 11 – IPAM – Fundo Previdenciário Capitalizado foi lançado R\$ 252.986.963,47.



O valor de R\$ 6.898.869,75 refere-se a reversão de constituição de ajuste para reconhecer as perdas prováveis para os créditos de recebimento ou liquidação duvidosa, conforme metodologia de cálculo pelo histórico das médias percentuais de recebimento de receita nos últimos 3 anos. A memória de cálculo deste valor está contida no processo 06.02262-02/2022.

3.4.7. VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

O valor de R\$ 1.022.087.012,30 refere-se a ajustes na conta VPD de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados conforme demonstrativos das provisões matemáticas assinado por Antônio Mário Rattes de Oliveira, Atuário responsável. Na Unidade Gestora 10 – IPAM – Fundo Previdenciário Financeiro foi lançada a provisão no valor de R\$ 383.781.424,76 e na Unidade Gestora 11 – IPAM – Fundo Previdenciário Capitalizado foi lançado R\$ 638.305.587,54.

3.4.8. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O patrimônio líquido também sofre influência dos Ajustes realizados no exercício de 2022 referentes a exercícios anteriores.

Esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$ 2.385.088,52 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influência de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Superávit apurado na DVP de R\$ 258.413.769,33, alteraram o patrimônio em R\$ 260.798.857,85 positivamente.

O patrimônio líquido passou então de R\$ 876.394.488,60 em 2021 para R\$ 1.137.193.346,45 em 2022 como reflexo do superávit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.



3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (versão Janeiro/2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.

3.5.1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

3.5.2. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

3.5.1. FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

No Fluxo de Caixa Operacional os ingressos, estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo. Os ingressos operacionais são as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas; e os desembolsos das operações compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

3.5.2. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compreendem os ingressos referentes às receitas de alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos e os desembolsos compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.



3.5.3. FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Compreendem os ingressos referentes a obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Já os desembolsos de atividades de financiamentos compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida.

3.5.4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) No Fluxo das Atividades Operacionais, podemos observar a composição dos ingressos, onde a receita é apresentada por sua natureza, novo modelo de apresentação definido pela atualização da IPC 06 - versão 2020.
- b) O Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas corresponde às transferências financeiras recebidas da União e dos Estados mais as transferências intragovernamentais, que apresenta o valor total de transferências entre as unidades gestoras do Município mais outras transferências correntes recebidas e concedidas.
- c) O valor total de Transferências Intragovernamentais recebidas concilia com saldo total das Transferências Financeiras Recebidas na coluna ingressos do Balanço Financeiro, assim como, o valor total de Transferências Intragovernamentais Concedidas também deve coincidir com o valor total de transferências financeiras concedidas na coluna dispêndios do Balanço Financeiro.
- d) Os desembolsos operacionais é composto pela soma das despesas com pessoal e demais despesas por função, juros e encargos da dívida, transferências concedidas mais outros desembolsos operacionais, onde engloba os Pagamentos de Restos a Pagar no exercício e outros pagamentos extra orçamentários, que se referem a depósitos restituíveis e valores vinculados, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.
- e) O total da despesa corrente paga mais os restos a pagar pagos no exercício foi de **R\$ 2.166.409.998,51**, sendo R\$ 2.068.959.128,30 despesas do ano e 97.450.870,21 restos a pagar pagos no ano.
- f) Do total da despesa paga no ano, Pessoal e encargos sociais correspondem ao montante de R\$ 155.124.039,60 mais juros e outras despesas correntes de R\$ 757.533.769,38, Investimentos no valor total de R\$ 120.978.680,22, e Amortização da Dívida e outras despesas de capital correspondem R\$ 35.322.639,10 conforme apresentado na imagem abaixo.



Imagem 01 – Composição da Despesa Total: Funções por Natureza

Estado de Rondonia
Prefeitura Municipal de Porto Velho

Demonstrativo de Funcoes por Natureza
Exercicio de 2022

Folha: 1

	Despesa Paga				
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros/Encargos e Outras Desp.Corr.	Investimentos	Inversoes Financeiras	Amort.Div. e Outras Desp.Cap.
Legislativa	37.848.902,67	11.888.063,24	1.579,95		
Administracao	314.578.695,89	146.098.463,92	4.988.604,22		
Assistencia Social		9.164.951,97	703.860,89		
Previdencia Social	159.446.158,41	4.081.406,41	5.418,57		
Saude	293.119.980,71	206.146.084,98	7.290.436,59		
Trabalho		3.214,65	5.803,00		
Educacao	334.412.449,32	141.657.206,26	9.013.973,85		
Cultura	1.687.387,32	5.003.277,32			
Urbanismo	11.258.124,73	97.847.403,87	91.482.308,25		1.135.316,76
Habitacao		10.834.721,42	1.938.724,24		
Gestao Ambiental		2.371.673,64	972.661,73		
Ciencia e Tecnologia		8.716.751,52	54.124,00		
Agricultura		8.382.831,08	4.154.167,80		
Comercio e Servicos		403.354,60			
Transporte		502.203,17	17.816,00		
Desporto e Lazer		6.584.353,36	349.201,13		
Encargos Especiais	2.772.340,55	97.847.807,97			34.187.322,34
Reservas					
Total	1.155.124.039,60	757.533.769,38	120.978.680,22	0,00	35.322.639,10

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 07/Mar/2023, 12h e 10m.

----- Fim do relatório -----

Despesas pagas no Ano: Pessoal 3.1 = R\$1.155.124.039,60, Juros e Encargos da Dívida 3.2 = R\$27.778.544,541, Outras Despesas Correntes 3.3 = R\$ 729.755.224,84

- g) No Demonstrativo apresentado de despesas por função (Imagem 01), pode-se observar que maior parte das despesas pagas, é no fluxo operacional, sendo do valor total pago de R\$ 1.970.559.240,17, sendo R\$ 1.912.657.808,98 despesas do ano e R\$ 57.901.431,19 pagamento de restos a pagar nas naturezas da despesa 3.1 despesa com pessoal, 3.2 juros e encargos da dívida e 3.3 outras despesas correntes .
- h) Do total dos desembolsos operacionais, as despesas pagas com Pessoal e demais despesas correntes correspondem a 24,67%.



- i) O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2021 foi de R\$ 264.779.641,97 que corresponde à diferença entre os ingressos operacionais R\$ 6.691.394.462,11 e desembolsos no valor de R\$ 6.426.614.820,14, evidenciando o quanto o Município gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios e fazer novos investimentos.
- j) Assim, observando os dados acima temos o seguinte:

Tabela 46 – Despesa Total Paga (Despesas do ano + Restos a Pagar)

DESCRIÇÃO	VALOR	%
Pessoal e Encargos Sociais (natureza da despesa 3.1)	1.155.554.389,24	53,34
Juros e Encargos da Dívida (natureza da despesa 3.2)	27.778.544,54	1,28
Outras Despesas Correntes (natureza a despesa 3.3)	787.226.306,39	36,64
Investimentos (natureza da despesa 4.4)	160.528.119,24	7,41
Inversões Financeiras (natureza da despesa 4.5)	0,00	-
Amortização da Dívida e outras despesas de capital (natureza da despesa 4.6)	35.322.639,10	1,63
TOTAL DA DESPESA PAGA	2.166.409.998,51	100,00

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada – Exercício 2022

- k) As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado. No Fluxo das Atividades de Investimento do Município em 2022, houve ingressos referentes à Alienação de Bens no valor de R\$ 2.607.800,00. Os desembolsos de investimento, que correspondem a Aquisição de Material Permanente, representado pela natureza de despesa de capital 4.4, no montante de R\$ 160.528.119,24 que corresponde o valor total da despesa paga no ano R\$ 120.978.680,22 mais restos a pagar R\$ 39.549.439,02 nos elementos 44.90.52 (Aquisição de Material Permanente), bem como o pagamento no elemento 44.90.40 (Serviços de Tecnologia PJ) e 44.90.30 (Material de Consumo).
- l) As Atividades de Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e Financiamentos, os ingressos de Financiamentos totalizam em R\$ 99.193.440,87, que correspondem a Operação de Crédito no total R\$ 90.096.246,96, sendo Operações de Crédito interna – Programas Promoradia (Receita 142) R\$ 2.047.563,61, Finisa I (Receita 243) R\$ 1.398.683,35, Finisa II (Receita 244) R\$ 26.650.000,00 e Op. De Crédito Banco do Brasil (Receita 245) R\$ 60.000.000,00. E outras Receitas de Capital totalizando R\$ 9.097.193,91.
- m) Vale analisar que, mesmo que as despesas de pessoal representem 53,34% do total da despesa paga, os ingressos operacionais superaram os desembolsos, apresentando um fluxo líquido positivo das atividades operacionais no valor de R\$ 1.113.712.351,44 juntamente com fluxo positivo nas atividades de financiamento de R\$ 63.870.801,77, pode-se afirmar que esse confronto entre os fluxos amenizou uma parte do déficit no fluxo de caixa de investimento de - R\$ 157.920.319,24.



3.5.5 AJUSTES NO DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA NO SALDO CORRESPONDEM À LINHA “CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL”.

Foi efetuado um ajuste no saldo inicial de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício atual em virtude das alterações do MCASP 9ª edição e PCASP estendido para o exercício vigente, bem como, em cumprimento às determinações do TCERO dos pareceres emitidos por meio da DM/DDR 0160/2022-GCVCS/TCE-RO referente ao Processo nº 00736/22/TCE-RO.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	1.019.662.833,97	172.425.062,15
Caixa e Equivalente de caixa inicial	516.287.040,42	1.136.810.027,10
Caixa e Equivalente de caixa final	1.535.949.874,39	1.309.235.089,25

Diferença entre os Saldos

R\$ 792.948.048,83

Imagem Parcial – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – 2022

A diferença entre os saldos no montante de **R\$ 792.948.048,83** se dá por duas razões. A primeira corresponde ao montante de **R\$ 721.512.866,11** referente a alteração do PCASP estendido, que criou contas específicas para contabilização referente aos Rendimentos e Aplicações Financeiras de Curto Prazo dentro do nível contábil 1.1.1 – Caixa e Equivalente de Caixa. Até o exercício 2021, o Município considerava o saldo da conta 1.1.4 – Investimentos e Aplicações em Curto Prazo do RPPS como CEC, pois o plano de contas não contemplava um nível contábil para os rendimentos dentro do nível contábil 1.1.1, todavia, para 2022, considerando a alteração do PCASP e criação das contas 1.1.1.1.1.1.51.00, 1.1.1.1.1.1.52.0 e 1.1.1.1.1.1.53.00 - Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - das três unidades do IPAM Previdência faz necessário a dedução desse valor, a fim de evidenciar devida disponibilidade de caixa do Município.

A segunda razão corresponde à diferença de **R\$ 71.435.182,72**, conforme já explicado no item 3.2.3.8 dessas Notas explicativas, o Ajuste tanto o Balanço Financeiro como no Demonstrativo dos Fluxos de Caixa do saldo da conta 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, pois o saldo dessas contas não devem ser consideradas CEC, visto que, com advento e publicação do MCASP 9ª edição (válida para o exercício 2022), foi disponibilizado um capítulo próprio, item 4.3.2 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (pág. 182) que esclarece que os Depósitos Restituíveis que estejam em poder de determinado órgão ou entidade devem ser registrados na entidade que detém o controle dos recursos como CEC (grupo de contas do PCASP criado para tal finalidade NC 1.1.1.3.) em contrapartida ao reconhecimento da obrigação de devolução ou recolhimento no passivo, porém os recursos que não estão sob a posse do ente, permanecerão no nível 1.1.3.5, portanto não deverão ser considerados CEC.



Nesse sentido, a Prefeitura a partir de 2022, irá atender o disposto no MCASP 9ª edição assim como as recomendações do TCERO, no sentido de não apresentar no nível de CEC, os recursos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, pois, nesse caso, esses depósitos restituíveis e valores vinculados estão em conta especial para pagamento de precatórios, uma vez que constitui numerário nas contas de precatórios da Prefeitura de Porto Velho, **porém são recursos controlados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e a Prefeitura não detém a posse desses valores, assim, permanecerão no NC 1.1.3.5, ou seja, não deverão compor o CEC do Município.**

Em síntese, os Ajustes realizados na Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município em 2022, foram realizados em atendimento as recomendações do TCERO conforme apontamento constante no Processo nº00736/22 /TCE-RO referente á análise da Prestação de Contas do exercício 2021, bem como se faz necessário os Ajustes em cumprimento ás alterações do PCASP e MCASP para o exercício 2022, o qual disponibilizou em capítulos próprios, tratamentos diferenciados para as contas 1.1.4 – Investimentos e Aplicações de Curto Prazo e 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores Recuperável.

3.5.6 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

Os Saldos de Caixa e Equivalente de Caixa devem ser conciliados entre os demonstrativos do Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, a fim de evidenciar a disponibilidade de caixa do Município, que em ambos os demonstrativos corresponde a R\$ 1.535.949.874,39, conforme demonstrado a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL

Município: Porto Velho

Estado de Rondonia

Período: 01/01/2022 Até 31/12/2022

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

R\$ 1,00

Porto Velho - Estado de Rondonia

QUADRO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício 2022

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO		
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.535.949.874,39	516.287.040,42
Caixa e Equivalentes de Caixa Em Moeda Nacional	1.535.949.874,39	516.287.040,42
Caixa e Equivalentes de Caixa Em Moeda Nacional - Consolidação	1.535.949.874,39	516.287.040,42
Conta Única Rpps	36.881,57	47.816,12
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	4.750.201,61	43.021.978,02
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	724.220.308,01	473.217.246,28
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata- Rpps - Fundo Em Repartição	84.395.933,61	-
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Rpps - Taxa de Administração	39.023.801,02	-
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata- Rpps - Fundo Em Capitalização	683.522.748,57	-



Imagem Parcial – Balanço Patrimonial -2022

Saldo do Período Atual		1.556.250.619,21	1.309.235.089,25
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.535.949.874,39	516.287.040,42
Depósitos Restituíveis e valores Vinculados (Alteração Incluída no MCASP versão 2022)		-	71.435.182,72
Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo		20.300.744,82	721.512.866,11
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		9.005.802.457,75	8.005.214.292,29

Imagem Parcial – Balanço Financeiro -2022

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	1.019.662.833,97	172.425.062,15
Caixa e Equivalente de caixa inicial	516.287.040,42	1.136.810.027,10
Caixa e Equivalente de caixa final	1.535.949.874,39	1.309.235.089,25

Imagem Parcial – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa - 2022

3.6. PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AOS ACÓRDÃO ANTERIORES

Em relação aos Achados de Auditoria de exercícios anteriores, especificamente quanto aos aspectos financeiros e contábeis, ratificamos que os mesmos foram atendidos ou estão em andamento, a exemplo das normatizações das rotinas e procedimentos que estão sendo uniformizados pelo Departamento de Contabilidade Central – DEC/SEMFAZ e disponibilizados no site <https://semfaz.portovelho.ro.gov.br/> (aba - Departamento de Contabilidade Central).

3.6.1. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

3.6.1.1. ANEXO I: DESPESA COM PESSOAL – JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

Em Maio/2022 foi sancionada a Emenda Constitucional nº 120/2022, de 06 de maio de 2022, que no § 11 do art. 198, definiu que os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fins de pagamento do vencimento ou qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, não serão objeto de inclusão no cálculo de despesa de pessoal do ente.



No mesmo contexto a STN, através das Portarias nº 710/2021 e 1566/2022, assentou que esse recurso foi consignado na Fonte de Recurso 604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, **sem, no entanto, realizar adequações no mapeamento do relatório de despesa de pessoal. (MDF – 12ª Edição – Versão 2022).**

Neste sentido, em 2022, o Anexo I – Demonstrativo da Despesa de Pessoal foi elaborado em conformidade com o mapeamento vigente, todavia para o cumprimento da emenda sancionada em Maio/2022, houve a necessidade de apresentar em nota explicativa um quadro resumo, subtraindo, tanto da receita quanto da despesa, os valores recebidos pelo Ente, referente à fonte de recurso supracitada. Conforme abaixo:

Quadro 08 – Demonstrativo Despesa com Pessoal

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.892.592.392,24	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.238.851,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	269.000,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.891.084.541,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	923.990.158,49	48,86
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.021.185.652,27	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	970.126.369,66	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	919.067.087,04	48,60



APURAÇÃO PARA ATENDIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº120/2022 E PORTARIA STN Nº1.566/2022

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ¹	1.888.476.317,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb) ²	922.832.040,44	48,87
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	1.019.777.211,31	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	968.788.350,74	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	917.799.490,18	48,60

Competência 12/2022: Total da Receita Arrecadada na
FONTE 1604

TOTAL	2.608.224,00
--------------	---------------------

Competência 12/2022: Total da Despesa
Liquidada para pagamento dos vencimentos dos
AGENTES DE SAUDE E ENDEMIAS. FONTE 1604

TOTAL	1.158.118,05
--------------	---------------------

¹ RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL apurada R\$ 1.891.084.541,24 (-) R\$ 2.608.224,00 = R\$ 1.888.476.317,24 ref. a Receita Recebida em DEZEMBRO/2022 na FONTE 1604.

² DESPESA TOTAL DE PESSOAL apurado R\$ 923.990.158,49 menos (-) R\$ 1.158.118,05= R\$ 922.832.040,44 ref. a Despesa liquidada em DEZEMBRO/2022 na FONTE 1604.

Fonte: Anexo I - Despesa com Pessoal - DOM 3.400 de 27/01/2023



3.6.1.2. ANEXO V: DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR – JANEIRO A DEZEMBRO/2022

Unidade Gestora 0 - PREFEITURA MUNICIPAL: Foram excluídos da coluna "Demais Obrigações Financeiras" os valores dos Precatórios de Pessoal - Regime Especial na ordem de R\$ 839.654,49 e dos Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial na ordem de R\$ 67.299.188,42, tendo em vista que os pagamentos desses precatórios serão efetivados com valores depositados na conta de precatórios, que atualmente é mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJ/RO, sendo que o saldo desta conta está registrado no nível de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (1.1.3.5.0.00.00.00.00) - Conta Especial - Precatórios (1.1.3.5.1.08.00.00.00.00). Como os valores que compõem a coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA" são as contas componentes do "Caixa e Equivalente de Caixa" nível 1.1.1.0.0.00.00.00.00.00 é necessário excluir os valores referentes aos precatórios do passivo circulante. Também foram excluídos da coluna "Demais Obrigações Financeiras" os valores referentes a Dívida Fundada na ordem de R\$ 27.734.832,82, que será paga com o orçamento do exercício seguinte, sendo que estas contas tem identificador de superávit financeiro "Permanente" (P), onde os empenhos que suportarão a despesa com a dívida serão emitidos e liquidados no exercício seguinte, fato este que altera a condição do identificador de superávit financeiro para "Financeiro" (F), momento em que a dívida fundada passa a diminuir a disponibilidade de caixa do exercício onde houve a liquidação do empenho. Os níveis, descrição e valores que compõem a dívida fundada da Unidade Gestora 0 são os seguintes: 2.1.1.4.3.06.05.00.00.00 - IPAM CAMARA - R\$ 351.369,00; 2.1.1.4.3.06.06.00.00.00 - IPAM PMPV - R\$ 2.480.337,00; 2.1.1.4.3.06.07.00.00.00 - IPAM LEI Nº 835/2021 - R\$ 8.152.510,00; 2.1.2.3.1.01.02.01.01.00 - PRO MORADIA ZONA LESTE - CONTRATO 2627 0238 671-40/2008 - R\$ 899.832,00; 2.1.2.3.1.01.02.01.02.00 - PRO MORADIA ZONA NORTE - CONTRATO 2627 0238 670-36/2008 - R\$ 125.995,99; 2.1.2.3.1.01.02.01.03.00 - PRO MORADIA ZONA SUL - CONTRATO 2627 0238 669-08/2008 - R\$ 1.058.006,00; 2.1.2.3.1.01.98.01.01.00 - PRO TRANSPORTE ZONA LESTE - CONTRATO 0349 656-05/2012 - R\$ 830.599,00; 2.1.2.3.1.01.98.01.02.00 - PRO TRANSPORTE LOT. FLAMBOYANT - CONTRATO 0349 655 -92/2012 - R\$ 351.560,00; 2.1.2.3.1.01.98.01.03.00 - PRO TRANSPORTE ZONA SUL - CONTRATO 0349 657 19- 2012 - R\$ 238.045,40; 2.1.2.3.1.01.98.04.00.00 - FINISA I - CONTRATO 0531669 DV-28 - R\$ 2.343.750,00; 2.1.2.3.1.01.98.05.00.00 - FINISA II - CONTRATO 552585 DV-53 - R\$ 3.750.000,00; 2.1.2.3.1.01.98.06.00.00 - CONTR ABERTURA DE CREDITO Nº 40/00007-9 BANCO DO BRASIL - R\$ 6.428.571,43; 2.1.3.1.1.01.03.01.00.00 - CERON UNN/001/2003 - R\$ 724.257,00.

Unidade Gestora 7 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR: Foram excluídos da coluna "Demais Obrigações Financeiras" os valores referentes a Dívida Fundada na ordem de R\$ 1.070.276,12, que será paga com o orçamento do exercício seguinte, sendo que estas contas tem identificador de superávit financeiro "Permanente" (P), onde os empenhos que suportarão a despesa com a dívida serão emitidos e liquidados no exercício seguinte, fato este que altera a condição do identificador de superávit financeiro para "Financeiro" (F), momento em que a dívida fundada passa a diminuir a disponibilidade de caixa do exercício onde houve a liquidação do empenho. Os níveis, descrição e valores que compõem a dívida fundada da Unidade Gestora 7 são os seguintes: 2.1.1.4.1.07.02.00.00.00 - PARCELAMENTO RAT - RFB - PROCESSO 02.41.00081/2017 - EMDUR - CURTO PRAZO - R\$ 103.111,68;



2.1.2.1.4.02.98.01.00.00 - OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS - R\$ 935.065,38; 2.1.4.1.1.12.01.00.00.00 - Parcelamento PGFN Processo 02.41.00114/2017 - EMDUR - R\$ 32.099,06.

Unidade Gestora 10 - IPAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO e Unidade Gestora 11 - IPAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO: Não está compondo a disponibilidade de caixa o nível 1.1.4.4.0.00.00.00.00.00 Investimentos e aplicações temporárias à curto prazo - RPPS.

Luiz Henrique Gonçalves
Diretor do Departamento de Contabilidade

João Altair Caetano dos Santos
Secretário Municipal de Fazenda

Patrícia Damico do Nascimento Cruz
Controladora Geral do Município

Hildon de Lima Chaves
Prefeito